

ATA 239ª PLENÁRIA ORDINÁRIA

Aos vinte e três de novembro de dois mil e dezoito, às nove horas, na Plenária da Casa de Direitos Humanos, realizou-se a ducentésima trigésima nona Plenária Ordinária do CEAS, coordenada pelo presidente Rodrigo, onde estavam presentes os seguintes Conselheiros Titulares: Damião Braz (Nome Social - Irajá) - Articulação dos Povos e Organizações Indígenas, Deborah Ackerman - Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social – SEDESE, Gilberto Donizete Ribeiro - Colegiado dos Gestores Municipais da Assistência Social do Estado de Minas Gerais – COGEMAS, Isac dos Santos Lopes - Federação das Comunidades Quilombolas de Minas Gerais, João Alves Crisóstomo - CMAS de Pirapora, Luanda do Carmo Queiroga - Fórum Estadual dos Trabalhadores do SUAS, Maria do Carmo Brandão Vargas Vilas - CMAS de Leopoldina, Maria Juanita Godinho Pimenta - Federação das APAES do Estado de Minas Gerais, Rodrigo Silveira e Souza – CRESS, Cristiane Isabel Felipe – Sacramentinos, Felipe Serrano Milioreli – CMAS Campo Belo, Arlete Alves de Almeida – Mov. Graal, Simone Aparecida Albuquerque - Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social – SEDESE, Fabrícia Ferraz Mateus Lopes – Seapa, Wilson de Sales Lana – SEF, Soyla Rachel dos Santos Pereira – CMAS Paracatu, os seguintes Conselheiros Suplentes: Ariadna de Almeida Silva - Federação das Associações sem Fins Econômicos de MG – FASEMIG, Bruno Alexandre Rodrigues Tocafundo - CMAS de Juiz de Fora, Camila Rita da Silva - Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SEAPA/SEDA, Patrícia Carvalho Gomes – CMAS Nova Lima, Cecília de Araujo Carvalho - Associação Quilombola Porto Pontal, César Augusto Calinçani Pereira, Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social – SEDESE, Eleniudes Santos Silva - Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos – FENEIS, Helder Augusto Diniz Silva - CMAS de Pedro Leopoldo, Ivone Pereira Costa Silva - Colegiado dos Gestores Municipais da Assistência Social do Estado de Minas Gerais – COGEMAS, Márcio José Ferreira - Associação dos Deficientes Físicos de Betim – ADEFIB, Marleide Marques Castro - Conselho Regional de Psicologia - CRP - 4ª Região, Marta Maria Castro Vieira da Silva - Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social – SEDESE, Sandra de Fátima Veloso Costa - CMAS de Montes Claros e os membros da Secretaria Executiva: Adelmira Gomes Cerqueira, Angelo Santos Machado, Cláudia Alexandre, Consolação Cifani da Conceição, Eliane Maria Alves Bissoli, Fernanda Silva Souza, Maria de Paula Ribeiro, Leonardo Lobato Martins Costa, Maria de Paula Ribeiro, Maria Regina Varela Caldeira, Misley Mielly de Castro Costa, Raquel Trindade de Freitas Freire, Rosalice Tassar de Almeida e Vera Lúcia Rodrigues. Participaram desta plenária como convidados, Luiza Assis, Francielly Ferreira, Jaime Rabelo, Cláudia Falabella, Maurilene Aires, Nilson Silva. **Rodrigo:** Vamos dar início mais um belo dia de trabalho, eu vou passar pra Simone pra ela fazer os seus cumprimentos. **Simone:** Bom dia presidente, bom dia conselheiros, conselheiras, cumprimentar a Consola nossa secretária executiva, as pessoas que nos acompanham que estão fortemente nos acompanhando, bom dia a todos, bom dia Luiza, espero que nós tenhamos de fato um bom dia e que a nossa direção seja pra cada vez mais fortalecer o Conselho Estadual. **Rodrigo:** Então vamos a pauta do dia, as atividades, abertura, nós temos quórum, justificativa de ausências, Silvana em função de trabalho, Wilson também por motivo de trabalho, Elerson e Márcio Caldeira também trabalho, Raphael motivo de viagem e Ana Cristina da SEF em função de trabalho. Então a pauta de hoje, justificativa de ausência, apreciação da pauta, informes, processo de direção da mesa diretora, minuta de resolução do **NIEP**, almoço, comissões temáticas, proposta de carta, orientações pra gestores e técnicos sobre o atendimento à população em situação de rua, encerramento, estamos de acordo? Ok, a ata também está de acordo todo mundo? Ok estamos aguardando. Então vamos aos informes, Cogemas. **Gilberto – Cogemas:** Bom dia a todos e a todas, nós fizemos uma reunião esse mês onde nós tratamos da pauta também da minuta de resolução do núcleo de educação do Suas, apresentamos para os gestores, então o Cogemas também já apreciou esse minuta a gente achou ela muito qualificada, nessa reunião que foi uma reunião centralizada a próxima reunião será descentralizada ainda não decidimos o local dada a logística existe uma luta também do Congemas Nacional onde o presidente José Crus tem participado para que a gente possa manter pelo menos o orçamento pro ano de 2019 o

mesmo orçamento de 2018, então essa luta pelo menos nesse momento dos Colegiados através dos Congemas, então é uma luta importante inclusive acho que todos aqui todos tem uma ligação com algum deputado federal, é importante que haja uma mensagem para esses deputados pra que o orçamento que vai ser votado agora em dezembro possa aparecer de novo o orçamento ter uma proposta de corte, isso atinge de uma maneira dura as nossas políticas da assistência social. **Rodrigo:** Cib. **Simone:** Bem, eu vou dar os informes aqui da Sedese, primeiro informar ao Conselho da oficina de discussão das estratégias no atendimento e gestão dos serviços regionalizados, a oficina de discussão estratégias de atendimento e gestão dos serviços regionalizados foi realizado no dia 25 de setembro na Cidade Administrativa e teve como pauta de discussão: primeiro houve a apresentação do documento, caderno de orientação dos serviços regionalizados de proteção social especial, depois também fizemos uma discussão sobre as comissões regionais de gestão compartilhada, é uma discussão que está sendo feita do regimento interno dessas comissões e por fim a apresentação do documento, protocolo de gestão e atendimento compartilhado dos serviços regionalizados de proteção especial e também uma discussão sobre consórcios públicos na assistência social, uma possibilidade de ampliação da proteção especial, a oficina foi encaminhamento da Cib do mês de junho oportunidade que ao apresentar o regimento interno das comissões regionais de gestão compartilhada, verificou-se a necessidade de maior discussão sobre as estratégias da regionalização avaliando os avanços e pontos a serem melhorados no processo, participaram da oficina 37 pessoas dentre os quais a diretoria do Cogemas, representantes dos municípios abrangidos pelos serviços regionais e coordenadores dos Creas regionais do Vale do Rio Doce, do Médio e Baixo Jequitinhonha, Mucuri e Alto Jequitinhonha, de representantes do Conselho Estadual de Assistência Social do Ministério Público, da Fundação João Pinheiro além de servidores da Sedese e da Secretaria de estado de Cidades e Integração regional. A oficina deu os seguintes encaminhamentos, a Sedese disponibilizará para publicação digital o caderno de orientação dos serviços regionalizados e a nota técnica sobre os arranjos na oferta de serviços de proteção especial em Minas Gerais, também nós faremos uma alteração na resolução que cria as comissões regionais de gestão compartilhada a partir das contribuições dadas na oficinas para que o documento seja novamente submetido para pactuação na Cib, e também nós vamos reunir novamente a câmara técnica que foi criada para discutir a regionalização para análise final do protocolo de gestão e atendimento compartilhados dos serviços regionalizados de proteção especial para subsidiar a pactuação da Cib, também informar ao Conselho a visita técnica da equipe do MDS e da Sedese em Juiz de Fora, o objetivo da visita foi verificar a execução do PAF e do PAEF, como todos aqui sabem lá está sendo executada por entidade sócio assistencial, ela foi nos dias 30 e 31 de outubro, a Sedese e o Ceas acompanharam a visita no município de Juiz de Fora, dia 30 conversa com a gestão municipal a tarde com o Conselho Municipal e depois foi feita uma visita in loco no Cras Ipiranga e Cras leste linhares, também informar a segunda reunião ordinária do Núcleo Estadual de Educação Permanente, no dia 17 de outubro foi realizada em Belo Horizonte na Cidade Administrativa a segunda reunião ordinária do Núcleo que teve como pauta a supervisão técnica como ação de capacitação da educação permanente e a minuta da resolução sobre os parâmetros da educação permanente, no dia 28 de novembro será realizada a terceira reunião ordinária quando será apresentada a avaliação final da execução do Capacita Suas, foi realizada também dia 29 de outubro vídeo conferência com o tema orientações acerca do preenchimento do demonstrativo anual física e financeiro dos resultados repassados pelos Feas, participaram gestores e técnicos dos Fundos Municipais de Assistência Social e conselheiros do Conselho Municipal de Assistência Social de MG, no dia 06 de novembro foi realizada a vídeo conferência sobre a inclusão dos beneficiários do BPC no cadastro único, foram disponibilizadas 2 vagas para municípios, também participaram gestores municipais, gestores do bolsa e do cadastro, coordenação e técnicos da proteção básica dos municípios aqui do Conselho Estadual participamos Simone, Isac e o Irajá. A Sedese, por meio da Diretoria de Gestão de Medidas Socio Educativo em meio aberto participou do seminário - orçamento público, planejamento, gestão, aplicação de recursos, lugar de criança é no orçamento – o evento foi promovido pelo Ministério Público do Trabalho

e foi realizado no dia 31 de outubro, todos os 853 municípios foram convidados com ênfase para os 72 municípios que estão em cofinanciamento federal do programa de erradicação do trabalho infantil por serem municípios com maior número de incidência de criança em situação de trabalho infantil, a Sedese apresentou as ações estratégicas do Pet realizadas pelo estado, informar também aos senhores que dia 26, segunda feira agora a Sedese fará uma reunião com os municípios do Alto do Rio Doce nós vamos discutir a pauta com eles dos planos municipais de proteção social, plano municipal de proteção social de MG e orientação dos municípios a luz de Mariana, isso aqui é uma reunião que nós vamos realizar para dar retorno para os 35 municípios sobre os acordos que estão feitos com a Fundação Renova que é a fundação que representa a Samarco, então nós vamos fazer uma oficina de alinhamento com os municípios, também informar ao Conselho que ainda estão aberto os aceites ao cofinanciamento federal para o programa Acessuas Trabalho para os estados e municípios conforme resolução nº 13 de 2018 do CNAS, também para o cofinanciamento federal para o PAEF medidas sócio educativas ofertadas no âmbito do Creas na resolução da Cit nº13 de 21 de março de 2018 e resolução do CNAS nº 07 de 02 de abril de 2018 é bom informar também que nós fizemos o aceite mas que os recursos não foram repassados ainda. Os coordenadores estaduais do programa bolsa família e do cadastro único além dos gestores das áreas de educação, saúde e assistência social estiveram reunidos entre os dias 06 e 09 de novembro em Cuiabá - Mato Grosso do Sul, para avaliar os avanços da política de transferência de renda neste ano e planejar ações para 2019, o evento também teve o objetivo de dar continuidade a construção de uma rede colaborativa de gestão do bolsa para compartilhar experiências. Nós também, a Sedese está cumprindo um calendário acertado no âmbito do programa bolsa família que é a capacitação, nós então faremos dia 21 de novembro estão fazendo nessa semana em Pedro Leopoldo, de 26 a 30 de novembro na Regional de Diamantina e de 10 a 14 de dezembro na Regional de Curvelo. Esses são os informes eu agradeço a todos pela atenção. **Rodrigo:** Mesa Diretora então, na mesa diretora nós tivemos as comissões temática dentro da comissão de apoio a proposta do Dia D, na comissão de políticas junto com a comissão de normas a minuta de benefícios eventuais e a comissão de orçamento prestação de contas do terceiro trimestre, também discutimos, lemos a carta que vai ser lida aqui hoje pra gente deliberar sobre ela, a proposta de carta é a “população em situação de rua em foco por uma prática libertadora”, ou “fazer profissional como a população em situação de rua (re)pensando a prática” são 2 propostas de títulos, quadro de denúncias após a aplicação da nova resolução do Ceas e aí é importante destacar desse quadro de denúncias que algumas denúncias foram retornadas para a comissão para sua finalização e demais encaminhamentos e denúncia relativa a Juiz de Fora passou pela comissão de normas, a nota técnica sobre a 13ª conferência estadual, a resolução do Ceas nº544 de 2015 que dispõe sobre o critério de ilegitimidade a partir de recursos, nós vamos discutir talvez, vacância de suplente de entidades, isso é importante que a gente está acionando o fórum de entidades pra acionar o fórum de entidades o indicativo à mesa diretoria para que ela faça o processo de escolha e aí a gente também discutiu as necessidades civil um pouco sobre essa questão, teve inclusive um pedido de informação, correspondências recebidas e o MDS encaminha cópia de ofício enviada a Sedese sobre denúncia sobre o Creas do município de Betim, Betim também está difícil a situação, da Sub Sedese dia 28 de novembro reunião do Niep para avaliação do Capacita Suas e outra correspondência recebida foi a correspondência de Nova Lima solicitando análise sobre o processo de entidade da Casa Rosal será analisado pela secretaria executiva e aí como eu disse na mesa diretoria não deixando, a gente acaba falando de onde a gente está nessa questão de denúncia de entidade eu peço até a comissão de apoio para que debruce sobre ela também porque foi uma situação muito difícil gerou até boletim de ocorrência no município, é uma entidade que fica pleiteando cofinanciamento e não quer executar o serviço quer continuar executando o serviço da saúde, então eu peço assim um carinho em função do que é o Conselho de Nova Lima e como ele vem tratando com muita seriedade as coisas, aqui na região metropolitana o Conselho de Nova Lima é muito respeitado e tem buscado fazer o trabalho muito direitinho e a gente procura dar suporte para a secretaria executiva que ficou lá, são 2 meninas, 1 já está lá algum tempinho mas a outra é nova então a gente precisa

de dar um olhar, também queria dar um informe que eu não me lembro o dia direito o Fernando do Cogemas mas foi esse mês, na reunião do Cogemas, o Cogemas me convidou, convidou o Ceas para participar da reunião e dentre as propostas da gente tirar uma agenda dos gestores pra gente discutir com a equipe de transição com o governo quais são as demandas dos gestores, então ficou na mesa José Crus e eu nós tiramos os encaminhamentos e na segunda feira agora nós vamos reunir com a Simone, com a secretária da Rosilene, a Karla, pra gente discutir tanto o Dia D quanto a questão da convocação da conferência e também iniciar um diálogo sobre essa questão da transição pra gente ver como que eles estão pensando da política da assistência em que pé está isso e talvez a gente até vai oficializar essa comissão de transição para o Ceas se fazer presente, falar que está aqui, ouvir o que eles estão pensando também então a gente pretende convidá-los, então é isso. Outros informes, **Marleide** – CRP: Eu vou dar informe do Fet, do Fórum Estadual de Trabalhadores, algumas relações dos Forts, o Fórum Municipal de Trabalhadores de Ribeirão das Neves reconduziu sua coordenação, a Rosângela será coordenadora a reunião tinha entre presentes 40 pessoas de todos os serviços e nível de escolaridade e estão sendo feita na coordenação um calendário de lutas para 2019, além disso temos o Fort do Sudoeste de Passos, no dia 08 estiveram presentes mais de 50 participantes na reunião com 13 municípios da região, foram feitas temáticas sobre relatório, laudos, pareceres com a perspectivas de como o Fort, os Fóruns Municipais podem lutar para defender a categoria desses ataques do judiciário e Ministério Público, foram falado bastante sobre comunicação, mobilização para pautas concretas, além disso em dezembro o Leo Coury ele está em um Fort em Mucuri, na região de Maxacalis, Mucuri /Jequitinhonha, ele estará juntamente com a colega Marcele, que é psicóloga ela representa o Fet no Neep, Núcleo de Educação Permanente, e eles estão mobilizando para construir o Fort da Região e vai entrar em contato com o conselheiro Isac também para ter essa pauta conjunta de Fórum dos Usuários e de Trabalhadores em defesa do Suas da região, além disso também o Fort Centro Oeste, hoje estará realizando uma plenária para constituição desse Fórum e aprovação do regimento interno e adesão de carta de princípios, e em dezembro também dia 4 de dezembro o Fort da regional Timóteo vai fazer a sua terceira reunião temática no município de Itabira. Obrigada. **Camila**: Bom dia a todas e todos, referente a visita que nós acompanhamos em Juiz de Fora, a Secretaria de Desenvolvimento Social colocou uma demanda para nós e eu vou até falar aqui na Plenária mas eu acredito que seja específica para comissão de normas, é relacionada a questão da vulnerabilidade das pessoas em situação de rua quando elas precisam solicitar a segunda via de documentos, a polícia civil de Juiz de Fora tem colocado que o encaminhamento tem que ser feito diretamente pelo profissional do serviço social do Cras e aí eles pedem pra que a gente faça uma discussão a respeito dessa questão tendo em vista que os outros equipamentos também possuem assistentes sociais e a política civil não aceita que o encaminhamento seja feito através desses profissionais e aí eu gostaria de colocar para a comissão de normas para discutir se a gente tem alguma norma regulamentadora que discute essa questão e se a gente não tem se é possível a gente propor alguma intervenção, alguma questão. **Juanita**-Federação das Apae's: O informe sobre a participação desse conselho na revisão do PPAG na assembleia estavam presentes na primeira reunião vários de nós, conselheiros, eu não vou falar os nomes aqui para não estender, mas conforme foi deliberado na nossa penúltima ou última plenária, nós estávamos num grupo grande com técnicos também da secretaria, com servidores da Sedese, participamos da primeira reunião pra trabalhar com relação a temática da assistência social, no grupo de saúde e proteção social onde lá foi definido 5 grupos, o nosso grupo trabalhou com a proposta conforme deliberado por esse conselho de aporte de recursos de emenda no orçamento pra 2019 para rubrica da rede de proteção sócio assistencial, a casa lar, no segundo dia que foi a reunião com a comissão de orçamento eu e Márcio estávamos presentes se eu não me engano, e ficamos lá até aproximadamente sete e meia, oito horas da noite e fizemos apresentação para o plenário da comissão da nossa proposta de emenda, com justificativa, nos apresentamos como Conselho qual que é a nossa função e pedimos apoio dos membros da comissão para apoiar o pleito desse conselho com relação a proposta de emenda. **Rodrigo**: Mais algum informe, não, a Sandra havia pedido,

tem informe da CMAS, e tem informe da Cib que é a Ivone, mas como elas não chegaram, quando elas chegarem elas relatam. Então vamos para os pontos de apreciação e deliberação. Processos de eleição da mesa diretora, como foi dito no ano passado quando a gente fez a opção de não tomar posse nós tivemos a presidência em função da vacância de 2 conselheiros, a secretaria executiva já havia dito que isso não empurraria o mandato da presidência, o mandato vence, está vencendo e portanto a presidência agora em tese é do governo caso o governo reivindique a presidência ou a recondução, a mesa diretora em discussão foi em favor da recondução aí a gente tem que colocar em votação e saber se o governo reivindica a presidência. **Simone:** O governo reivindica que o presidente seja o Rodrigo. **Rodrigo:** Obrigado Simone, então algum esclarecimento da questão podemos colocar em votação então a recondução da mesa diretora, da presidência não gente é da mesa diretora, então conselheiros que aprovam a recondução da mesa diretora, contrários, abstenções, então mesa diretora reconduzida, muito obrigado pela confiança eu só tenho a agradecer a todas e a todos. Minuta de resolução do Núcleo Estadual de Educação Permanente, quem vai fazer o relato? Só lembrando gente que essa resolução a gente já vem discutindo ela a muito tempo é um ganho pra gente esse núcleo estadual sair agora, é um ganho, eu acho que além de proteger o trabalhador, o Suas, vai dar maior visibilidade para a política de educação permanente que ainda tem incipiente nos municípios, acho muito bacana. **Jaime:** Bom dia gente, eu sou o Jaime, sou Superintendente de Capacitação e Monitoramento com toda relação da Subsecretaria de Assistência Social da Sedese então nós vamos fazer a leitura aqui da proposta de resolução que dispõe sobre os parâmetros pra educação permanente do Sistema Único da Assistência Social no estado de Minas Gerais em consonância com a política nacional de educação permanente do Suas, PNEP Suas e sua articulação com apoio e assessoramento técnico aos municípios mineiros, então o Conselho Estadual de Assistência Social de MG– Ceas/MG, no início das atribuições conferidas na lei estadual nº 12.262 de 26 de julho de 1996, considerando o disposto no parágrafo V do artigo VI da Loas de 8.742 de 07 de dezembro de 1993 lei orgânica da assistência social, Loas que estabelece como objetivo do Suas a implementação da gestão do trabalho e da educação permanente na assistência social, considerando a resolução nº 145 de 15 de outubro de 2004 do conselho nacional de assistência social CNAS, que aprova a política nacional de assistência social PNAS, considerando a resolução nº 269 de 13 de dezembro de 2006 do conselho nacional de assistência social que aprova a norma operacional básica de recursos humanos do sistema único da assistência social NOB RH Suas e estabelece que a gestão do trabalho deve garantir a educação permanente dos trabalhadores, considerando a resolução nº 17 de 20 de junho de 2011, do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, que ratifica a equipe de referência estabelecida pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS e reconhece as categorias profissionais de nível superior para atender as especificidades dos serviços socioassistenciais e das funções essenciais de gestão do Sistema Único de Assistência Social – SUAS; Considerando o disposto na Resolução nº 33, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, que aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB-SUAS e define no §1º do artigo 109 a instituição e implementação de Plano de Capacitação e Educação Permanente, com certificação, como uma das medidas de valorização do trabalhador; Considerando a Resolução nº 4, de 13 de março de 2013, do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, que institui a Política Nacional de Educação Permanente do Sistema Único de Assistência Social – PNEP/SUAS; Considerando a Resolução nº 9, de 15 de abril de 2014, do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, que ratifica e reconhece as ocupações e as áreas de ocupações profissionais de ensino médio e fundamental do Sistema Único de Assistência Social – SUAS; Considerando a Resolução nº 6, de 21 de maio de 2015, do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, que regulamenta entendimento acerca dos trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social – SUAS; Considerando a Resolução do CEAS/MG nº 522/ 2015, de 25 de junho de 2015, que aprova o Programa Estadual de Qualificação da Gestão Descentralizada do SUAS – Programa Qualifica SUAS; Considerando a Resolução nº 34, de 20 de julho de 2015, da Secretaria de Estado de Trabalho e de

Desenvolvimento Social – SEDESE, que institui o Programa Estadual de Qualificação da Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social – Programa Qualifica Suas; Considerando a Resolução nº 36, de 22 de Julho de 2015, da Secretaria de Estado de Trabalho e de Desenvolvimento Social – SEDESE, que institui o Núcleo Estadual de Educação Permanente do Sistema Único de Assistência Social de Minas Gerais – NEEP-SUAS/MG; Considerando a Resolução nº 11, de 23 de setembro de 2015, do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, que caracteriza os usuários, seus direitos e sua participação na Política Pública de Assistência Social e no Sistema Único de Assistência Social – SUAS, e revoga a Resolução nº 24, de 16 de fevereiro de 2006; Considerando a Resolução nº 6, de 13 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, que estabelece parâmetros para a Supervisão Técnica no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, em consonância com a Política Nacional de Educação Permanente do SUAS – PNEP/SUAS; Considerando o disposto na Resolução nº 7, de 18 de maio de 2016, do Conselho Nacional de Assistência Social, que aprova as metas nacionais do Plano Decenal de Assistência Social (2016-2026), dentre as quais se destaca a ampliação e aprimoramento das ações de capacitação e de formação com base nos princípios e diretrizes da Educação Permanente; Considerando a portaria nº 190, de 22 de dezembro de 2017, do Ministério do Desenvolvimento Social -MDS - Secretaria Nacional de Assistência Social-SNAS, que institui o Núcleo Nacional de Educação Permanente do SUAS - NUNEP/SUAS; Considerando as deliberações da 12ª Conferência Estadual de Assistência Social, publicada na Resolução nº 618, de 26 de março de 2018, do Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS; Considerando a Resolução nº 09, de 12 de novembro de 2018, da Comissão Intergestores Bipartite – CIB, que dispõe sobre as responsabilidades e atribuições do estado e municípios na oferta da Educação Permanente do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, no âmbito do estado de Minas Gerais; e Considerando a deliberação de sua 239ª Plenária Ordinária, ocorrida em 23 de dezembro de 2018, (novembro, está adiantando a vida da gente). Resolve: Art.1º Estabelecer os parâmetros para a Educação Permanente do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, no âmbito do estado de Minas Gerais, em consonância com a Política Nacional de Educação Permanente do SUAS – PNEP/SUAS e sua articulação com o apoio e assessoramento técnico aos municípios mineiros. Capítulo I - Da Finalidade e Das Diretrizes Seção I- Da Finalidade Art.2º A Educação Permanente do SUAS em Minas Gerais destina-se aos trabalhadores do SUAS com Ensino Fundamental, Médio e Superior que atuam na rede socioassistencial governamental e não governamental, assim como aos usuários, aos gestores e agentes de controle social no exercício de suas competências. Art.3º A Educação Permanente do SUAS no estado de Minas Gerais tem como premissa a observância e o respeito às diversidades e características socio territoriais das regiões do estado, bem como os aspectos sociais, culturais, históricos, econômicos e políticos dos territórios. Art.4º A Educação Permanente em Minas Gerais deverá ocorrer, preferencialmente, de forma descentralizada, observando a divisão territorial das Diretorias Regionais da SEDESE, bem como as especificidades dos Serviços Regionais. Parágrafo Único. A Educação Permanente descentralizada objetiva aproximar a formação do local de trabalho, buscando maior aderência dos trabalhadores, usuários, gestores e agentes de controle social no exercício de suas competências. Art.5º A Educação Permanente deve pautar-se nos percursos formativos preconizados na Política Nacional de Educação Permanente do Sistema Único de Assistência Social – PNEP/SUAS, e na complementaridade entre Capacitação, Formação e Apoio Técnico. §1º São percursos formativos preconizados pela PNEP/SUAS: a) Gestão do SUAS; b) Provimento de serviços e benefícios socioassistenciais; c) Controle social do SUAS. §2º Percurso Formativo que trata o caput corresponde ao conceito de trilha de aprendizagem, evidenciando uma forma de desenvolvimento de competências profissionais na qual o percurso ou trilha construída pelo participante para o seu desenvolvimento profissional resulta, de um lado, das suas próprias conveniências, necessidades e aspirações profissionais; e de outro, das necessidades da organização na qual trabalha, da avaliação do seu desempenho na realização da função e das atividades que lhes são incumbidas, das competências que já possui e das que necessita desenvolver. Seção II Das Diretrizes Art.6º A Educação Permanente do SUAS de Minas

Gerais deve promover e aprimorar o desenvolvimento das competências de trabalhadores, usuários, gestores e agentes de controle social no exercício de suas funções, bem como fortalecer a capacidade crítica e propositiva, a partir dos processos de trabalho e das práticas profissionais existentes. Art.7º A Educação Permanente do SUAS em Minas Gerais tem como diretrizes: I- A atualização e renovação contínua de conceitos, práticas e atitudes profissionais das equipes de trabalho e diferentes agrupamentos; II- A mediação pela problematização e reflexão quanto às experiências, saberes, práticas e valores pré-existentes e que orientam a ação desses sujeitos no contexto organizacional ou da própria vida em sociedade; III- A centralidade dos processos de trabalho e das práticas profissionais relacionadas à gestão participativa e democrática e ao provimento dos serviços e benefícios socioassistenciais para a estruturação dos processos de planejamento e implementação de ações de capacitação e formação; IV- A valorização da interdisciplinaridade no processo de ensino, aprendizagem, investigação e construção de conhecimento; V- A aprendizagem significativa, compreendida como um processo de aprendizagem que se desenvolve pela interiorização de novas competências a partir da mobilização dos saberes e experiências prévias do educando; VI- O princípio da historicidade; VII- A formação e o desenvolvimento das competências requeridas pelo SUAS; VIII- A qualidade dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais; IX- O respeito à diversidade sociocultural e territorial na elaboração das ações de capacitação e formação; X- A oferta regionalizada e descentralizada das ações de capacitação e formação; XI- O investimento em múltiplas formas de capacitação e formação, adotando instrumentos criativos e inovadores, adequando-os aos diferentes públicos da Política de Assistência Social e garantindo a acessibilidade das pessoas com deficiência; XII- A valorização e reconhecimento de múltiplos espaços de formação; XIII- A valorização e reconhecimento da capacitação e da formação como partes integrante e indissociável do Trabalho Social; XIV- O acompanhamento, monitoramento e avaliação dos percursos formativos e ações de capacitação e formação; XV- A valorização das dimensões ética, humana e política da capacitação e formação; XVI- A valorização das dimensões técnica, teórica e metodológica da capacitação e formação; XVII- A valorização da educação popular de usuários e lideranças comunitárias como estratégia de fortalecimento da participação e do controle social do SUAS; XVIII- O sentido público e a centralidade do usuário como sujeito de direito nas ações de capacitação e formação do SUAS em Minas Gerais. Art.8º O planejamento, a oferta e a implementação de ações de capacitação e formação no SUAS têm por finalidade: I - Responder às questões e demandas que emergem dos processos de trabalho e de diagnósticos; II - Desenvolver as competências necessárias e essenciais ao aprimoramento contínuo da qualidade da gestão do SUAS e do provimento dos serviços e benefícios socioassistenciais; III - Redimensionar processos de trabalho e práticas profissionais incompatíveis ao atual paradigma da assistência social, entendida como política pública de direito e não contributiva inserida no âmbito da Seguridade Social. Capítulo II Dos Espaços Formativos para Educação Permanente no SUAS Art.9º Ficam instituídos em Minas Gerais os Espaços Formativos para a Educação Permanente no SUAS, compreendidos como parte integrantes e indissociável do trabalho social. Parágrafo único. São espaços formativos os múltiplos espaços de problematização e reflexão quanto às experiências, saberes, práticas e valores que orientam a ação dos sujeitos no contexto organizacional, da gestão, do controle social e do provimento de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, compreendendo tanto atores governamentais como não governamentais. Art.10. As equipes de referência dos CRAS, Centros POP, CREAS municipais, dos CREAS Regionais e as equipes a eles referenciadas deverão realizar reuniões semanais ou, no máximo, quinzenais, com os seguintes objetivos: I - Identificar problemas e plataformas de trabalho conjunto entre as diferentes áreas, considerando os princípios e conceitos em comum. II - Possibilitar a discussão de casos e a troca de informações entre os profissionais do SUAS, de nível médio e superior, para que possam planejar e avaliar ações e procedimentos junto aos seus coordenadores. Parágrafo Único. As reuniões de equipe deverão evidenciar práticas interdisciplinares, de forma cooperada entre os diversos tipos de saberes, e também interagir com o campo da arte, da cultura popular e do conhecimento das famílias. Art.11. A participação em fóruns, conselhos, comissões locais e regionais, Uniões Regionais de

Conselhos Municipais de Assistência Social-URCMAS e conferências são espaços de capacitação e formação. Parágrafo Único. Estes espaços têm caráter participativo e democrático, são espaços de capacitação sociopolítica onde se constroem saberes e fazeres para a transformação da realidade social e dos próprios atores sociais. Capítulo III Da Capacitação, Da Formação e Do Apoio Técnico, Seção I Da Capacitação e Da Formação Art.12 As ações de capacitação e formação a serem implementadas em Minas Gerais deverão ser definidas no Plano Estadual de Educação Permanente. §1º São ações de capacitação: I. Capacitação Introdutória; II. Capacitação de Atualização; III. Supervisão Técnica; IV. Participação nos espaços formativos conforme o artigo 9º; V. Participação em fóruns, conselhos, comissões locais e conferências conforme o artigo 11. §2º São ações de formação: Formação técnica de nível médio; Aperfeiçoamento; Especialização; Mestrado. §3º As ações de capacitação tem como finalidades promover o nivelamento, a atualização e manutenção de competências basilares ao desenvolvimento comum das três funções do trabalho no SUAS ou ao desenvolvimento específico de cada uma delas, bem como de promover ações de capacitação em serviço, que tenham por finalidade apoiar e acompanhar as equipes de trabalho no desenvolvimento das funções de gestão do SUAS e de provimento de serviços e benefícios socioassistenciais. §4º As ações de formação obedecem às determinações legais do Ministério da Educação (MEC) que a elas digam respeito e compreendem uma complementação da formação formal, seja de nível superior ou médio. Art.13. Os temas da capacitação e formação contemplarão as normativas e os conteúdos nacionalmente construídos, bem como os conteúdos definidos como especificidades do estado, que comporão a Matriz Pedagógica dos cursos. Parágrafo único. Os temas e conteúdos específicos do estado serão validados pelo Núcleo Estadual de Educação Permanente e devem valorizar: I. As especificidades e as necessidades de capacitação do SUAS no estado; II. A diversidade sociocultural e territorial do estado; III. As aprendizagens advindas das situações e processos de trabalho; IV. Os debates dos Fóruns de Trabalhadores, Usuários, Entidades e Uniões Regionais de Conselhos Municipais de Assistência Social - URCMAS. Art.14. A execução das ações de capacitação e formação em Minas Gerais devem ser realizadas preferencialmente por instituições de ensino superior e ou técnico reconhecidas pelo Ministério da Educação - MEC. Parágrafo único. A Política Estadual de Educação Permanente deve promover a integração entre as instituições de ensino superior e médio com a Política de Assistência Social, aproximando o processo de capacitação e formação às necessidade do SUAS. Subseção I Da Supervisão Técnica Art.15. Conforme disposto no Art. 3º da Resolução do CNAS nº6, de 13 de Abril de 2016, entende-se por Supervisão Técnica no SUAS um tempo na organização do trabalho que deve mobilizar gestores e trabalhadores para reflexão e estudo coletivo acerca de questões relacionadas aos seus processos cotidianos de trabalho, às suas práticas profissionais, às articulações com o território, na perspectiva institucional e intersetorial. Art.16. A Supervisão Técnica ofertada em Minas Gerais deverá ser compreendida como ação de estruturação do processo de trabalho institucional e como ação de capacitação, e deve ser orientada e efetivada a partir dos seguintes princípios: I. Reconhecimento do território e suas múltiplas escalas; II. Respeito à diversidade sociocultural; III. Centralidade no usuário do SUAS como sujeito de direito; IV. Sentido público do trabalho da Supervisão Técnica no SUAS; V. Diálogo como base da Supervisão Técnica democrática. Art.17. São diretrizes da Supervisão Técnica em Minas Gerais: I. O estabelecimento de parcerias para o desenvolvimento das ações de supervisão técnica, voltadas para garantir maior capilaridade de suas ações, assim como a realização de estratégias de regionalização e descentralização; II. A elaboração de diagnóstico, do Plano de Supervisão Técnica e a identificação das prioridades para a gestão e provimento de serviços e benefícios socioassistenciais; III. A conexão do Plano de Supervisão Técnica com as ações de apoio e assessoramento técnico de forma articulada e complementar, com foco nas dificuldades ou fragilidades identificadas para cada eixo dos percursos formativos contidos no § 1º do Art. 5º. Art.18. A oferta estadual regional da supervisão técnica compreende o envolvimento de profissionais e ou técnicos de mais de um município, dentro do território de abrangência das Diretorias Regionais da SEDESE, agrupados conforme demandas e prioridades temáticas comuns de processos de trabalho, identificadas e pactuadas em

conjunto com os municípios. Parágrafo Único. A oferta estadual regionalizada da supervisão técnica deve envolver os profissionais das Diretorias Regionais da SEDESE, seja na sua execução, bem como no acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações de Supervisão Técnica. Art.19. A supervisão Técnica deverá ser realizada por meio da mobilização e participação dos gestores e das equipes de trabalho para estudo e reflexão acerca de questões ou problemas relacionados aos processos de trabalho e práticas profissionais, visando à formulação e experimentação de alternativas de solução e superação dos problemas e questões motivadoras. Seção II Do Apoio Técnico Art.20. Com objetivo de potencializar o suporte à gestão municipal de assistência social, busca-se a conexão das ações de capacitação e formação com as ações de apoio e assessoramento técnico, desenvolvidas de forma articulada e complementar, com foco nas dificuldades ou fragilidades identificadas na gestão do SUAS, no provimento de serviços e benefícios e no controle social do SUAS. Art.21. Entende-se por apoio técnico as estratégias utilizadas pelo gestor estadual e municipal para dar assessoramento, conhecimento e disseminar as normativas do SUAS pactuadas e deliberadas pelas instâncias de pactuação e deliberação. Art.22. São atividades de Apoio Técnico: I. Atendimento técnico: modalidade de apoio técnico em que são fornecidas orientações pontuais referentes às demandas imediatas de gestão e operacionalização do SUAS, realizada de forma presencial, por e-mail ou por telefone; II. Oficinas de apoio técnico: modalidade de apoio técnico presencial que pressupõe o planejamento das atividades e discussões, além de abordar os assuntos de forma mais profunda, suscitando reflexões acerca dos temas tratados, a partir de produção coletiva de conhecimento, com a finalidade de promover o aprendizado compartilhado; III. Video conferências: modalidade de apoio técnico à distância realizada com a transmissão de imagem e som entre os interlocutores, via internet, que, por meio de recursos tecnológicos, possibilita a interação e a realização de debates visando a implementação das normativas e instruções operacionais do SUAS, fomentando a troca de experiências; IV. Visitas de apoio técnico: modalidade de apoio técnico in loco, com objetivo de orientar gestores, conselheiros, coordenadores e trabalhadores da rede socioassistencial sobre as normativas, instruções operacionais, técnicas e procedimentos do SUAS, utilizada como estratégia para acompanhar, monitorar e avaliar como se dá a operacionalização do SUAS no território, visando ao aprimoramento das ofertas; V. Eventos Técnicos: modalidade que envolve palestras, conferências, seminários, simpósios, congressos, workshop e afins, com objetivo de trazer atualizações acerca de assuntos afetos à operacionalização da Política de Assistência Social, conforme normativas vigentes, tendo em vista o aprimoramento da gestão do SUAS e a qualificação dos serviços e benefícios socioassistenciais; VI. Produção e disponibilização de materiais, cartilhas, cadernos e divulgação de orientações em Blogs, Sítios, entre outros. Art.23. O Governo Estadual, seja o nível central ou as Diretorias Regionais, deve priorizar, nas atividades de Apoio Técnico mencionadas no Art. 22 desta Resolução, a participação dos gestores, trabalhadores do SUAS MG, conselheiros estaduais, instâncias de coordenação regional e a rede estadual governamental e não governamental e serviços regionais. Art.24. O Governo Municipal deve priorizar as atividades de Apoio Técnico mencionadas no Art. 22 desta Resolução a rede socioassistencial governamental e não governamental e as instâncias de controle social vinculadas às Secretarias de Assistência Social ou congêneres. Capítulo IV Do Monitoramento e Avaliação Art.25. O monitoramento e avaliação das ações de capacitação e formação no âmbito da Educação Permanente do SUAS têm por finalidade acompanhar a realização das ações previstas visando às adequações necessárias e seu aprimoramento. §1º O monitoramento das ações de Educação permanente em Minas Gerais tem como objetivo subsidiar os gestores da política com informações sobre as ações de capacitação e formação, resumidas em painéis ou sistemas de indicadores de monitoramento. §2º A avaliação tem como objetivo subsidiar os gestores com informações mais aprofundadas e detalhadas sobre o funcionamento e os efeitos das ações de educação permanente em Minas Gerais, levantadas nas pesquisas de avaliação. Art.26. O monitoramento e avaliação devem produzir informações e estudos que possibilitem a análise de processos, resultados e impactos das ações de Educação Permanente em Minas Gerais. Art.27. O monitoramento e avaliação das ações de Educação Permanente em Minas Gerais devem colaborar com: I. A identificação

das competências necessárias e o aperfeiçoamento das práticas; II. A investigação dos efeitos da capacitação e formação no aprimoramento da gestão, de serviços, projetos, programas e benefícios socioassistenciais e no exercício do controle social; III. Adequação das ações às necessidades e tempo de dedicação dos trabalhadores, gestores e conselheiros do SUAS; IV. A identificação de boas práticas; V. A avaliação do Plano Estadual de Educação Permanente; Art.28. O monitoramento e avaliação das ações de Educação Permanente em Minas Gerais devem articular e utilizar das informações produzidas pelos sistemas da Rede SUAS e pela Vigilância Socioassistencial do SUAS nos estudos e análises de resultados e impactos das ações de Educação Permanente em Minas Gerais, Capítulo V Do Núcleo Estadual de Educação Permanente e Do Plano Estadual de Educação Permanente Seção I Do Núcleo Estadual de Educação Permanente Art.29. O Núcleo Estadual de Educação Permanente do Sistema Único de Assistência Social de Minas Gerais–NEEP/SUAS-MG é a instância de consulta e assessoramento ao órgão gestor do SUAS na esfera estadual de governo, bem como do Conselho Estadual de Assistência Social, no que diz respeito à implementação e execução da Educação Permanente. Art.30. São atribuições e competências do NEEP/SUAS-MG: I. Acompanhar e avaliar o processo de implementação da PNEP-SUAS na esfera estadual de governo e elaboração de propostas de aperfeiçoamento; II. Realizar debate sobre competências necessárias ao trabalho no âmbito do SUAS, visando subsidiar o processo de planejamento e oferta das ações de Educação Permanente no estado de Minas Gerais; III. Colaborar na realização de diagnósticos de competências e necessidades de formação e de capacitação; IV. Avaliar e validar metodologias e conteúdo de educação permanente relacionados aos processos de trabalho, estratégias de gestão e de controle social e outras práticas, de ações inovadoras e de promoção de melhorias na qualidade da gestão, do provimento dos serviços, benefícios e transferência de renda e do exercício do controle social, recomendando ao órgão gestor do SUAS à sua socialização e disseminação; V. Subsidiar a elaboração do Plano Estadual de Educação Permanente do SUAS de Minas Gerais a ser pactuado na CIB e deliberado pelo CEAS; VI. Auxiliar no planejamento e acompanhamento das ações de capacitação e formação; VII. Fomentar a produção de conhecimentos sobre os diferentes aspectos da Educação Permanente e da Gestão do Trabalho no SUAS; VIII. Validar certificados de capacitação e de formação conforme disposto nos artigos 31 e 34 adquiridos externamente aos percursos formativos estabelecidos pela Política Nacional de Educação Permanente do Sistema Único de Assistência Social – PNEP/SUAS, bem como submeter a seu crivo as certificações com carga horária não estabelecida pela PNEP/SUAS; IX. Socializar e disseminar informações e conhecimentos produzidos; X. Organizar observatórios de práticas profissionais no âmbito do SUAS; XI. Certificar e ou validar certificados das formações coletivas realizadas através da Supervisão Técnica realizada pelo gestor estadual da Política de Assistência Social; XII. Subsidiar a Regulamentação do SUAS na construção de normativas que garantam a participação dos trabalhadores do SUAS nas ações de Educação Permanente; XIII. Atuar de forma colaborativa com o Núcleo Estadual de Educação Permanente do SUAS e com os núcleos municipais de educação permanente constituídos no estado de Minas Gerais, de forma a possibilitar a articulação e integração; XIV. Coordenar as ações de acompanhamento da Política de Educação Permanente do Estado de Minas Gerais junto à rede socioassistencial do SUAS, visando aprofundar ideias e debater democraticamente questões que envolvam a Política de Assistência Social nas esferas pública e privada; XV. Estimular a produção de conhecimento e propor conteúdos de assistência social a serem desenvolvidos nos processos de formação de gestores, trabalhadores e conselheiros de políticas públicas com interface à Política de Assistência Social; XVI. Contribuir no planejamento das ações de capacitação e formação, de forma a garantir seu caráter continuado e permanente e seu alinhamento com as reais necessidades dos trabalhadores, gestores e conselheiros, em consonância com as responsabilidades e prioridades pactuadas para o estado. Subseção I Da Certificação Art.31. As ações de capacitação e formação devem gerar a respectiva certificação para os participantes. Parágrafo único. As ações de capacitação que serão de responsabilidade do NEEP/SUAS-MG validar e ou certificar são as contidas no inciso I, II e III do parágrafo 1º do Art. 12. Art.32. Os Percursos Formativos trilhados pelo trabalhador devem

ser considerados em sua progressão e promoção funcional e devem ser acompanhados e registrados desde o seu ingresso no SUAS. Art.33. Devem ser considerados válidos os certificados emitidos pelas instituições de ensino superior ou médio reconhecidas pelo Ministério da Educação – MEC que executem ações de capacitação e formação definidas em âmbito Nacional e ou Estadual do Sistema Único de Assistência Social. Art.34. Os certificados que não estejam de acordo com os critérios especificados no artigo 33 desta resolução deverão ser submetidos a um processo específico de validação por parte do Núcleo Estadual de Educação Permanente do SUAS, observando a compatibilidade da qualificação que se pretende validar com outras ações de capacitação e formação, ofertadas pelas instituições de ensino superior ou médio reconhecidas pelo MEC. §1º A análise deverá resultar em julgamento conclusivo de compatibilidade em relação: I. Aos aspectos didático-pedagógicos; II. Ao conteúdo trabalhado; e III. Às competências desenvolvidas. §2º O NEEP/SUAS-MG estabelecerá parâmetros complementares para validar certificados de capacitação e formação adquiridos externamente aos percursos formativos estabelecidos pela Política Nacional de Educação Permanente do Sistema único de Assistência Social – PNEP/SUAS. Seção II Do Plano Estadual de Educação Permanente Art.35. A elaboração do Plano Estadual de Educação Permanente de Minas Gerais deverá atender às determinações da Política Nacional de Educação Permanente do SUAS –PNEP/SUAS, da Política Nacional de Assistência Social, da Norma Operacional Básica do SUAS, e da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOB-RH/SUAS no que se refere às diretrizes da capacitação, que deverá ser: I. Sistemática e permanente: por meio da elaboração e implementação de planos quadrienais de capacitação; II. Sustentável: com a provisão de recursos financeiros, humanos, tecnológicos e materiais adequados; III. Participativa: com o envolvimento de diversos atores no planejamento, execução, monitoramento e avaliação dos planos de capacitação, aprovados por seus respectivos conselhos; IV. Articulada com Monitoramento e Avaliação das ações de Educação Permanente; V. Com conteúdo específicos essenciais compartilhados e amplamente ofertados. Art.36. O Plano Estadual de Educação Permanente de Minas Gerais deverá ser elaborado pela SEDESE, com subsídios do Núcleo Estadual de Educação Permanente do Sistema Único da Assistência Social de Minas Gerais – NEEP/SUAS, e deverá atender aos seguintes objetivos: I. Desenvolver nos trabalhadores, gestores e conselheiros do SUAS competências que sejam capazes de: a) Operar direitos sociais; b) Contextualizar a realidade dos territórios; c) Identificar e reconhecer as demandas de proteção social da sociedade; d) Executar suas atribuições de análise, avaliação e controle, com qualidade, eficiência e eficácia; II. Institucionalizar uma perspectiva político-pedagógica e cultural da Educação Permanente, estabelecendo suas diretrizes e princípios e definindo os mecanismos e arranjos institucionais necessários para sua operacionalização e efetivação; III. Estabelecer percursos e patamares formativos progressivos para os trabalhadores do SUAS; IV. Ampliar e aprimorar a capacidade laboral do trabalhador, em função de suas necessidades profissionais, individuais e coletivas, tendo como perspectiva o provimento às necessidades dos usuários; V. Desenvolver, junto aos trabalhadores e conselheiros, condições para que possam distinguir e fortalecer a centralidade dos direitos socioassistenciais do cidadão no processo de gestão e no provimento de serviços e benefícios; VI. Estabelecer condições para o desenvolvimento de competências específicas e compartilhadas requeridas para o aprimoramento da qualidade do provimento dos serviços e benefícios ofertados pelo SUAS. Art.37. O Plano Estadual de Educação Permanente de Minas Gerais deverá ser pactuado na Comissão Intergestores Bipartite – CIB, e deliberado pelo Conselho Estadual de Assistência Social. Agora nós entramos nas responsabilidades dos estados e municípios que foram pactuados agora ressentidamente na comissão intergestores bipartite. Capítulo VI Das Responsabilidades e Atribuições dos Órgãos Gestores Estadual e Municipal Seção I Das Responsabilidades e Atribuições do Órgão Gestor Estadual da Assistência Social Art.38. Compete ao órgão gestor estadual da Política de Assistência Social, responsável pela condução e oferta da Política Estadual de Educação Permanente do SUAS em Minas Gerais: I. Fomentar o NEEP/SUAS no processo de implementação, monitoramento e avaliação das ações de capacitação e formação, conforme os princípios e as diretrizes da PNEP; II. Elaborar e implementar o Plano

Estadual de Educação Permanente do SUAS de Minas Gerais, com o assessoramento do NEEP/SUAS-MG; III. Promover a interlocução, o diálogo e a cooperação entre os diferentes atores envolvidos na implementação da Educação Permanente do SUAS de Minas Gerais, com a oferta e execução de ações de capacitação, formação e qualificação dos gestores, agentes do controle social, trabalhadores e usuários do SUAS; IV. Fomentar e fortalecer os espaços participativos e democráticos nos processos de capacitação e formação, por meio da experiência vivenciada no trabalho, e nos coletivos; V. Ofertar ações de capacitação e formação para trabalhadores, usuários, gestores e agentes do controle social do estado e dos municípios, de forma regionalizada; VI. Ofertar ações de Apoio Técnico para os gestores, trabalhadores e agentes de controle social do estado e dos municípios, de forma regionalizada; VII. Ofertar Supervisão Técnica por região, considerando as prioridades acordadas com os municípios; VIII. Fomentar a articulação da Supervisão Técnica com as demais ações de capacitação, formação e apoio técnico em curso; IX. Fomentar a participação dos trabalhadores, usuários e gestores em Fóruns, Conselhos, Comissões locais e Conferências como espaços de formação ético-política; X. Orientar as Entidades socioassistenciais para liberar seus trabalhadores para participarem das capacitações e formações, considerando que as mesmas integram a rede socioassistencial do SUAS; XI. Liberar os trabalhadores estaduais para participar das capacitações e formações; XII. Criar um cadastro estadual de profissionais para implementar as ações de capacitação e formação; XIII. Fomentar e orientar a criação de Núcleos Municipais de Educação Permanente do SUAS; XIV. Fomentar e orientar a elaboração dos Planos Municipais de Educação Permanente do SUAS; XV. Considerar os certificados emitidos pelo NEEP/SUAS como requisitos para progressão e promoção na carreira dos trabalhadores do SUAS; XVI. Custear as despesas de deslocamento e hospedagem de gestores, trabalhadores, conselheiros e usuários, estaduais e municipais, quando necessário, para participarem das ações de capacitação e formação, conforme pactuações na CIB e deliberações no CEAS; XVII. Instituir e manter a Rede Estadual de Educação Permanente do SUAS. Seção II Das Responsabilidades e Atribuições do Órgão Gestor Municipal de Assistência Social Art.39. O papel dos Municípios na Política de Educação Permanente do SUAS compreende os seguintes aspectos: I. Garantir o permanente aprimoramento técnico do corpo profissional vinculado ao órgão gestor municipal, tendo em vista, inclusive, a liberação dos profissionais para a participação em eventos de capacitação, formação, e apoio técnico, considerando que a Educação Permanente: a) Faz parte do trabalho cotidiano dos trabalhadores; b) É um investimento para o aprimoramento dos processos de trabalho; c) Contribui para a formação de pessoal qualificado para desenvolver ações de capacitação e formação em âmbito local e regional; d) Possibilita a formação de supervisores técnicos em âmbito local e regional; II. Inscrever os profissionais no Sistema de Gestão das Capacitações – SISCAP ou outro sistema de informação oficial para participar das ações de Educação Permanente desenvolvidas pelo estado; III. Custear as despesas de deslocamento e hospedagem, quando for o caso, dos participantes para todos os Espaços Formativos que ocorrerem fora de seu município; IV. Garantir que os profissionais de seu município, inscritos para participarem das ações de capacitação, formação, Apoio Técnico e Supervisão Técnica, concluam o processo pré estabelecido; V. Disseminar o conhecimento construído no âmbito da Educação Permanente entre as equipes do município; VI. Apoiar as equipes de profissionais da gestão e do provimento dos serviços, programas, projetos, benefícios e transferência de renda do SUAS, na implementação e reformulação dos processos de trabalho, cuja necessidade for identificadas na Supervisão Técnica. VII. Orientar as Entidades socioassistenciais para liberar seus trabalhadores para participarem das capacitações e formações, considerando que estas integram a rede socioassistencial do SUAS; VIII. Considerar os certificados emitidos pelo NEEP/SUAS como requisitos para progressão e promoção na carreira dos trabalhadores Art.40. Esta resolução entra em de poder assinar em vigor na data de sua publicação. Belo Horizonte, 23 de novembro de 2018. **Rodrigo**: Bem conselheiros, algum destaque, alguma consideração, eu gostaria queria dizer que eu fico muito feliz de poder assinar essa resolução, estava até falando com a Simone que é uma coisa histórica, daqui alguns anos a gente vai estar nas mesas espero eu poder viver isso ainda e falar igual ela, Andréia olha eu estava lá

eu construir eu ajudei a fazer, lembra da Loas, é um momento muito importante e pra mim como trabalhador eu acho que reconhecer os espaços de controle social como instâncias de capacitação de educação permanente sem que isso exima as outras obrigações, porque aí está a grande questão, a grande vantagem e tem que ficar atento a isso também para que o gestor não use esses espaços apenas, e não promova a capacitação permanente no âmbito de seus municípios, mas eu fico muito feliz porque é muito duro a gente poder participar desses espaços, a gente muitas vezes é golpitado, as vezes a gente é assediado mesmo tem que pagar as horas, então reconhecer isso como parte do processo de trabalho é muito importante não se constrói uma política não se defende o Suas se você não estiver nesses espaços, lembro que eu já trouxe esse relato aqui da minha briga lá no seminário em Fortaleza porque o discurso lá era de uma democracia participativa e não representativa, mas a democracia representativa que de fato eu nem sei se o é, porque o Conselho extrapola essa questão de representação porque pela forma que é conduzido as suas eleições o seu processo de escolha, ela não é meramente representativa não poderia se resumir a isso, mas um discurso que as vezes tenta esvaziar esse espaço do Suas, esse espaço do Conselho e é um momento muito difícil porque a gente vai ter entrado num processo conservador, onda conservadora muito grande que a tendência é esvaziar ainda mais se nós não estivermos bem atento nessa investida contra o Conselho e realmente fazer o nosso papel de cogestor nós vamos realmente perder esse espaço e é muito fácil da gente perder uma conquista, na hora que a gente assusta à meia-noite, duas horas da manhã eles votam e a gente perdeu, não há o que fazer a não ser continuar lutando e aí até mesmo que tipo de luta a gente estar disposto a fazer o que é que vem pela frente então eu estou muito feliz em poder ser eu quem vai assinar, até falei com a Simone é um currículo assim, eu estou muito honrado de ter uma resolução de tamanho peso e de tamanha importância e de forma tão orgânica, tão transparente, é um processo de muito diálogo que ela foi construída isso não vem de agora ela vem se arrastando assim, arrastando no bom sentido ela vem sendo discutida a mais de 1 ano praticamente então assim, é muito bacana eu estou muito feliz, se algum conselheiro quiser comentar, dona Arlete. **Arlete**-Graal do Brasil: Eu estava dizendo aqui para o Jaime isso não é uma minuta, é um tratado, é bom tratado, a sensibilidade da inclusão, o reconhecimento do território e suas escalas, a cultura popular, a historicidade, porque poucos documentos que a gente tem acesso fala dessa amplitude e reconhecimento dos povos, porque trás a gente mas as vezes a gente não se reconhece em alguns documentos e aqui já faz o contrário você ler e você se ver, eu falava assim hoje de manhã aqui conversando da questão da gente morar numa região onde é reconhecido como um território mas quantos povos, como que a gente está dentro desses territórios essa escalas, é o povo do rio, é o povo dos gerais, é o povo do serrado, é o povo da caatinga nós já temos é o povo da mata seca e aí nós vamos identificando todos esses espaços dentro de um território e aí você pega um documento e se ver aí, e aí eu trago também essa questão da cultura popular, a importância disso porque nós estamos todos dentro de uma cultura de massa e quando a gente assusta a gente já está embalado por isso e nós tivemos uma luta, um empenho, uma discussão muito grande nos 2 últimos meses dentro do movimento do Graal porque a gente tem uma cadeira construtiva dentro da ONU e a gente pode estar enviando mulheres e meninas para o diálogo num encontro que acontece todo ano na ONU CSW, é um encontro onde mulheres jovens de 16 a 29 anos podem estar ali falando da situação das meninas e mulheres jovens no país, e a princípio a gente pensou assim não vamos indicar ninguém aqui de Buritizeiro lá de onde nós estamos, só que faltando 2 dias nós falamos assim vamos indicar tem uma menina aí que a gente acha que ela já tem maturidade, ela faz parte do grupo de adolescente e jovens e meninas que a gente trabalha e nós indicamos o nome de uma menina e colocamos lá o histórico dela inclusive uma participação muito grande nas atividades de cultura popular da folia de reis, ela toca tambor e faz a peregrinação do dia 24 de dezembro até dia 06 de janeiro e para nossa surpresa e honra ela foi a selecionada, ela vai estar indo para Nova Iorque no mês de março do ano que vem, vai discursar no Parlamento da ONU e vai falar das mulheres jovens e meninas do Brasil, então quando eu vejo esse documento trazendo isso e dizendo nós podemos nós estamos juntos e juntas. **Simone**: Bem, primeiro eu quero parabenizar muito a Superintendência de Monitoramento e Capacitação e

Vigilância na pessoa do seu Superintendente Jaime e da Diretora Luiza que está aqui atrás, porque essa resolução ela é fruto de um longo processo de 4 anos de discussão de debate e que com certeza foi muito aprimorado pelo Núcleo de Educação Permanente, pelo Seminário que foi feito pela própria comissão intergestores biparte e também pela nossa consultora, professora Dirce Koga, que também tem um contribuição enorme dessa resolução e a quem quero aproveitar publicamente também para agradecer-lá em nome de todos trabalhadores, gestores pela belíssima contribuição da professora Dirce que teve uma sensibilidade grande também para nos orientar, não só ela mas também acho que essa resolução ela também é fruto da indignação dos trabalhadores nas conferências, todas as conferências, todos os trabalhadores dizendo que eles não podem ter espaços de discussão porque a maioria dos trabalhadores não param nem uma vez por ano para discutir quanto mais semanalmente, quinzenalmente, igual Rodrigo falou aqui parece que é um absurdo participar do Conselho, parar para discutir até caso como se isso fosse uma coisa que não fizesse parte do trabalho, então essa resolução de fato tem um valor enorme, primeiro porque é isso eu acho que se tem uma coisa bacana é você cumprir uma deliberação de conferência, acho que aqui reconhece os espaços formativos, as Urcmas, os Fóruns, então há um reconhecimento também que eles são espaços de capacitação e isso com certeza vai ajudar muito não só na liberação, no reconhecimento mas também no financiamento, o financiamento dos povos também é uma reivindicação das conferências, e outra que eu queria chamar atenção e deixar o registro é o acúmulo nosso no debate do apoio técnico, isso aqui não é um acúmulo de 4 anos não eu diria que é um acúmulo sei lá, de uns 15 anos tentando achar um rumo que me parece que o debate da educação permanente colocou corretamente e também não dá para gente ouvir que os trabalhadores não conhecem as normativas, que os gestores não conhece as resoluções porque todo mundo tem que conhecer, acho que o apoio técnico trazendo pra hoje essa competência de disseminar e discutir as normativas do Suas isso também trás um lugar importante inclusive para os secretários municipais para que eles formem as entidades, os trabalhadores, os coordenadores das normativas, outra coisa que é muito bacana também nessa resolução é a concretude que nós demos para a supervisão técnica, fruto também de um grande debate nosso dando pra ela também concretude suficiente para que ela possa ser realizada, eu só queria dizer que na hora que o Jaime estava lendo essa resolução me pareceu que tinha alguma coisa fora da ordem, da nova ordem, da velha ordem mas que quando o Rodrigo falou eu concluo e termino a minha fala dizendo que essa resolução cabe na conjuntura atual e acho que tem tudo a ver com esse Conselho a gente aprovar uma resolução desta nesse momento, exatamente no momento onde parece que isso não é possível exatamente nesses momentos que a gente tem que dizer que nós vamos criar condições concretas pra gente apostar num sistema público de proteção social e que eu muito me orgulho dizer que é um sistema de proteção sócio social maior do mundo todo. Muito obrigado. **Rodrigo:** Mais alguém, algum conselheiro, alguém presente, não, então podemos colocar em votação conselheiro, sem destaque que ótimo, já destacamos muito, então em regime de votação, por favor Jaime. **Jaime:** É só uma correçãozinha que é Núcleo Estadual de Educação Permanente, estava no plural, é só uma bobagem. **Rodrigo:** Fez uma correção de português ali sem alterar o conteúdo, então os conselheiros que aprovam a resolução do Núcleo Estadual de Educação Permanente, contrários, abstenções, resolução aprovada, aprovada hoje ainda e publicada hoje ainda se Deus quiser. **Simone:** Eu queria só fazer uma sugestão aqui para o pleno para que a gente dê ampla divulgação à esta resolução que a gente coloca no site da Sedese, no blog do Suas, que ela seja encaminhada por email para conhecimento geral de todos os trabalhadores, coordenadores, secretários municipais, seja encaminhada para o Cogemas, pra todos conselhos estaduais, todos os fóruns e que a gente também encaminhe para o Conselho Nacional, para o Ministério do Desenvolvimento Social, para o departamento de gestão do Suas, para a coordenação geral de gestão do trabalho e educação permanente, enfim, que a gente dê ampla divulgação à essa resolução. **Rodrigo:** Vamos pedir apoio também ao Creas, CRP, para publicar nos sites deles um link para puxar a resolução porque todos dois tem comissão de assistência social funcionando e ontem a gente discutiu inclusive isso Simone na mesa diretora essa questão a publicação dos Conselhos não com um amplo assim mas eu

achei ótimo inclusive pelo envio pelas malas diretas. **Cristiane** – IM Sacramentinos: Bom dia a todos e todas eu acho extremamente isso levantado pela Simone da divulgação até porque eu faço parte do núcleo de Belo Horizonte e uma das primeiras questões que nós levantamos lá no núcleo é de como o estado estava andando nesse sentido até com relação à algumas orientações que vieram, resoluções que saíram mesmo do Conselho Nacional em relação a gente até chamou o Jaime que esteve lá e a gente fez um debate que foi muito importante pra gente que teve uma dimensão, eu acho que isso dá essa ampla divulgação até para municípios ter uma referência e alguns municípios que ainda não conseguiram caminhar nesse sentido para ter uma política municipal acho que é extremamente importante mas a gente também não pode acho de deixar de citar aqui a ampla divulgação para as universidades, para as escolas e tal porque eu entendo também que é onde também a política de uma certa forma nasce, cresce e floresce. **Rodrigo**: Ótimo, Cris inclusive eu ia pedir também para as entidades igual Sacramentinos, a federação se puder divulgar de todos os conselheiros se puder divulgar nos sites oficiais também seu seria muito bacana essa ajuda na divulgação e os conselhos, conselhos de Nova Lima que tem blog divulgar lá pra gente por favor, então resolução aprovada eu fiquei muito feliz teoricamente intervalo para almoço, vamos adiantar a comissão, sair mais cedo, então vamos a carta, vamos adiantar a carta eu vou puxar a pauta antes das comissões, que a gente fica só com as comissões à tarde. **Consolação**: Bom dia a todos e todas, na reunião da mesa diretora do mês de outubro, nós recebemos o núcleo de direitos humanos da pessoa em situação de rua que pediu uma pauta à mesa diretora e apontou um cenário em alguns municípios de que os trabalhadores ao atender a população em situação de rua estava fazendo com diferenciação do público migrante, isso em coisas básicas em relação ao abrigo, alimentação e aí foi solicitado à mesa diretora que o Ceas pudesse estar elaborando uma carta/orientação a ser encaminhada à todos gestores e trabalhadores, e naquela época, naquele dia ficou da conselheira Arlete, conselheiro Gilberto, mais esse núcleo junto à secretaria executiva de minutar essa proposta, nós fizemos isso e aqui estamos apresentando então para deliberação, ela já começa com uma tarefa ao conselho da definição do título dessa carta, porque não se chegou a um acordo o núcleo ele pontua 2 títulos: População em situação de rua em foco por uma prática libertadora, ou, fazer profissional com a população em situação de rua: re(repensando a prática). A realidade brasileira nos mostra que existem famílias com as mais diversas situações sócio econômicas que induzem a relação dos direitos de seus membros em especial de suas crianças, adolescentes, jovens, idosos e pessoas com deficiências, além da geração de outros fenômenos como por exemplo pessoas em situação de rua, imigrantes, idosos abandonados, que estão nessa condição não pela ausência de renda mas por outras variadas da exclusão social, percebe-se que essas situações se agravam justamente nas parcelas da população onde há maiores índices de desempregos e baixa renda dos adultos. Retirado da Política Nacional de Assistência Social. Cabe-se destacar que segundo o decreto 7053 de 2009 que institui a política nacional para população em situação de rua esse grupo se caracteriza por “população em situação de rua é um grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória”, conforme estabelece o parágrafo único do art. 1º do referido decreto. A população em situação de rua possui diferentes caracterizações e é formada por diferentes grupos populacionais migrantes, trabalhadores, pessoas com uso abusivo de álcool e outras drogas, pessoas com sofrimento mental considerando a complexidade das situações e condições de vida apresentada, há dados centenários que indicam que a maior parte da população em situação de rua é formada principalmente por migrantes muitas pessoas estão em situação de rua porque ao migrarem para outras cidade a procura de trabalho e/ou outras formas de sobrevivência aliado a falta de oportunidades ficam sem renda, sem moradia e passam a utilizar as ruas das cidades como sua única forma de sobrevivência. Há situações dos refugiados que são imigrantes mas há legislação específicas para as pessoas nessa situação, foram recebidas diversas denúncias que relatam discriminação, fragmentação e atendimentos

diferenciados entre os grupos que acompanham a população em situação de rua especialmente entre pessoas caracterizadas por municípios de imigrantes mesmo sendo brasileiras e as dos municípios que ofertam serviços, nesse sentido o Ceas faz essa nota afim de orientar e esclarecer aos trabalhadores do Suas sobre os procedimentos que devem ser adotados frente ao atendimento às pessoas em situação de rua sejam na verdade ou em outros serviços sócio assistenciais ofertados pelos municípios em relação à esses usuários, a lei orgânica da assistência social Loas lei 8742 de 1993, trás como um dos princípios da assistência social no art. 4 inciso 4, igualdade de direitos no acesso ao atendimento sem discriminação de qualquer natureza garantindo-se equivalências às populações urbanas e rurais. Diante desse cenário apresentado é preciso reconhecer a existência dos desafios enfrentados pelos profissionais na realização do trabalho social com pessoas em situação de rua em decorrência de situações complexas que vivenciam e o impacto que esse trabalho reflete nos trabalhadores, assim compreende-se sobre a necessidade de levar a uma reflexão aos trabalhadores do Suas quanto a especificidade do atendimento desses usuários da política de assistência social, população em situação de rua, a legislação e as normativas do Suas que trás orientações sobre serviços sócio assistenciais destinados à pessoas com situação de rua não distinguem os grupos populacionais que caracterizam as pessoas nessa situação, dessa forma o Ceas orienta aos trabalhadores do Suas que não façam distinção entre as pessoas que vivem na rua de seus municípios independentemente dos motivos que levaram essas pessoas a situação de morar, estar na rua, seja por conflitos familiares, questões referentes a saúde e principalmente perda de vínculo com o município de origem, em destaque as denúncias recebidas entre a diferenciação e o atendimento das pessoas em situação de ruas, imigrantes não há normativas nacionais que justifiquem a diferenciação no atendimento, a vigência nas ruas é caracterizadas por experiências complexas e fatores condicionantes que perpetuam a situação do viver na rua, morar nas ruas não é uma condição fácil de se lidar especialmente por existir uma série de questões inoportunas que são vivenciadas diariamente como violência, falta de saneamento básico e higiene, falta de alimentação, precariedade e o abandono de uma vida digna, essas condições e situações precárias de vida das pessoas que vivem em situação de rua expõe essas pessoas a condições degradantes, discriminatório e estigmatizadoras, considerando que o estigma é um atributo utilizado para diferenciar pessoas de outros grupos a partir de certas características, a reprodução do preconceito é acionada por estigmas, em relação a população em situação de rua podemos imaginar que esse dispositivo é potencializado, de forma geral os usuários e usuárias do Suas são marcados por estigmas e preconceitos, nesse sentido é importante refletir em que medidas os trabalhadores do Suas são agentes reprodutores dessas práticas estigmatizadoras que separam, e segregam as pessoas em situação de rua, é preciso compreender como as práticas discriminatórias incidem sobre as instituições profissionais que devem combatê-las bem como considerar que essas práticas podem significar da exclusão, se pensarmos que os usuários do Suas vivenciam sua trajetória de vida, o processo de exclusão de vida social, econômica e política, é necessário compreender também quais as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores do Suas na sua prática cotidiana que os levam a adotar ações que fragmentem a população em situação de rua em grupos gerando discriminação social entre seus usuários, no entanto eles devem buscar a inclusão dos grupos que compõe essa população em seus atendimentos, os direitos sócio assistenciais devem ser afirmados como instrumento para enfrentamento das desigualdades e para promoção da equidade e da justiça social, o que é preciso entender para que não haja diferenciação no atendimento às pessoas que estão em situação de rua? Nesse contexto é possível falar em equidade? Segundo o dicionário Micaeles a palavra equidade pode ser definida como uma justiça natural, exposição para reconhecer imparcialmente o direito de cada um, em resumo significa reconhecer que todos precisam de atenção, mas não necessariamente dos mesmos atendimentos, é preciso refletir, a equidade se aplica no Suas, e em que medida pode ou não ser aplicada a população de rua, em que medida é possível atender de forma diferenciada a população de rua, é legítimo fazer essa diferença no atendimento, o princípio da equidade norteia as políticas públicas no Brasil, reconhecendo a necessidade de grupos específicos e atuando para reduzir o impacto das diferenças, no Suas está assegurado aos usuários da

política da assistência social no usufruto do direito garantido pelo ordenamento jurídico brasileiro os direitos sócio assistencial, a equidade rural e urbana, o acesso a rede social, a convivência familiar comunitária e social, a proteção social por meio da intersetorialidade, ao controle social e a defesa dos direitos socio assistenciais dentre outros, dentro das orientações técnicas Centro pop 2011, a política nacional de assistência social PNAS reconheceu a atenção à população de rua no âmbito do Suas de acordo com a PNAS página 37, no caso de proteção social especial a população em situação de rua serão priorizados os serviços que possibilitem a organização de novo projeto de vida visando criar condições para adquirirem referências na sociedade brasileira enquanto sujeitos de direitos, nesse sentido cabe a gestão assegurar momento de integração em equipe, troca de experiência, reflexão e discussão de casos, ainda cabe o planejamento e desenvolvimento de ações de capacitação continuada e educação permanente, a aprovação da resolução 109 de 2009 de 11 de novembro de 2009, representou um avanço significativo para concretização da oferta de ações das pessoas em situação de rua no Suas na medida em que efetivou a tipificação nacional dos serviços socio assistenciais, a tipificação estabeleceu parâmetros para oferta de serviços socio assistenciais de proteção social especial de média e alta complexidade direcionadas a diversos públicos dentre os quais o da população de rua. **Rodrigo:** Alguma sugestão conselheiros com relação a carta, tem 2 títulos também pra votar, pra gente pensar, alguma sugestão? **Simone:** Primeiro eu queria dizer que eu acho que ficou muito consistente, muito boa, só queria sugerir que as perguntas que estão colocadas aí eu acho que esse tipo de carta não cabe esse tipo de indagação o conselho tem que afirmar, que tem que ter equidade, não perguntar, tem que ter equidade, isso eu entendi direito como eu não enxergo ali também mas eu acho que nós deveríamos tirar essa parte aí. **Rodrigo:** Essa parte do Aurélio, essa parte assim também, segundo Aurélio eu não gosto de texto assim não, eu acho que poderia ir direto, equidade é isso, isso, isso, parece que a gente não tinha outro argumento técnico para usar a gente usou Aurélio assim, passa o microfone para o Márcio aí. **Márcio Ferreira:** Eu estou dizendo de como não é um artigo técnico não há necessidade de se colocar esse tipo de referência e também o que a Simone levantou é importante porque se você fica interrogando fica parecendo que existe dúvida e não existe dúvida, tem que ser afirmativo. **Marleide – CRP:** Eu também queria um esclarecimento Consolação, porque tem um momento na carta que fala que não há nenhuma normativa, resolução distinguindo migrantes e população de rua, eu entendo que o migrante que está em situação de rua ele é uma pessoa em situação de rua, e eu tenho certeza eu já trabalhei no Centro Pop e eu me lembro que tinha, não tenho certeza se era uma resolução ou uma normativa do estado, especificando o que é migrante, e eu me lembro que a gente trabalhava muito dentro dessa perspectiva assim, se a pessoa está de passagem no município, ela chega e ela fica até 3 meses isso é uma coisa que a gente trabalhava lá tá gente, com base nesse documento do estado, até 3 meses ela ainda é migrante passou de 3 meses ela é cidadã do nosso município, aí eu queria te perguntar Consolação sobre esse documento. **Rodrigo:** Simone pediu palavra também aí eu passo pra Simone e se a Consolação quiser acrescentar também, fica à vontade. **Simone:** Primeiro é o seguinte essa coisa que a Marleide levantou, ela tem toda razão, aliás a queixa aqui é que mesmo tendo tipificado ainda se mantém a diferença entre a população de rua, é aquela que ficou 1 mês, 2 meses na rua, 3 meses na rua, essa é a queixa que o pessoal vai fazer pra nós aqui, então não pode permanecer de fato a dúvida, não pode permanecer, a tipificação ela não faz, essa resolução que tinha na Sedese ela é pré-Suas, antes do Suas, então ela não existe mais, é antes do Suas, inclusive é da série histórica, exatamente, eu sei porque a ex secretária a Julia ela fez uma consulta por escrito e a dúvida era porque foi feito uma, talvez a Juanita lembre melhor, foi feito uma câmara técnica mas também teve uma pactuação aqui pra atenção a migrantes que era em cima dessa resolução que orientava os municípios, mas ela foi antes do Suas. **Rodrigo:** Juanita você vai falar? não, ok. Eu penso então que talvez nessa carta a gente deveria fazer menção a essa questão, recuperar ou reforçar essa não existência de legislação, eu sei que fala que não existe, a Marleide trabalhou no Centro Pop e está com essa dúvida e eu acho que essa dúvida não é só sua Marleide, tanto é que o pessoal veio reclamar, então talvez essa carta, essa nota, fazer menção que as legislações anteriores

foram revogadas, legislações que faziam menção a essa descrição não vale mais em função da nova ordem do Suas, alguma coisa nesse sentido. **Marleide:** Rodrigo, me gerou essa dúvida mesmo porque era uma orientação da gestão, inclusive dentro do serviço no Centro Pop colocaram serviço de migrante, o serviço de abordagem social, e o serviço especializado para população de rua, essas 3 distinções e colocando inclusive equipes específicas para trabalhar com esse serviço, então realmente acho que tem muito equívoco inclusive para o próprio município que está fazendo a gestão do serviço. **Rodrigo:** Marleide, isso é tão sério que eu estou lembrando aqui, salve me engano mas 99,999% de certeza que eu já vi resolução de conselhos municipais salve me engano até o de Nova Lima faz menção a essa distinção na resolução de benefícios eventuais, colocam lá auxílio migrante, passe social eventual e passe social em curso, aí tem lá serviço eventual para curso, e aí do migrante é outro com aquele transporte rodoviários, aí tem os critérios, então assim, é preciso classificar isso mesmo, isso é muito sério. **Simone:** Só a título de esclarecimento da alta complexidade são tipificados 3 serviços viu Marleide, são 3 serviços, serviço de acolhimento, serviço de acolhimento em família acolhedora, e serviço de proteção em situação de calamidade pública e de emergência, então não existe serviço de acolhimento para migrante, é isso que eu estou chamando atenção. **Rodrigo:** Dentro do serviço de acolhimento uma das modalidades é casa de passagem, mas dentro do serviço de acolhimento, gente tem condição de aprovar o conteúdo com essas sugestões, e aí a secretaria executiva faz ou a gente precisa que ela faça e leia depois as correções, eu acho desnecessário, podemos conselheiros, antes de assinar eu vou ler, então podemos colocar em votação a carta, então conselheiros que aprovam a carta em população de rua com as alterações, contrários, abstenções, abstenção João Crisóstomo, o título gente, vamos votar o título então, primeiro título “população em situação de rua em foco: por uma prática libertadora”, ou “O fazer profissional em população em situação de rua: (re) repensando as práticas” Então vamos ver, se quiserem também podemos pensar em outro títulos, podem escrever aí outro título se quiserem, em discussão, ninguém quer discutir não, então eu vou colocar em votação, primeiro título: Juanita e Luanda, segundo título, tem que falar os nomes ? não? então ganhou o segundo título, ok, abstenções dos títulos, não, então ok. Vamos para os informes da Cib também então antes de passar para as comissões, ainda dá tempo, a Ivone chegou, então não tem. Então vamos para a comissão de monitoramento da conferência. **Juanita-Federação das Apae's:** Ontem nós tivemos a primeira reunião da comissão de monitoramento das deliberações da conferência, faz parte dessa comissão 4 representantes, lembrando a todos que cada representante é indicado de uma comissão, então faz parte dessa comissão a Cecília, a Luanda, o Márcio e eu, nessa primeira reunião somente eu estava com a técnica Rosalice que acompanhou a reunião, por motivos diversos os outros membros não puderam comparecer e nós não quisemos perder a oportunidade de fazer a discussão, a secretaria executiva já trouxe para apoiar os conselheiros uma análise técnica das deliberações da conferência por eixo, considerando todas as informações disponíveis nos instrumentais existentes, prestação de contas, sites da Sedese, site da Assembleia né Rosa e outros, então a secretaria executiva fez essa análise técnica para subsidiar os membros da comissão, como foi uma análise extensa, nós não tínhamos tempo hábil que essa primeira reunião foi marcada somente com o time de 1 hora, então com relação a essa análise que a secretaria técnica do Ceas fez, eu trabalhei com a Rosa no sentido de ela encaminhar para todos os conselheiros para conhecimento, a princípio seria os membros da comissão mas eu levei isso para reunião da sociedade civil e todos pediram para ter conhecimento então eu já falei com a Rosa para encaminhar para todos os conselheiros essa análise técnica que foi realizada pela secretaria executiva às deliberações da conferência por eixo, uma outra questão que nós discutimos, à necessidade de escolher um coordenador para essa comissão para ser referência dela, como só tinha eu isso ficou para a próxima reunião que será ponto de pauta, a outra questão a gente pensou também em instituir um calendário para essas reuniões considerando que todos nós temos uma agenda difícil e se a gente tem um calendário pré definido fica já comprometido a nossa agenda, então a gente trouxe como uma proposta ser feito as reuniões bimestrais, nas quintas feiras que antecede a reunião da sociedade civil, considerando que todos os representantes são da sociedade civil, então a sugestão que será de 08:00 às 10:00

horas onde nós vamos nos reunir para fazer as nossas discussões sobre como é que está a execução dessas deliberações de conferência, então essa é a primeira proposta que a gente trouxe para os demais membros da comissão que eu já apresentei isso na reunião da sociedade civil e já foi aprovado por todos lá, então aqui é só informe, só para todos terem conhecimento. Com relação a metodologia que essa comissão vai utilizar nós pensamos na verdade numa lógica bastante aplicável que foi, como nós somos 4 conselheiros e são 4 eixos da conferência nós vamos dividir para cada conselheiro 1 eixo para análise da técnica da secretaria executiva e se caso necessário solicitar documentos comprobatórios ou complementares para subsidiar o conselheiro para na reunião bimestral levar a discussão e análise que ele fez, pra gente trazer para o plenário para apresentar para todos, e a partir daí na próxima reunião bimestral nós estamos propondo que ela vai acontecer em fevereiro porque como esse ano é um ano atípico em janeiro a gente não tem certeza que esse pleno vai ter plenária, então a gente achou melhor deixar a primeira reunião de 2019 para fevereiro para que cada conselheiro apresente a sua análise do eixo das deliberações da conferência, então esses são os informes da primeira reunião da comissão de monitoramento, então muito obrigada se alguém tiver alguma dúvida ou tiver alguma contribuição para essa metodologia que nós pensamos e para as demais questões que foram colocadas, elas serão muito bem vindas e avaliadas e levadas para comissão para avaliação. Obrigada. **Rodrigo:** Em discussão conselheiros, alguma contribuição, alguma colocação, não, obrigada Juanita, não pode ter deliberação, Ivone informe da Cib, do Cogemas já deu é da Cib. **Ivone-Cogemas:** Bom dia a todos nós tivemos a penúltima reunião da Cib foi dia 12, aqui na sede da prefeitura, eu tive um problema que na parte da manhã eu não cheguei, mas cheguei para reunião da Cib, nós tivemos a discussão de pauta que foi benefício eventual que também foi apresentado na Cib para as propostas e diante dos membros da Cib nós também tivemos algumas considerações principalmente com relação aos itens da cesta básica que estão colocados, foi proposto uma nova redação no texto e também nós tivemos na Cib a discussão da resolução que foi aprovada na Cib também a resolução de formação permanente e decidimos também que a próxima reunião da Cib seria próxima a reunião do Cogemas que vai ser proposta dia 6 de dezembro, teve mais alguma coisa Simone? **Simone:** Não, eu também já informei aqui que os encaminhamentos que nós tiramos com relação a câmara técnica que fizemos sobre a regionalização dona Ivone então eu dei nos informes os encaminhamentos que foram dados, foram 3 pontos de pauta. **Rodrigo:** Então dá tempo ainda o Helder pediu para que a comissão de normas fosse a primeira, só informes também, então Helder. **Helder:** Bom, o primeiro ponto de pauta é a nossa pauta conjunta com a comissão de política sobre a minuta de resolução que estabelece diretrizes pra regulação dos benefícios eventuais, foi lido ontem artigos e a gente fez alguma discussão e a gente continua essa discussão ainda não é pra ponto de deliberação para a próxima plenária ainda não, a gente está tentando fechar isso aqui ainda, não é isso Patrícia, é a gente está tentando fechar para a próxima plenária hoje não, o segundo ponto de pauta é o acórdão do TCU nº 2404 de 2017 até o Rodrigo chegou a apresentar aqui esse acórdão ele aponta irregularidades no funcionamento, atuação no planejamento, no controle dos fundos e na composição dos conselhos principalmente sobre a questão da paridade e proporcionalidade e ele condiciona o repasse do recurso ao efetivo funcionamento dos conselhos de assistência social conforme dispõe o artigo 30 no caput da Loas dando relevância nesse condicionamento a efetivo exercício das diversas competências dos conselhos relacionadas a função com todos os respectivos fundos de assistência social conforme disposto no artigo 30 inciso 2 da Loas e considerando também a formulação de estratégias, aspectos relacionados a observância de princípios da segregação de funções, relação custo/benefício dos controles, especificidades da organização do sistema único de assistência social, o segundo passo que condiciona repasse é a observância da paridade entre as representações do governo e da sociedade social na composição dos conselhos de assistência social conforme dispõe o artigo 30 inciso 1º da Loas e avaliar a razoabilidade dos eventuais descumprimentos observados na composição tripartite da representação da sociedade civil, representantes de usuários, entidade e trabalhadores, e por fim a efetiva existência e conformidade dos planos de assistência social dos entes cofinanciados conforme dispõe o artigo 30 inciso 3 da Loas e a

norma operacional básica de assistência social, nós faremos uma reunião conjunta no próximo mês entre as comissões de normas e comissões de apoio para discussão desse acórdão, esse foi o encaminhamento dado, o terceiro ponto como informe, trata-se da terceirização dos serviços assistenciais pelo poder público através do ofício do Ceas, alerta o conselho municipal de assistência social de Juiz de Fora para adotar um posicionamento frente ao marco regulatório que estabelece as diretrizes para as parcerias entre as organizações da sociedade civil e administração pública sendo regra o chamamento público, a avaliação foi encaminhada pelo mesa diretora reunida ontem o processo de denúncia de Juiz de Fora para a comissão de normas, estava na comissão de política e aí vai haver uma avaliação técnica do processo que está no Ceas desde janeiro desse ano pra discussão da comissão de normas na próxima reunião de dezembro, o quarto ponto é a reprogramação de saldos e recursos estadual não utilizados pelo município, a mesa diretora do Ceas reuniu ontem também reencaminhou para a comissão de normas a demanda de propor uma nova resolução que dispõe sobre a reprogramação de recurso estadual repassado para o fundo municipal de assistência social e não utilizado pelo município mediante deliberação do conselho municipal conforme decreto estadual 46.873 de 2015 artigo 14, o saldo dos recursos financeiros repassados pelo Feas aos fundos municipais de assistência existente em 31 de dezembro de cada ano poderá reprogramado para os exercícios seguintes para serviços, programas, projetos e benefícios socio assistenciais desde que tenham sido cumpridos os requisitos, esse artigo também vai ser prioritário para a comissão de normas da reunião de dezembro e a secretaria executiva está fazendo os pontos principais dessa nova resolução. **Rodrigo:** Vamos lá Helder. Minuta de resolução que estabelece as diretrizes e regulamentação de benefícios eventuais no âmbito do estado de Minas Gerias, vai ser junto com a comissão de política, vai ler a resolução toda pra gente aprovar ela também, vai ser na próxima então não vem para a deliberação desse plenário agora, acórdão do TCU nº 2404 de 2017 essa questão é muito séria né Helder, a gente está muito preocupado de como essa acórdão vai chegar, a Consolação e eu já tivemos em Brasília tivemos no Conselho Nacional também fizemos a apresentação pra esse conselho, me parece que o negócio eles estão com bastante urgência disso e eu acho que isso o governo que vem, o ano que vem ele vem com muita força, então a comissão de apoio e de normas dá a maior celeridade nisso também pra gente poder orientar esses conselhos. **Simone:** Eu queria perguntar para o coordenador, o Helder, se eles chegaram a aprofundar o debate, é porque eu acho que a gente podia talvez discutir um pouco sabe Helder até para orientar também um pouco o debate da comissão, acho que tem 2 questões que merecem da gente pensar, uma delas é a proposta de proporcionalidade dentro da sociedade civil, acho que essa é uma questão importante e também o plano estadual de assistência social, acho que tem 2 questões que antes de discutir município ou junto de discutir com o município, o conselho estadual tem que se posicionar com relação a isso, e com relação a proporcionalidade só lembrando a todos os conselheiros, há uma recomendação do Tribunal de Contas que foi entendido que o acórdão é uma recomendação, quase que uma determinação porque é uma recomendação para os conselhos fazerem a proporcionalidade, recomenda no dia seguinte quem não cumprir não vai repassar o dinheiro, então é condicionante mas é quase determinante, é uma determinação, e uma coisa que não ficou claro também é qual que é o prazo que o conselho estadual, tem que normalmente que essas determinações elas tem prazo, então não é uma coisa que a gente fica discutindo, discutindo, discutindo eu acho importante deixar claro aqui a questão do prazo e a problemática colocada, quer dizer nós vamos ter que decidir sobre a proporcionalidade e o conselho estadual ele tem 2 questões, ele tem 4 vagas para entidades, 2 para trabalhadores, 2 para usuários e 2 de conselhos, os conselhos é uma especificidade de Minas, então a gente tem que discutir sobre a especificidade que nós temos e discutir sobre a proporcionalidade, essa é a discussão que nós temos que fazer aqui, com relação ao plano estadual, nós quando o conselho nacional orientou para que nós fizéssemos a discussão do plano decenal, nós tiramos uma comissão, nós fizemos uma proposta de plano decenal, fizemos uma oficina sobre o plano decenal e nessa oficina indicou que o nosso plano decenal ele não estava pro Suas ele estava muito pro órgão gestor estadual, então houve uma recomendação que a gente também separasse as 2 coisas, tem que fazer um plano para

o estado com competência do ente estadual e dos entes municipais e com tudo que aconteceu, como golpe com as confusões todas esse debate foi interrompido no conselho estadual e é preciso retomar isso com urgência porque realmente ficou, a gente deu uma parada inclusive com as novas direções inclusive do conselho nacional, então são esses 2 pontos de pauta que eu acho que a gente deveria aproveitar presidente pra discutir até pra dar mais clareza pra comissão para o debate dela. **Rodrigo:** Eu vou até passar para a Consolação que ela pediu a palavra também mas eu vou pedir pra você que deve falar sobre isso também, mas falar sobre a viagem do Leo, na segunda feira para falar sobre o plano e aí explica esse plano pra gente também. **Consolação:** Só para contribuir também em relação a reunião que tivemos lá até a Luiza foi com a gente, ela estava aqui, eles colocaram que imediatamente é que o CNAS está trabalhando é a questão da paridade, porque o outro ele cabe ainda nesse primeiro momento, eles falam recomenda-se ao Conselho Nacional e não ao MDS que analise a possibilidade da vinculação também da proporcionalidade mais ou menos isso que é o texto, então ainda está em avaliação, no acórdão a determinação primeira é da paridade depois é que ele coloca assim, pede para avaliar também a questão, e aí quem estava representando o controle interno lá do MDS ele disse que ele entende pela evolução dos acórdãos que quando eles colocam assim avaliar também no próximo acórdão isso se tornaria uma obrigatoriedade, é isso que ele coloca, então assim nesse primeiro momento ele não se tem, não se fala do prazo da proporcionalidade mas da análise dele, mas pode ser que saia um outro acórdão que é o que ele falou da obrigatoriedade, mas o conselho nacional ainda está debatendo sobre essa questão, ele não tem, tanto é que ele está indo pra reunião que vai ter da região sudeste dos conselhos estaduais para tratar também sobre essa questão dos acórdãos, ele vai tratar sobre o plano, vai tratar lá sobre essa questão também e aí eles vai trazer mais elementos pra gente se eles avançaram se vai ter alguma questão de prazo parece que eles vão apresentar formulários, orientações mais específicas para as adequações dos conselhos nessa reunião, é na semana que vem é na segunda feira ele vai ficar lá, vai ser no Rio de Janeiro e são 2, 3 dias de reunião. **Rodrigo:** Mais uma questão com relação ao acórdão, isso não é para deliberação né comissão só mesmo pra gente estar discutindo, eu vou pedir também e aí a Camila trouxe no começo, o relato sobre a questão de Juiz de Fora que já foge um pouquinho dessa questão do acórdão mas que foi o relatório da comissão de normas, e ela trouxe a questão da demanda de Juiz de Fora para esse conselho contudo eu queria que depois Camila que a Simone falar você relatasse como foi a viagem de Juiz de Fora, você e Jaime tiveram em Juiz de Fora para olhar a questão da entidade, da inscrição da entidade, e aí eu queria ver também a possibilidade dentro dessas questões que eu acho que essa situação de Juiz de Fora a gente está muito novo com isso, é óbvio que teve a questão das agendas, a Simone e eu iria lá acabou que não teve condição por diversos motivos e aí Camila e Jaime foram lá, mas eu penso que essa questão da comissão de normas da gente já recomendar ao Conselho a revogação da resolução da inscrição da entidade porque ele escreveu erradamente e a gente está permitindo que isso continue e esse negócio está ganhando e aí eu vou passar pra Simone. **Simone:** Eu penso o seguinte, que eu acho que a gente deveria aproveitar essa oportunidade pra discutir mesmo a equiparação de vagas, igualar o número de vagas no conselho estadual para usuários, trabalhadores e entidades e claro ao igualar as vagas para trabalhadores, usuários e entidades nós não precisaríamos abrir mão da especificidade de Minas Gerais quer dizer a gente pode manter uma equiparação de vagas de representação entre usuários, entidade e trabalhadores e também contemplar a participação da representação de conselhos municipais então eu penso que a gente deveria aproveitar pra fazer isso mesmo porque no ano que vem tem eleição do conselho de novo, isso é um processo que não é um processo simples porque o conselho tem que decidir depois tem que decidir e solicitar pra que seja realizada a mudança na legislação estadual, então é preciso um tempo para o conselho poder inclusive amadurecer e dependendo da quantidade de vagas se for o caso de aumentar o número de vagas no conselho estadual tem que também aumentar par ao governo então é um debate que eu imagino que a gente deve fazer aqui e acho que nada mais adequado do que a gente ser coerente também com todo processo de discussão que o conselho vem tendo, eu acho que não faz mais sentido algum as entidades terem mais representação do que usuários e

trabalhadores. **Rodrigo:** Oh, eu vou só passar pra Camila porque a Consolação me explicou aqui que a ida da Camila em Juiz de Fora foi em função de uma outra denúncia somada as denúncias que já tem. **Simone:** Vamos terminar esse assunto primeiro porque senão mistura. **Rodrigo:** Camila nós vamos continuar com a questão do acórdão depois te passo, eu achei que você iria falar a respeito do acórdão, perdão. Qual o encaminhamento não entendi, a questão está aberta a questão da paridade, da proporcionalidade está aberto algum conselheiro tem algum encaminhamento? **Márcio Ferreira:** Eu não sei se é pertinente mas eu acredito que sim, porque nós vamos estar discutindo aqui sobre essa questão da paridade principalmente do conselho estadual mas também imagino que a gente vá orientar também a questão dos conselhos municipais porque a gente sabe pelo interior a fora, inclusive lá no meu interior que a Câmara Municipal até hoje participa do Conselho, tem entidade que é Ong e participa do Conselho como se fosse representante governamental então nós temos alguns problemas a serem discutidos aí mesmo. **Patrícia – CMAS Nova Lima:** Em relação essa discussão da composição do Ceas eu acho muito pertinente que a gente faça discussão mas não sei se já seria pra próxima plenária ou para o próximo ano que realmente 4 entidades, e apenas 2 trabalhadores e 2 usuários além dos conselheiros é realmente uma disparidade que o conselho não pode manter, fiz umas contas aqui eu não sei se seria o caso de propor 3 entidades, 3 trabalhadores, 3 usuários e manter 3 do conselho mas aí eu não sei se nesse 3 do conselho teria especificidade 1 entidade, 1 trabalhador, 1 usuário para ser de fato uma paridade assim de 100% ou se seria 2 entidades, 2 trabalhadores, 2 usuários e 3 conselhos, no caso 1 entidade, 1 trabalhador e 1 usuário porque aí também teria uma equiparação aí, hoje nós somos 10 da sociedade civil não sei se é o caso de aumentar para 12 ou para 9 mas quanto antes nós temos que mudar isso não sei se para esse ano ou para o ano que vem mas eu acredito que o quanto antes. **Rodrigo:** Essa questão da proporcionalidade também ela já foi fruto de deliberação de conferência numa conferência que você destacou todas as deliberações. **Isac:** Bom dia, nos nossos representantes do usuário atualmente no Ceas não debruçamos a discutir esse assunto entre nós, nós 4 ainda mas na minha perspectiva eu conversei com alguns com outros não, mas as minhas discussões inclusive com o Fórum Nacional de Usuário o entendimento que a atual composição do conselho estadual de Minas a gente pode dizer que de fato desfavorece a participação dos usuários no conselho então a minha, não sei se é de todos os outros representantes dos usuários ainda eu não sei a gente precisa conversar sobre isso, mas a minha visão junto com o Fórum dos Usuários, o Fórum Nacional é que de fato precisamos trabalhar para equalizar essa representação dos usuários frente aos demais segmentos da sociedade civil, por enquanto é isso que eu digo. **Irajá:** Bom dia a todos, sou Irajá da Apoinmi, bom eu quanto representante dos usuários eu também já havia discutido isso com alguns aqui representante do conselho e achamos que deveríamos estar colocando em pauta eu já teria conversado com Isac, até com o próprio João que a gente realmente está em desvantagem aqui que deveríamos estar colocando ainda esse ano, isso é um pensamento meu que eu já vinha discutindo isso já vinha falando internamente com os colegas aqui do conselho que não é justo o Ceas existir pelos usuários e ter só 2 representantes titulares, então é mais que justo a gente fazer essa discussão com todos e ver a possibilidade que ainda esse ano ser discutido para o próximo ano a gente viver. **Rodrigo:** Perfeito Irajá, João. **João – Cmas Pirapora:** É Patrícia que chama a companheira de Nova Lima, você tem razão quando a gente fala da questão da paridade, eu só fico preocupado e aí eu quero transmitir isso eu falei isso ontem na sociedade civil da minha preocupação que a gente está tendo com essa representatividade nos conselhos municipais porque eu estou vendo muita gente se intitulado de trabalhadores mas tendo cargo de confiança no governo e representando trabalhadores nos conselhos municipais e esse quando tem, e na maioria dos conselhos municipais nem sequer tem representação nem de usuários e nem de trabalhadores é entidade ligada à governo e de verdade governo mandando nos conselhos agora eu fico preocupado companheiro quando você fala da paridade dentro da representação dos conselhos municipais porque eu tenho medo que isso venha acontecer aqui também porque se a pessoa é trabalhador e representa o segmento de trabalhador é sociedade civil mas se ele tiver cargo no governo se ele tiver uma portaria ele pode chegar nesse conselho aqui porque a gente não está fiscalizando isso lá na ponta, então

pra gente ter esse cuidado dentro do conselho estadual pra não vir pra cá trabalhadores representando o governo e falando que está representando trabalhadores. **Rodrigo:** João, eu acho que você está correto e às conferência a gente até discutiu isso ontem esse emparelhamento da sociedade civil por parte do governo a mesma coisa acontecendo com usuário, trabalhador as entidades as vezes coloca como trabalhador a pessoa para representar o CMAS ou o que vale, mas na verdade é coordenador, é ligado a gestão então a gente precisa de fato criar instrumentos de fiscalização de monitoramento, de orientação para esse aparelhamento não ocorra, Luanda. **Luanda** – Fetsuas: Essa questão, seu João tocou nesse assunto, primeiro com relação ao Ceas nós trabalhadores também defendemos essa paridade entre nós na sociedade civil então é algo que a gente pode pensar aqui no Ceas e fazer acontecer mesmo que seja aumentando o número de representante para que a gente consiga ficar par a par e nos interiores no CMAS é uma grande preocupação nossa, porque nós não estamos de fato representados enquanto trabalhadores, o jeitinho que eles dão é sempre colocar alguém da gestão, algum cargo indicado e dizer que aquilo ali está representando trabalhadores só que não estão, agora com relação ao Ceas eu penso que aqui dá da conta de fazer um filtro bem legal porque aqui a gente aqui não trás indivíduos enquanto representante de trabalhadores mas representações de trabalhadores, então a gente tem sindicatos, a gente tem os conselhos, a gente tem os fóruns que são representações e isso aí por si só eu acho que é um filtro bem interessante porque já trás pra cá mesmo realmente quem é trabalhador no Fórum a gente usa o que está na normativa de quem ocupa cargo de coordenação, de gestão não pode estar nos fóruns, e a gente trás isso pra representação nossa aqui, então eu acho que para o Ceas talvez essa seja até uma discussão mais fácil mas no CMAS é uma questão muito complicada bem complicada mesmo da gente levar. **Soyla** – CMAS de Paracatu: É o seguinte eu gostaria de pontuar a respeito das Urcmas nós fortalecemos os fóruns Urcmas, então eu penso que a respeito da representação esse é um momento muito importante para nós repensarmos nessas próximas eleições a questão do CMAS, as representações CMAS, e pensar na paridade tanto em governo como sociedade civil dessas Urcmas uma vez que as Urcmas ocupam espaço de governo, sociedade civil, paritariamente, acreditamos nisso e lutamos por isso, então assim a gente tem que repensar eu acho que a reflexão iniciou e é urgente ela tem que ser dita e transformada até dezembro porque não sabemos até onde vai nossa democracia infelizmente até o momento e Urcmas e Fóruns tem que ser levado a sério a gente tem que fortalecer esse ano e vamos pensar a respeito vamos começar as reflexões eu acredito que na comissão de apoio a gente tem que iniciar viu Isac essa reflexão dessas representações para fortalecimento das Urcmas, eu sou como todo sabem a maior defensora das Urcmas e acredito que as Urcmas tem espaço porque senão o que vale, Minas Gerais tem várias regiões que não tem representação nesse conselho é hora de trazer representação de Minas para dentro desse conselho. Obrigada. **Rodrigo:** Adoro ver você falar Urcmas Soyla, acho a coisa mais linda, eu acho é isso, o Irajá propôs eu acho que é bacana também a Soyla reforça, já colocar isso como pauta na próxima reunião da comissão, a Simone chama esse alerta isso começou e por motivos diversos outros, acabou esfriando então vamos esquentar esse caldo de novo e coloca isso como pauta prioritária das comissões, por favor. **Simone:** Acho que é diferente mesmo tem que discutir conselho estadual e conselhos municipais, no ponto de vista do conselho estadual eu já disse a minha opinião acho que tem que ter coerência com nossa discussão, tem que equiparar o número de vagas e bancar a especificidade de Minas que a Soyla está dizendo pra gente discutir se a representação vai ser de conselhos municipais ou se de fato a gente vai consolidar a Urcma como uma instância de representação no conselho estadual isso aí é uma coisa que eu acho que é importantíssimo o conselho fazer e também defendo que por parte do governo a Sedese tenha o maior número de representação acho até injusto que o órgão gestor estadual ele não tenha o maior número de representação, esse modelo de conselho onde divide aquela ideia de assistência social está em todas as políticas por isso tem que ter todo mundo sentado no conselho, saúde, educação na mesma proporcionalidade isso aí eu também acho que é desigual então também defendo que a Sedese tenha mais representação no conselho e também defendo conselhos municipais da mesma forma até que a lei que está tramitando no

congresso ela prevalece que é 50% de usuários e a nossa meta é chegar nos 50% de usuários e a parte de cima dividida em trabalhadores e prestadores de serviços igual é na saúde, porque é isso que foi deliberado em conferência, mas isso é uma outra história, nós temos trabalhar com a legislação que temos dentro dela com o nosso corés, agora eu queria fazer um alerta a comissão de apoio que é o seguinte, não dá para ter camisa de força com relação a realidade municipal, tem municípios que tem 2 trabalhadores, 3 trabalhadores, então não dá, tem municípios, 50% dos municípios não tem entidade não, então é por isso que vai repetindo entidades, fica lá até implorando pra ver que o prefeito, tem lugar que até o prefeito faz uma entidade só para trazer para o conselho de assistência social porque a lei trata todo mundo igual, não é igual, se tem uma coisa que tem em todos os municípios é usuários, esse tem em todos os municípios aos montes, então eu sugiro que para discutir a realidade municipal também que seja convidada a área de vigilância da Sedese, nós temos todas as informações, informações de qual município que tem entidade, qual que não tem, muitos só tem 1 entidade a maioria dos municípios só tem 1 entidade quantos trabalhadores que tem nesses municípios, até pra que a gente possa argumentar com o acórdão quando ele vier dizendo que tem que equiparar todo município tem que ter entidade, trabalhador e usuário, essa é uma questão, da proporcionalidade esse na minha opinião deve ser o debate, com relação de como que tira a representação se é o trabalhador, se é fórum, não pode esquecer que esse é um debate importantíssimo que nós constituímos como a Soyla lembrou que as Urcmas e os Fóruns foi pra isso, foi pra ver se os fóruns e regionais eles retiram os representantes nos conselhos municipais, que eles chamem pra fazer eleição para os conselhos municipais, então isso tem que discutir mesmo e muito, porque se o município tem 2 trabalhadores, só tem 2 trabalhadores então como que vai ser a representação nesses municípios, e outro aspecto que é importantíssimo é que na discussão de representação de trabalhadores estão sendo chamados trabalhadores estatais que é um absurdo e só os de nível superior, então também tem que ampliar a discussão sobre o que são trabalhadores, pra ampliar trabalhadores da rede privada e também os trabalhadores de ensino médio e fundamental aí sim eu acho que a gente consegue ampliar a discussão da representação dos trabalhadores. **Rodrigo:** Essa questão dos trabalhadores Simone é uma coisa que a gente sempre debateu muito, a gente rodando o estado aí as vezes pra fazer fundação de Fóruns, eu já fui em alguns municípios instituindo fórum de trabalhadores, e está o grande desafio fazer com que o profissional de nível médio e de nível fundamental se entendam como trabalhador do Suas e participem do Suas, entendam que o serviço que eles fazem lá é importante pro Suas mas a dificuldade não é só deles entender, é da gente dizer, sabe, como que eles se enquadram nesse sistema, qual que é a função deles nesse sistema a gente tem muita dificuldade de dialogar com essa população, acaba ficando e aí quando isso vai pro debate das entidades a gente simplesmente esquece que existem trabalhadores do Suas nas entidades, aí são completamente ignorados mesmo e as entidades por sua vez também não favorecem a participação desses trabalhadores incentivando que eles participem, as entidades também tem noção que tem trabalhadores do Suas, a outra questão que eu gostaria de chamar a atenção que hoje a legislação acaba favorecendo a isso e que é um debate que a gente tem que fazer inclusive nas conferências, levar para a conferência nacional, isso já foi dito na conferência nacional várias vezes, existem municípios que não tem entidade e acaba inscrevendo entidade de cunho religiosos só para compor cadeira, nada contra cunho religioso desde que não venha fazer política pública e incluir o cunho religioso dentro de uma política pública, então isso acontece demais inscrever essas associações, essas benemerência e coisas para poder compor cadeira, então é um debate longo, profundo, e que realmente não vai se esgotar em âmbito do estado porque isso requer mudança na legislação federal também e a gente precisa avançar em âmbito do estado, Minas já está na vanguarda, as Urcmas, nós fizemos uma apresentação no conselho nacional no dia que a Consolação e eu tivemos lá a respeito do acórdão, o povo brilhou os olhos de ver, existem outros municípios com iniciativa boas também de grupos, de encontros locais que eles fazem tipos seminários com café, tudo, muito bacana acho que o pessoal do Sus se eu não me engano, tem uma iniciativa muito bacana mas as Urcmas assim brilhou os olhos e quando a gente falou do encontro que a gente fez cofinanciado que trouxe as pessoas da resolução do

Ceas e aí você ver é o estado dando suporte pra isso acho que é isso que é fazer políticas públicas, acho que é isso que é fazer o Suas, então realmente é uma questão que tem ser priorizado nas comissões. Mais algum conselheiro? Não? O encaminhamento então que fica que não é votação, não precisa disso, é essa questão de colocar isso como prioridade 01 na agenda além das outras prioridades 001 que eu já tinha pedido pra vocês também, tudo é prioridade mas a gente tem tentado tocar a boiada inteira. **Patrícia-CMAS Nova Lima:** Só para entender Rodrigo, então o encaminhamento é que isso seja pauta da próxima comissão não sei se é de normas ou de apoio aos conselhos pra poder vim para o próximo pleno, é isso, não sei se eu entendi direito, me desculpe. **Rodrigo:** Isso é a discussão mas eu não sei se consegue vim para o próximo pleno que aí vai dizer a alteração da lei estadual que cria o próprio conselho também, então isso é mais profundo. **Simone:** Eu concordo com a Patrícia presidente, o senhor me desculpe aqui mas eu concordo com a Patrícia porque é o contrário, o conselho tem que indicar que tipo de mudança que deve ser feita na legislação, então eu sugiro que já se inicie sim a discussão, devemos talvez a discussão pela comissão de normas que tem a ver com normatização e na hora que for discutir os conselhos que é a orientação aí tem que envolver a comissão de acompanhamento de conselho e sugiro mais acho que a conselheira Patrícia fez uma proposta aqui nesse pleno que ela deve ser avaliada pela comissão de normas. **Rodrigo:** Eu sugiro inclusive que a Patrícia participe dessa discussão na comissão de normas mesmo que não seja a comissão que você escolheu ainda, mas que você participe dessa reunião ativamente pra que a gente consiga então dar celeridade, eu não sei se for preciso chamar uma extraordinária da comissão, 1 dia antes das reuniões da comissão vocês avaliam aí e articula com a secretaria executiva, é obvio se a gente conseguisse trazer alguma coisa pra próxima plenária seria ótima uma coisa mais sistematizada mas eu acho que se esforcem aí e vamos ver aonde a gente chega. **João – CMAS Pirapora:** Só quase uma questão é lógico que a gente vai ter que debruçar sobre isso principalmente na comissão de normas mas eu penso que tem coisas que a gente pode articular através do conselho estadual sem necessariamente ter que estar na lei ou se a gente ter que mudar alguma coisa, nós podemos propor um fórum porque tem fórum de tudo mas nós ainda fizemos aquele grande encontro aqui, só que eu estou propondo aqui agora que a gente possa realizar um momento das Urcmas no estado com o conselho convocando isso pra que a gente possa fazer a discussão da eleição da sociedade dos representantes de conselhos ao invés da gente mudar a lei a gente faz um fórum nosso das Urcmas e a gente já trás essa discussão, porque da mesma forma Soyla que eu admiro a sua defesa eu também esse ano eu tentei fazer isso aonde eu pude eu fui e defendo sim que ao invés do aceite ser dos conselhos seja das Urcmas, então eu acho que a gente pode criar esse momento aqui, nós podemos com o conselho estadual, com você, eu e quem mais quiser participar que seja de Urcmas de conselhos a gente trazer essa discussão pra dentro do conselho estadual. **Rodrigo:** João por favor eu perdi assim, eu dei uma desligada mental sem querer, qual que é proposta mesmo? **João:** A proposta é que a gente possa articular as Urcmas, trazer pra fazer um encontro aqui, com a participação da mesa diretora do conselho e dizer o que nós queremos essa alteração ela não precisa estar na lei, mas pode ser uma articulação da gente mesmo dos defensores da Urcmas para que a gente possa eleger esses representantes num grande encontro nosso ao invés de eleger lá na conferência porque quando a gente vir pra conferência nós já vamos vir com a decisão das Urcmas desse encontro, é trazer, entendeu o encontro das Urcmas é de trazer, tirar os nomes que a gente vai trazer para eleição ao invés de ser o espaço do conselho a gente já briga e se tiver que alterar na lei a gente também já trás a nossa proposta quanto Urcmas. **Rodrigo:** Entendi. **Simone:** Eu concordo plenamente com o João tem coisas que tem que mudar a lei tem coisas que a resolução do conselho resolve, resolução resolve adoro, João olha só, isso aí pode ser regulamentado no processo eleitoral por isso que eu acho que deve ir também esse debate que você está trazendo aqui para a comissão de normas discutir sim, você tem toda razão e sair já como calendário do planejamento desse debate uma reunião com as Urcmas, aí já faz uma reunião única para orientá-las sobre isso e discutir a proposta e já também prepará-la para a conferência do ano que vem. **Rodrigo:** Acho mais do que ótimo e a gente ver como operacionaliza isso, mais alguma questão

conselheiros, conseguimos então esgotar os pontos, vamos terminar normas, eu acho que rápido também Camila. **Camila** – Seapa: Então, eu estive em Juiz de Fora, na verdade foi para acompanhar as atividades do MDS no município de Juiz de Fora, sobre a questão do motivo da gente está lá não foi necessariamente sobre a questão da denúncia que nós recebemos aqui no conselho, teve uma auditoria da AGE e do MDS e esse foi o motivo e a diligência ela teve como objetivo a auditoria da CGU relacionada ao serviço sócio assistenciais com o objetivo de compreender os arranjos do processo de proteção social de Juiz de Fora a gente foi com esse intuito e no decorrer das nossas atividades nós acabamos sim tocando no fato da prestação de serviço da Amac no município, da Amac na prestação de serviços no município, assim é uma situação bem complexa porque hoje a Amac ela executa todos os serviços de assistência com a prestação de funcionários, a administração pública ela faz a gestão dos serviços, então eles tem um cronograma de acompanhamento da prestação de serviços pelos profissionais da Amac, então assim eu acredito que o conselho de fato tem que ficar mais próximo dessa questão e acompanhar e relacionar mais assim, o município sinalizou de que ele tem criado mecanismos para poder fazer essa parte de transição dos serviços da Amac para a execução também do município, porém é uma questão de médio e longo prazo eu acredito que muito mais à longo do que médio prazo e aí uma das questões que foram colocadas é que o município realizou concurso público e dentre as pessoas que passaram no certame estão muitos funcionários da Amac, então eu acho o que a gente tem que fazer no momento é acompanhar o que está acontecendo, a gente teve uma reunião no CMAS de Juiz de Fora, então com relação a certificação da Amac houve um descontentamento muito grande por parte dos usuários como que aconteceu eles sentiram que houve uma imposição da certificação por parte da administração pública, eu fiz um relatório mais detalhado sobre as conversas que nós tivemos com relação a visita que aconteceu, então assim se os usuários, se os conselheiros, se sentirem necessidade o relatório está disponível então assim para ver mais detalhado de como que foi. Na visita no Cras a coordenadora colocou uma situação que é relacionada aos moradores de rua, e que a polícia civil pra disponibilização de segunda via de documentos gratuitos ela exige que o encaminhamento seja feito pelo Cras e é isso que eu coloquei no primeiro momento, eles pedem pra que a gente discuta na comissão de normas se há algum parâmetro pra que não seja diretamente relacionado com os profissionais do Cras tendo em vista que os profissionais dos outros equipamentos também teriam competência por ser também assistente social, isso que foi colocado, e eu acredito que se alguém quiser mais informações eu sugiro que leia o relatório porque ficou bem detalhado inclusive com perguntas que nós fizemos na reunião que nós fizemos com a gestão da secretaria de desenvolvimento social. **Rodrigo**: Ok, obrigado, eu não tinha entendido mas é a soma à denúncia, a denúncia também do MDS diz da execução da oferta de como ela ofertada, ela então apertasse para essa fiscalização, eu achei muito bacana. **Bruno** – CMAS Juiz de Fora: Só não entendi uma coisa que foi meio surpresa pra mim, tem concurso público da Amac, é isso? **Camila**: A prefeitura realizou um concurso público e vários profissionais da Amac, assistentes sociais passaram no concurso, inclusive quando na nossa presença lá foi apresentado profissional da Amac que passou no concurso público e já foi chamado para administração pública, ela não continuou porque ela passou no concurso público e agora ela é servidora, então assim é um ganho muito grande eu acredito porque os profissionais tiverem interesse de ir para administração pública e sinalizaram isso participando do concurso, então assim é ver como o município vai trabalhar o chamamento desses profissionais, eu acho que o nosso função nesse primeiro momento é acompanhar como que vai dar essa transição que eles sinalizaram que tem interesse de realizar. **Rodrigo**: Algum comentário sobre essa questão? Simone. **Simone**: Eu só quero sugerir aí que para o debate do documento civil que seja chamada a polícia civil, ela que tem que dizer ao conselho quais são os critérios, o que ela utiliza para a documentação civil, então porque remeter para o conselho como se isso fosse uma competência do conselho estadual é no mínimo esquisito, tendo em vista que com a Sedese não tem nada, então se tem acordo deve ser acordos locais, municípios, então o conselho também tem esse comportamento de pedir para o conselho estadual discutir coisas que são locais muitas vezes, então acho que seria muito interessante para nós se a gente convidasse a polícia civil ou a secretaria de

segurança pública que eu imagino que a secretaria de segurança pública que regulamente esse procedimento no estado, sei que tem bastante problema nessa questão principalmente com jovens, adolescente com ato infracionário, com privação de liberdade, sei de toda essa problemática mas é a eles que a gente deve dirigir. **Rodrigo:** Acho ótimo esse encaminhamento Simone, chamar a secretaria de segurança porque eu endosso o que você falou que é a questão dos arranjos locais, nos municípios que eu trabalho o que tem sido feito Camila, teve esse problema inclusive eles exigem voltar os usuários por causa de cota deles lá, voltar usuários por causa de formulário errado, nós tivemos que padronizar o formulário através de uma reunião de fluxo, tem que ter resumo, foi o resumo junto com o encaminhamento, e aí assim, é uma articulação local, tem que ir lá, conversar com o delegado, porque a polícia civil ela recebe apoio do município geralmente, com aluguel de casa, algumas coisas assim, então acaba sendo um arranjo, tem que conversar mas eu acho de que quanto estado trazer a secretaria de segurança ver talvez até uma possibilidade de soltar uma nota conjunta ou uma normatização de cima pra baixo, falar assim olha é assim, vamos adotar um formulário padrão então, a gente tentar construir isso acho que poderia ser muito bacana se a comissão conseguisse fazer e dar exemplo a secretaria pra normatizar esse município para a gente não desproteger nossos usuários, vamos colocar assim, acho que é um belo encaminhamento. **Arlete** – Graal Brasil: Então, tem situações que são colocadas e que vai depender muito do arranjo no município, eu acompanhei recentemente um caso assim e o moço sempre dizia eu tenho.... e foi dizendo a idade dele e o tempo foi passando, eu não tenho documento e a gente falava mas você precisa de documento só aí procuramos a assistência social e ninguém sabe responder e a gente sabe que tem respostas ali, o que nós fizemos, a gente procurou o cartório, conversamos lá com a dona do cartório e ela nos orientou, ela falou, ele sabe pelo menos de onde é que ele saiu e chegou aqui, aí ele deu o nome da cidade então por meio do cartório foi feita uma consulta na cidade onde ele dizia ter vindo, encontraram o batistério dele, ele foi batizado na cidade, mas não tinha nenhum outro documento, então solicitamos a cópia do batistério e a minha irmã serviu de testemunha do tanto de tempo que a gente já conhece ele na cidade e saiu a documentação dele e quando saiu pelo batistério ele tem 65 anos, nunca teve documento e aí ele aposentou logo em seguida, aí nós fizemos uma festa é claro, mas é de como que o município também pode estar procurando construir esses encaminhamentos e aí agora está lá aposentado comprou uma bicicleta cargueiro e não pára, vai pra cima pra baixo. **Camila:** Eu acredito que o município que a gestão lá em Juiz de Fora está tendo seja um problema de negociação desses critérios assim, mais esse problema. **Rodrigo:** Por isso que eu acho que a secretaria de segurança via alguma mais orientação nós como controle social a gente consegue ter esse acesso, então acho que é muito importante. **Camila:** Até mesmo pra gente poder dar uma resposta do encaminhamento que a gente teve porque eu senti que ela tem sentido que os Cras tem ficado quando solicita que ele tem ficado sobrecarregado com essa questão. **Rodrigo:** Ótimo, mas alguma questão conselheiros? Simone. **Simone:** Aqui no ponto 4 Helder, eu entendi a questão a sugestão de encaminhamento é: esse assunto será prioritário para a comissão de normas na reunião de dezembro, só que eu acho, eu sugiro Helder que vocês peçam subsídios para a Sedese, pra chegar em dezembro já com subsídios, já que vocês tiveram dúvidas parece também que na própria Sedese tiveram dúvidas, então acho bom que vocês possam solicitar informações para a Sedese. **Déborah - Sedese:** É não sei se a gente já está definindo a questão da comissão de normas porque surgiu isso do ponto da comissão de normas em dezembro a gente não apresentou ainda a comissão de política porque a pauta da próxima comissão de política e normas vai ser única, e a gente vai terminar a resolução do benefício eventual então eu não sei se trás isso para agora ou se deixa essa discussão para depois na hora que a gente apresentar. **Rodrigo:** Eu trouxe essa demanda para secretaria, é da resolução, é do decreto, do cofinanciamento, eu trouxe essa demanda Déborah porque esse era um município que recebeu esse recurso e aí existe uma resolução do Ceas que tem um prazo na resolução do Ceas e aí conversando com técnico da Sedese ele me passou também a resolução da Cib, falei então pera aí que eu vou pauta isso por causa da prestação de contas no momento do demonstrativo de 2015, então eu penso que existem municípios que estão com esse recurso com resto de saldo e como não

é um assunto muito denso eu acho que a gente pode resolver ele muito rápido eu acho que dá pra trazer como concomitante, não dá na comissão? então a Consolação está tentando articular aqui ela falou que vai articular para a gente resolver isso dá melhor forma e a gente dar o encaminhamento devido se necessário, então mais alguma questão? Podemos almoçar. Dizer que a resolução nº 643 de 2018 que dispõe sobre a aprovação do Núcleo de Educação Permanente está aqui na minha mão para assinar e vai ser escaneado hoje ainda dá publicidade se Deus quiser ainda hoje, está vendo que isso é o fim, eu sei que a secretaria executiva tem hora, muito feliz por essa resolução, muito feliz mesmo, então vamos dar início aos trabalhos, a Soyla havia pedido a palavra antes do almoço aí eu pedi pra que ela fizesse a fala dela depois do almoço, Soyla antes da gente dar início na sequência da pauta, obrigado. **Soyla** – CMAS Paracatu: Eu havia comentado né Rodrigo sobre a questão de estar atendendo a proposta de João sobre a reunião das Urcmas durante o dia D, mas como no mês passado eu não participei da plenária, e eu não estava ciente quais eram os participantes do Dia D, eu pensava que viriam representações das Urcmas de todas as regiões, eu estou revendo essa proposta, eu gostaria de entender quem serão os participantes, alguém pode me esclarecer os participantes do Dia D? **Rodrigo**: Vai ser o próximo ponto de pauta então aí de repente se dentro da apresentação você tiver alguma ideia então Soyla você coloca pra gente fazendo o favor, vamos então para a comissão de apoio que pediu a palavra pra gente já ir dando início para o Dia D, a equipe da Sedese pediu pra ser primeiro pra eles dar o encaminhamento nas peças numa série de questões de comunicação, então comissão de apoio por favor. **Isac**- Boa tarde a todos e a todas, na nossa comissão da reunião de ontem o primeiro ponto de pauta foi a proposta para realização do Dia D e como contém umas coisas a serem excluídas eu vou pedir a Consolação que esteve participando conosco durante a discussão desse ponto na reunião de ontem e discutiu conosco a proposta eu vou pedir a Consolação por favor leia o que a gente tem, de escrito na proposta até o momento para que a plenária conheça uma parte do que a gente discutiu e decida o que precisamos decidir sobre o Dia D em si, certo. **Consolação**: Boa tarde a todos e todas, a proposta construída pela comissão de apoio junto com outros convidados conforme foi deliberado aqui, foi chamado para compor a comissão o Cogemas, a Superintendência de Interiorização da Sedese, o CRP, o Cress, juntos foram escolhidos na comissão de apoio 2 conselheiros que participaram de comissões entre aquela plenária e essa, que é a conselheira Marleide e a conselheira Silvana, então baseado no que foi tirado na comissão e com as reuniões que já tiveram relativos ao Dia D, tiveram 2 reuniões aqui, fizemos já o primeiro encaminhamento o Dia D vai ser composto de atividades que estão sendo solicitadas e incentivadas nos municípios para que façam por adesão eventos no Dia D conforme aprovados aqui, então já foram encaminhados ofícios para os conselhos municipais, para fóruns regionais, para as diretorias regionais a Superintendência de Interiorização que coordena as diretorias regionais assumiu estar junto com o conselho nessa mobilização, esclarecimentos de dúvidas sobre a realização desse Dia D nos municípios, nós além disso dentro do ofício encaminhamos vídeos que são aquelas pílulas que eles chamam dos vídeos em defesa contra o preconceito do usuário e da usuária que foi construído pelo CRP então já mandamos os links que podem ser apresentados e iniciamos esse processo, então de mobilização de como não tem o município faz isso vai fazer o evento é por adesão, então a gente está falando de como pode ser e aí a comissão pensando nisso na última reunião falou que poderia, os municípios poderiam ter alguma dificuldade em relação a se organizar e por isso o Leo Coury que já foi conselheiro nosso e representante do Cress junto com a Francielly que também vai ser nossa conselheira, vai sair o ato dela, eles representaram o Cress e o Leo Coury fez uma orientação sobre o ato, ele escreveu um passo a passo do ato aqui, tem 2 folhas eu gostaria de apresentar para a gente fechar toda a questão dos municípios que a gente tem que aprovar no conselho que vai somar ao que já foi encaminhado a eles pra essa organização de um evento, mas que ato seria, então o Leo ele construiu ele um documento falando o que é o ato, acho que seria interessante a gente ler o documento como um todo até para saber como que nós vamos dar esse suporte. Orientação sobre o ato no Dia D. O que é um ato? O ato tem como proposta seja na artes cênicas, na política ou mesmo nos espaços culturais como o momento histórico temporal que marcará certa causa e situação de vida de forma conjunta, nem uma ou outra

mas a conjunção das 2, para nós da assistência social o Dia D tem uma causa e uma situação que se expressa na seguinte ordem, no Brasil comemoramos em 2018 os 25 anos da lei que cria a lei orgânica social a Loas, mas com ela em especial na última década consolidamos a assistência social enquanto política pública mesmo com ainda muitos desafios tivemos a descentralização administrativa, a relação com o território e a confirmação de um importante instrumento de proteção social no país, quanto a situação dos últimos anos pós golpe, o desmantelamento do financiamento da política de assistência social mas também a sua perspectiva programática, o risco da volta do governo fomentar por meio de diretrizes públicas, o clientelismo e a vigilância aos pobres de uma forma paralela ao modo conservador, imagino o que virá de desafios como pensar a mesma proteção social de antes em um possível ministério da família, esse modelo posto não é o que mesmo construímos nos próprios 25 últimos anos com a Loas. Como organizar um ato? Todos os atores de um ato são importantes, alguns serão importantes mobilizadores, outros importantes articuladores, você deve pensar quem são importante para defesa do Suas, trabalhadores, usuários, entidades, gestores, movimentos sociais, populares, sindicais, sim a organização de um ato perpassa por listar a pessoas importantes contextualizar o que é o Dia D e propor, na nossa cidade é melhor num lugar fechado ou aberto, o ato quer trazer um caráter informativo panfletagem, um caráter de denúncia pública carro de som com caráter de formação, painéis e mesa de debate, na nossa realidade o que precisamos, ofício, material de divulgação, fazer grupo de whatsapp para mobilizar, pedir apoio de divulgação, o que precisa na sua cidade, as respostas coletivas são mais fáceis de serem sólidas. Preocupações: se o ato for em um lugar aberto o que devemos preocupar, se precisa comunicar as autoridades como fechamento de rua, avisar as instituições de segurança pública, se for apenas em uma praça é necessário que ela seja de fácil acesso para todos e todas. Se o ato for em local fechado o que é necessário? Que tenha acessibilidade, que possa ter som com qualidade para todas e todos presentes, dividir a responsabilidade e organizar o local e também deixá-lo como pegamos facilita a nossa articulação para futuras atividades, a nossa preocupação deve estar mais do que este ato representará pra este momento do que se o mesmo terá grandes autoridades ou sua estrutura formal, como falamos o Dia D tem um propósito e ele deve ser o foco, para melhorar a mobilização use lista de transmissão do facebook, divulgue via email, encontre multiplicadoras e multiplicadores para contribuir na mobilização, respeite os interesses de quem não quer ir pois não cabe num ato democrático uma mobilização autoritária, valorize a presença de quem for, não é um número que comparar mas a qualidade de toda construção que faz o ato ser importante para todas e todos, para fortalecer a comunicação procure contribuir com a ideia de que todo registro é importante seja no processo de mobilização ou nas fotos do ato, pense num ato de 10 participantes podem ser visto por milhares na internet, comunicação é poder, não utilize uma comunicação violenta, comunicar é aproximar pessoas ou palavras indevidas ofende quem possa estar lendo, use a comunicação para mostrar que todo esforço valeu a pena, construção coletiva existe, trabalho de base, demanda tempo e sempre é tempo de começar, mística a cultura, a poesia as coisa se expressam pela emoção e valorizam a nossa formação enquanto povo, linguagem, educamos entre si mediatizados pelo mundo como diz Paulo Freire “nossa linguagem devem espelhar o projeto de sociedade que acreditamos”, linguagem está na junção mais próxima entre a teoria e a prática, unidade, o importante não é o que sabemos mas como construir juntos, os erros acontecem também na perfeição portanto não se cobre, autocrítica, procure refletir sobre a proposta, o que precisamos para que ao longo do tempo, situação vivida, e das bandeiras de lutas, causa, aquilo simbolizou, aí tem contatos, conte com o apoio das entidades, conselheiros, que acompanham o Ceas e segue contato com a secretaria executiva, aí tem o contato. Então pra somar ao ofício já encaminhado, a solicitação que fosse feita esse ato, orientando do que, temas, vem essa orientação que foi construída para materializar mais e incentivar mais essa participação, então mobilização também foi solicitada a Superintendência de Interiorização que se comprometeu junto com o Cress e o CRP realizar pelo menos nos municípios sede da Sedese um ato, então a gente tem aí um indicativo que pelo menos nesses municípios esse ato ocorreria inclusive com apoio, com essa força conjunto com as seccionais do Cress e do CRP que ficou acordado também pra fazer o ato

nos municípios, então essa é a parte municipal e essas orientações do ato ainda não foi encaminhada para os municípios porque precisa da aprovação do conselho. **Rodrigo:** Bem, em discussão a orientação que o Leo fez, eu aqui gostaria de esternar a minha admiração pelo Leo, pela sabedoria e sempre disponibilidade, despreendimento ele está sempre servindo, ajudando nessas lutas, nessas causas coletivas, o Leo realmente é um cara especial, eu deixo aqui registrado em ato o meu agradecimento a ele, farei pessoalmente mas gostaria de deixar não só ele, mas esse Ceas recebeu esse ano e vem recebendo ao longo dos anos muita contribuição da Eleonora Schettini, Leia Braga, Márcia Pinheiro, Márcia Mansur, Déborah Akerman que independente do processo de trabalho, existem questões que extrapolam o trabalho, a Marta da Sedese, então eu acho que é preciso fazer esse reconhecimento, estou dizendo alguns nomes que eu estou lembrando sem querer ser injusto com todos os outros mas foram muitos nomes, muitos e a gente tem de certa forma agradecer e talvez daqui pra frente à medida que a gente for recendo essas contribuições a gente tomar cuidado de sempre depois mandar um ofício agradecendo sabe Consolação, eu já assinei alguns, o André, eu já assinei vários para essas professoras eu acho que é importante a gente continuar com isso e até mesmo ampliar quando necessário, muito obrigado. Está em discussão viu gente eu fiz esse agradecimento mas está em discussão, tá conselheiros, alguma consideração com relação a orientação técnica do Leo, alguma consideração com relação em enviar isso para os conselhos, para os municípios? Não? então podemos colocar em votação, estamos esclarecidos, então conselheiros que aprovam a orientação favor manifestar, contrários, abstenções. **Consolação:** Bom gente continuando ainda pra mobilização foi aprovado uma vídeo conferência na Uaitec e a única data que a gente conseguiu porque realmente a Uaitec está tendo muitas capacitações, foi no dia 03 de dezembro mas mesmo assim a gente achou que é válido fazer essa vídeo conferência porque marca esse momento e o Leo Coury também se propôs junto com a Mídia Ninja que ele participa de pegar o link dessa vídeo conferência e publicar também porque tem muitas pessoas que visualizam por meio dessa mídia, então a proposta da comissão de apoio e junto com essa comissão que preparou com esses atores que eu já disse de fazer a vídeo conferência no dia 3 foi o horário que tinha de 14:00 às 16:30 horas, seria o Rodrigo, o presidente, a Simone, vice e a Cristiane que estariam fazendo essa mobilização, a proposta tem 4 blocos, o primeiro boas vindas, introdução sobre o Dia D, orientações gerais sobre o ato, depois um outro bloco de conceitos básicos o que é garantia e defesas de direitos para as pessoas entenderem porque que nós estamos falando do Dia D dessa defesa, depois a defesa da assistência da seguridade social nos âmbitos de direitos, da democracia da perspectiva do Dia D e por último o debate que sempre abre no final da vídeo conferência. **Rodrigo:** Só para reforçar porque eu lembro que ontem eu anotei na minha agenda eu está lá mas a Simone perguntou e eu esqueci e aí as agendas já estão batidinhas e bonitinha então está tudo certinho pra isso. **Consolação:** Bom, o Cogemas também na mobilização se comprometeu de acionar os gestores para também estar incentivando essa realização do evento nos municípios o segundo momento da organização do Dia D se refere ao Conselho Estadual organizar aqui em Belo Horizonte um ato e aí nós discutimos como que seria esse ato e está proposto em 2 momentos esse ato, está projetado ali a programação, então Dia D organizar pra lutar e resistir, nós temos a pauta, começaria o ato as 12:00 horas, um ato na rua porque a gente teve uma experiência no ato passado que nesse horário independente do número de pessoas que estão participando você tem o fluxo da Praça e aí pensou-se em ter o ato de 12:00 às 13:30 horas com carro de som que já foi conseguido junto a nova central sindical que é que emprestou da vez passada, a Sandra que é conselheira nacional inclusive está também junto nessa comissão colaborando com a gente ela também representa o sindicato que está dentro dessa nova central, então conseguimos o carro, pensou-se nos convidados para o pronunciamento, os parceiros que estão envolvidos o Ceas, CRP, o Fort, o Fórum de Usuários de Entidades, Fetsuas, ficou como Fort mas é Fetsuas, do município a gente chamar o conselho municipal, Cress, o deputado André Quintão que também está apoiando a questão do evento, pensou-se em até fazer uma audiência pública mas aí a gente viu que o momento não estava propício pra uma organização de uma audiência pública nesse final de ano então achou-se melhor fazer o ato na rua e depois a

gente ir para um auditório que eu vou falar em seguida, aí a gente vai preparar cartazes na hora da comemoração então a gente vai levar uns cartazes a Cris inclusive falou que a gente vai solicitar junto a entidade dela, ver essa possibilidade de arrumar esses cartazes em branco e aí seria interessante que as pessoas vão lá, escrevem na hora e levanta fazer essa mobilização inclusive até para impressão o período não está muito propício, conseguimos a sessão no teatro Mobs aquele que tudo mundo já deve ter assistido é da prefeitura de BH e eles falaram que vão estar em 2 momentos, vão estar na rua com pernas de pau, eles vão fazer uma apresentação assim no ato e depois vão fazer uma outra apresentação quando estiver no auditório, e a coordenação do ato também como foi citosa da outra vez discutiu-se na comissão que pudesse ter a conselheira Cristiane e a Sandra conselheira nacional que a gente pudesse tê-las lá em cima, é lógico que todo mundo vai falar, pode subir do mesmo jeito só que elas fizeram, puxaram a participação de uma forma muito interessante e aí as 2 estariam coordenando o ato ali no carro de som, ainda no ato a gente pensou, a comissão já tinha falado da importância disso, a comissão de apoio e a comissão que se reuniu também de fazer um manifesto do Dia D e pra isso a gente pediu a colaboração, houve uma minuta prévia da secretaria executiva com Leo Coury, depois foi encaminhada para as professoras Lea Braga, Eleonora Schettini e Márcia Mansur a Eleonora Schettini fechou o texto pra gente ela realmente fez a redação final e o manifesto eu vou ler aqui porque ele compõe o ato, eu estou fazendo na sequência pra gente fechar as matérias como um todo, então o manifesto seria pra ser distribuído nesse ato. Manifesto Dia D, a assistência social é um direito de todos os cidadãos, a 25 anos ela se tornou política pública de responsabilidade do poder público e visa a proteção de pessoas em situação de vulnerabilidade e de violação de direitos buscando a superação dessas situações e a emancipação de seus usuários, seus serviços e benefícios são ofertados de forma gratuita pelos governos municipais, no centro de referência da assistência social Cras e no centro de referência especializados de assistência social Creas e por entidades de assistência social, todos os que necessitam de assistência social em qualquer fase da vida de diferentes raças e etnias, pessoas com deficiências, moradores de áreas urbanas e rurais tem direito de acesso e benefícios de qualidade sem discriminação ou tutela ofertados próximo a sua moradia e com acessibilidade para idosos e pessoas com deficiência, todos tem direito a acolhida, ao convívio familiar e social, a construção de sua autonomia, auxílios e a renda, meios que possibilitam famílias e indivíduos a viverem com dignidade, aqui estão incluídos o benefício de prestação continuada BPC, os benefícios eventuais como auxílio funeral e natalidade e o programa bolsa família, a sociedade tem um importante papel de participar das decisões sobre essa política e de fiscalizar a sua execução, para isso existem os conselhos de assistência social no âmbito de governo que funcionam regularmente e as conferências realizadas de 2 em 2 anos, essa função chamada de controle social conta com a participação de trabalhadores, entidades e usuários da assistência social mas está aberta a todos os cidadãos, para que ela seja fortalecida é preciso que a sociedade civil se fortaleça na organização de diferentes espaços como fóruns que buscam a garantia de defesa de seus direitos, todos nós cidadãos comprometidos com a dignidade humana devemos somar esforços pela garantia da política de assistência social, defender os princípios e diretrizes da Loas, seu cofinanciamento como uma co-responsabilidade federativa e a qualidade dos serviços prestados para garantir a proteção social devida à quem dela necessita, as conquistas desses 25 anos tem que ser preservadas, assistência social direito de todos. É um texto pequeno porque em verdade foi visto o que seria melhor da gente fazer, seria o A5 que é a metade do A4, por isso o texto foi resumido mesmo, então eles fizeram um pequeno texto que fala-se desse manifesto e além disso há uma arte, a gente tem que aqui hoje aprovar esse manifesto e em seguida a Sedese desenvolveu a assessoria de comunicação uma proposta de arte pra gente colocar junto a esse manifesto para distribuição, nós vamos fazer a solicitação dessa impressão, vai ser o Instituto Missionários Sacramentinos e a editora Lutador, nós conversamos com a Cris, existe uma possibilidade mas ela ficou de verificar o custo e como que fica isso, então nós temos que mandar a arte para que tudo seja calculado lá, então eu vou passar para o Rodrigo para os encaminhamentos. **Rodrigo:** Déborah pediu inscrição e aí tem uma questão que antes de passar, como eu disse no começo nos informes nós tivemos uma agenda conjunta a meu

pedido inclusive para o José Crus em função da reunião do Cogemas onde já estariam todos os gestores ou parte dos gestores para a gente tirar então demandas, ações para que a gente discutisse as pautas junto a equipe de transição e tirar as pautas conjuntas para evitar da gente fique fazendo uma reunião conjunta, uma reunião com Ceas para tratar de um único assunto, o Suas, então até mesmo para otimizar tempo, recursos e mostrar que a gente é um sistema integrado, gestão, trabalhador, usuário, foi feita essa proposta e aí nós tiramos 4 pontos de deliberação, 4 pontos principais, dentre outras demandas todas as demandas que os municípios tem mas os que estavam presentes nos relataram as inscrições como 4 prioridades, eu pedi pro Gilberto pegar, o Gilberto está trazendo pra mim porque no dia lá o José Crus ficou como relator eu estava respondendo uma questão, eu fui indagado na mesa com o pessoal de Diamantina se eu não me engano e aí o José Crus ficou com o relato, então ele anotou eu estou pedindo para trazer pra gente incluir nesse manifesto. **Déborah:** Eu só queria fazer uma contribuição tanto no texto quanto na arte, primeiro dizer que eu achei muito bom, ficou conciso as ideias foram ótimas, eu acho que vai ser um dia bem bacana e vamos dar nosso recado, agora eu senti falta, eu lembro que quando a gente estava fazendo um ato aqui, a gente falava Suas e a população perguntava, o que é Suas, o tempo inteiro tem isso, vários momentos que a gente fala Suas e ainda a gente escuta essa pergunta, e tanto no manifesto quanto na arte porque eu acho que fica difícil pra população entender que a gente está comemorando a Loas e que deu origem ao Suas, então assim eu fiquei pensando como a gente faria isso, o Suas tem que aparecer, pra também diluir em algum momento no texto do manifesto é uma oportunidade que a gente tem, eu vi aí posso ter comido mosca aí mas não aparece Suas, fala de política de assistencial acho que é importante e sugiro também que na arte isso também apareça, o logo do Suas que já foi inclusive discutido em lei a logo é oficial, então acho que a gente tem que marcar que Loas é Suas, algo assim que eu queria contribuir. **Simone:** Eu acho que deveria ser alguma coisa, Dia D Suas, Dia D, acho que tem que ser alguma coisa que diga Dia D, dia de luta, dia de Suas, dia de luta do Suas eu acho que não dá, é um dia de comemoração mas não dá pra gente também fazer de conta que está tudo bem, também tem que falar do desmonte, das dificuldades e já apontar algumas questões que eu acho que é importante que é sobre financiamento, a volta do repasse regular, tem algumas lutas que o Rodrigo colocou que foi discutido entre o Cogemas e o Ceas, então já tem uma direção do conselho estadual e do Cogemas, essa direção tem que ser retratada nesse documento aqui senão fica parecendo que está tudo ótimo, nós estamos comemorando e não é verdade, não é verdade mesmo, se aqui no estado nós não temos financeiro, aqui a gente empenhou e liquidou, o governo federal nem empenhou e nem liquidou até o final do ano, nem orçou para o ano que vem, então nós estamos num momento nosso, o Dia D indignação também, o Dia D é um negócio complicado, nós temos que também nos posicionar mais ferrenhamente no que nós temos que dizer, então eu acho que tinha que acrescentar aí também é claro eu não estou falando pra gente escrever um negócio enorme não, mas um parágrafo aí só falando que a gente não abre mão das conquistas e que precisar lutar por algumas coisas dentre elas o financiamento é fundamental. **Isac:** Boa tarde eu vou um pouco dessa perspectiva que a Simone falou eu também senti um pouco de falta de denúncia no manifestado eu mencionei isso na reunião da comissão ontem mas o que se conversou lá foi no sentido de fazer um manifesto menor mais enxuto e talvez mostrar uma positividade, mas eu assim não estou convencido de que devemos deixar de denunciar no manifesto, embora essa denúncia vai estar nas falas e em todos os outros momentos do ato, pra mim eu acho assim, o manifesto precisaria ter alguma coisa lá dessa denúncia dentro do manifesto, mas dentro da comissão ontem eu entendi que o documento menor seria interessante mas estamos abertos para essas colocações sim. **Rodrigo:** Eu penso que manifesto, eu concordo com você Isac porque senão vira congratulações, um cartão de natal, qualquer coisa do gênero, eu acho que não é por aí, mas alguma questão conselheiros, são 2 artes, pode falar Isac. **Isac:** Só com relação ao nome que a Simone estava falando em luta, essas coisas eu acho que combina Dia D luta pelo Suas. **Rodrigo:** Eu vou passar para o Gilberto para ele colocar as deliberações. **Gilberto – Cogemas:** Na nossa última reunião do pleno, nas últimas reuniões tem acumulado esse debate e a gente tirou alguns pontos que são prioritários que é uma luta de todos nós e esses pontos podem ser compartilhados com o

Ceas, na minha opinião, que é o orçamento e o financiamento que eu acho que a gente tem que deixar claro a defesa pelos recursos sem recurso não tem Suas, a gestão compartilhadas que é necessário que a gente debata mais, debruce sobre as questões, a democracia ela dá trabalho mas ela é necessária e parece que o movimento é anti democrático tanto é que não há reconhecimento de deliberação de conferência em nível nacional, a gente quer também dialogar com a estrutura da Sedese para que a gente possa alcançar cada vez mais os municípios e acho que o Ceas pode colaborar com isso inclusive tem uma proposta da gente fazer o Ceas de maneira pelo estado como fosse maneira de caravana essa coisas toda, e ampliar as parcerias, acho que é importante também a carta, uma coisa que eu queria colocar também que na hora que estava colocando o documento e convocar os setores que estão ligados a política de assistência social a entrar também nessa luta, acho que também que ser uma coisa de convite acho que ampliar as parcerias acho que também é estratégica então foram esses 5 pontos, orçamento e financiamento, gestão compartilhada e outro ponto importante aqui são as conferências a gente tem que estabelecer que a conferência é o solo sagrado da política de assistência social, então são esses pontos: conferência, estrutura da Sedese e as parcerias, ampliação das parcerias, era isso que eu queria dizer. **Rodrigo:** Essa estrutura da Sedese inclusive foi muito debatida, né Gilberto, a questão de como que as regionais apoiam os municípios e como que isso poderia ser um retrocesso, foi muito discutido. Consolação e Simone. **Simone:** Só para título de sugestão aí a gente podia terminar: hoje é dia de lutar pelo Suas por isso alencamos as nossas lutas prioritárias, alguma coisa que fizesse a liga entre o dia de lutar pelo Suas com as bandeiras de luta, só para terminar aí terminaria assim. **Consolação:** Só para esclarecer nesse ponto o Cogemas, o Paulo que está fazendo a reunião, ele trouxe essas questões do Cogemas, ele falou sobre a manutenção do orçamento, gestão compartilhada, ele trouxe a questão dos Creas regionais, a conferência, manutenção de quadro inclusive técnicos da Sedese regionais, e depois na discussão falou que seria um manifesto que tinha que esclarecer um pouco o que era assistência social e apontando alguns caminhos com investimento na participação, então por isso acho que não entrou tudo mas nós vamos refazer, eu só quero trazer a questão da discussão. **Rodrigo:** Eu estou perguntando pra Simone e pra Consolação aqui, quem que está assinando de antemão esse manifesto, por que no dia lá também a gente discutiu a possibilidade de fazer um documento conjunto Ceas/ Cogemas com agenda de lutas para ser entregue para a equipe de transição, então talvez esse manifesto já podia ser esse documento e aí chamaria Creas, CRP e regimentos também por adesão, manifesto que a pessoa vai fazer adesão e aí os fóruns municipais podem assinar, as entidades, então eu acho que a gente já podia contar com esses parceiros, Creas, CRP, Federação das Apae's, Confederação dos Índios e assim sucessivamente. Ok conselheiros, podemos fazer essa inclusão? **Isac:** Aí nesse caso, esse manifesto precisaria crescer um pouco mais ou não? **Rodrigo:** Cresceria, um parágrafo. Então podemos votar conselheiros, estamos esclarecidos para votação? Alguma questão mais? Não? Então os conselheiros que aprovam o manifesto com a inclusão da agenda de lutas, contrários, abstenções, ok, então manifesto aprovado com a inclusão. Nós temos 2 artes, 2 propostas de arte, 1 assim que a gente já tinha visto, e cadê a outra? Essa vermelhinha, os bonequinhos de bracinho aberto. Essa arte é pra que? essa arte vai como? O texto vai atrás, entendi, é porque essas bonequinhas é tão conferência, isso também tá parecendo lotação, ônibus, eu brinco mesmo, eu estou brincando mas eu não tenho sugestão não, eu falei que é muito da conferência, mas é chato. **Ivone – Cogemas:** Eu estava pensando aqui já que vamos mudar a cara do Suas acho que tinha que pôr ali era o símbolo do Suas, o Dia D Suas, põe Suas o Dia D do Suas. **Rodrigo:** Bem pessoal a cor vermelha ou verde, a cor é um verde escuro meio verde bandeira parece, então verde bandeira pronto. Então gente, não dá tempo de ficar esperando muito não, vamos fazer o seguinte vamos dar autonomia para o pessoal, coloca a marca oficial do Suas e eles combinam esse negócio aí, então pronto e a Cris está acompanhando também, a Cris tem a manha da gráfica lá ela entende desse trem, então está de boa Cris, então podemos aprovar isso, ok, conselheiros que concordam com a campanha com a logo aí, tem que votar, conselheiros que aprovam a logo com a logo oficial, contrários, abstenções, então logo aprovado e aí comunicação está em suas mãos, obrigado. Então

prossequindo. **Consolação:** Bom, então do ato é isso a Cris, a coordenadora lá do ato ela também vai verificar junto, eu tinha falado não sei se você estava aqui, junto a entidade de orientador, a possibilidade da impressão e depois saindo de lá às 14:00 horas a gente tem dentro do auditório nós ainda estamos verificando, nós tentamos já vários locais para esse dia alguns estão em reforma, nós fizemos e ainda não respondeu oficialmente, já fizemos a solicitação do auditório da Una que fica próximo à praça da liberdade, a diretora do curso de serviço social, a Misley inclusive conversou com ela, ela já fez toda a reserva só falta uma confirmação mas a gente acredita que vai ser lá. De 14:00 às 15:00 horas uma abertura simplificada, com a mesa com usuários, trabalhador que já é o presidente do Ceas, a vice presidente, entidade, a Sedese, o Fet, o Cress, o CRP, para lançamento da caravana do Ceas por Minas em defesa do Suas com chamamento para a realização das conferências de 2019, então aí a proposta é que faça a abertura, primeiro faz o lançamento da caravana, a gente vai montar e falar como que vai ser, que o Ceas vai percorrer todo estado com esse planejamento para incentivar os fóruns e Urcmas, e depois o Rodrigo junto com a Secretária e vice-versa eles assinam o chamamento porque a resolução é conjunta da conferência para 2019, depois a gente tem de 15:00 às 19:00 horas ainda nós não separamos aí que seriam 2 mesas seguidas, a gente está chamando de roda de conversa, então roda de conversa pra que? Pra ficar mais próximo às pessoas, não tem uma mesa que separe, começa conversando entre si e depois dialoga com quem estiver lá presente, aí como que vai ser, isso é uma proposta, está propondo a apresentação do teatro Mobs, e depois vai ter algumas cartilhas o CRP está vendo se tem um quantitativo que possa estar distribuindo lá também aquela cartilha contra o preconceito do usuário e da usuária, depois então começa a conversa sobre não desmonte do Suas defender a assistência social e a seguridade social para garantia de direitos e da democracia, então defesa do Suas local, defesa do Suas, então nessa essa mesa está pensado pra a gente ter o Ceas, Fóruns, Cogemas, CRP, o deputado André Quintão, a Sedese, e aqui como o Cress quando chamado a participar dessa mobilização, ele já estava organizando também um evento para esse dia, nós chamamos logicamente, todo mundo quer somar, e fala assim não vamos fazer eventos paralelos, ele já tinha contactado e a própria, foi contrária a defensora pública federal, a Carolina contactou o Cress pela importância de fazer um evento inclusive ela se dispôs a ter uma fala do ponto de vista legal sobre a questão da assistência social então ela veio para conversar, ela vai entrar nessa roda de conversa junto com esses outros atores e vai falar desse lugar em defesa do Suas, depois teria uma outra roda de conversa mas não seria uma roda de conversa seria uma conversa com a professora Kênia Augusta que é uma professora que já deu aula inclusive aqui na Una onde a gente está fazendo esse pleito do local, ela hoje está na UNB ela dentro de sua tese de mestrado e tem discutido bastante a comunicação na assistência social, a facilitar o diálogo com o usuário, ela lançou um livro lá em Brasília, então esse livro dela tem tudo a ver com o evento a questão do usuário, do preconceito então para dar um plus a esse nosso ato também, pensou-se dela ter essa conversa com quem está ali e falando desse livro, aproveita e faria o lançamento do livro o que motiva inclusive participações não só de universidade mas chamando pessoas para ver essa questão do diálogo com o usuário, como que é a comunicação, é muito interessante a fala dela então, então pensou-se aí já estar nessa segunda mesa, seria essas 2 conversas, 1 conversa em defesa do Suas e a outra conversa sobre a comunicação com o usuário que aí vai vim ao encontro com a campanha contra o preconceito dos usuários. **Marleide-CRP:** Consolação, eu só queria reforçar, porque ali você coloca da cartilha, a distribuição da cartilha, eu vou levar amanhã, tem reunião na comissão de assistência lá no conselho e eu vou levar essa proposta então assim eu não tenho certeza se tem, provavelmente não tem e a gente vai ter que imprimir então não está certo ainda. **Simone:** Primeiro eu quero parabenizar aí o assunto, está bastante denso eu acho que atende bem a expectativa só acho que a gente tem que refletir, vocês sabem como que eu sou afixionada por esse negócio de horário, então eu vou chamar atenção, ver se a gente vai conseguir fazer um ato público de 12:00 às 13:30 e em 30 minutos almoçar e deslocar, aí nós teremos que almoçar e nos deslocar se fizermos na praça 7 nos deslocar até lá em cima na rua da bahia até na praça da liberdade, então tem uma distância mais o almoço que com certeza não daremos conta de fazer em 30 minutos,

minha sugestão é que o ato dure 1 hora de 12:00 às 13:00 horas e a gente então teria 1 hora para se deslocar e almoçar, outra coisa, aqui está abertura simplificada, uma meiguice, aí abertura simplificada tem Sedese, CRP, Fet, Cress, Fóruns, Cogemas, é simplificada e além disso tem o lançamento da caravana do Ceas por Minas em defesa do Suas, que a gente tem que discutir o que é exatamente o que é o lançamento da caravana, o que vai ser isso, que ato é esse tem que discutir isso aqui, e o chamamento para realização da conferência também a gente tem que discutir o que é isso, o que é chamamento para realização da conferência, promover a assinatura da resolução, essa conjunta aqui eu nem sei como é que é, nós temos uma resolução conjunta do Ceas e da Sedese, e aí gente sinceramente conhecendo nós como eu conheço, nós não vamos fazer isso das 14:00 às 15:00 horas, a não ser que a gente também deixe claro aqui quem vai falar nessa mesa de abertura simplificada e aí gente lá é formato de auditório é cadeira fixa, então não vai ter círculo lá, não vai ter roda, lá é 2 auditórios portanto teremos 2 mesas, 1 das mesas deve ter aqui 1,2,3,4,5,6,7,8,9 pessoas, se cada pessoa falar 20 minutos vai ser 3:00 horas acabou então o horário, então eu acho que a gente tem que repensar aqui, porque o lançamento do livro é falar do livro mas é vender livro, assinar livro, então rito daquela fila que faz todo mundo com livrinho lá para vender e assinar não é só isso, o rito do lançamento é um rito também demorado, então eu acho que a gente tem que reorganizar isso aqui porque senão essa parte da tarde aqui a gente vai ser perder nela, é um negócio complicado aqui, então a minha sugestão é que a gente pense um pouco de como a gente poderia fazer, ou faz um debate só, eu não estou falando de abertura não, eu estou falando de fazer uma mesa só, a gente pensa aí e a Kênia fala do livro também, não sei talvez a gente tem que pensar isso aqui melhor, é isso que eu queria falar. **Déborah:** Eu acho que minhas colocações vão no alinhamento que a Simone colocou aí, tenho algumas sugestões, primeiro não entendi e talvez possa se não tiver nenhum entendimento, pode funcionar melhor como a gente fez no ato no dia do encontro, a gente faz primeiro o auditório, mesa e tal, e depois vamos todos juntos para o ato, acho que naquele dia foi melhor e fica mais legal, fazemos de manhã o ato, a mesa e tal e vamos depois para o ato, e aí a outra questão eu acho que tenho de concordar com a Simone eu acho que é muito importante essa mesa, acho de que como é um manifesto, eu acho que é importante a fala de cada uma dessas instituições, são elas vão segurar ali a defesa, e acho com todo respeito que eu tenho com a Márcia e pela Eleonora, acho que elas já estiveram conosco, elas já falaram e acho que elas não precisam vir agora, então acho que poderia ser só a Kênia mesmo, eu não se todos aqui conhecem a Kênia, a Kênia é uma pessoa muito importante na discussão da mobilização, da comunicação inclusive o teatro da mobilização social tem muita participação dela e o livro dela é sobre isso, então acho que a gente podia ficar mesmo nessa parte das falas das instituições e a Kênia falar um pouco do livro, apresentar rapidamente o livro falar o que ela pensa sobre o que é a comunicação social especialmente no Suas que ela tem muita experiência o teatro já estaria lá pra poder mostrar e a gente sairia para o ato, essa é a minha sugestão, acho que fica mais organizado e a gente tem a mobilização de todo mundo sair junto porque senão nós vamos encontrar aqui na praça 7 e eu acho isso muito desmobilizador, é essa sugestão aí. **Wilson – Fazenda:** Gente, eu acho que deve ser a terceira ou quarta vez que eu faço a mesma sugestão mas eu não desisto dela, eu gostaria muito de ver o professor Marcos Abílio da UFMG que estuda as mídias sociais falando para a gente, o **Fernando** das mídias sociais ele é especialista nesse assunto e da última vez que eu estive com a professora a Eleonora que eu até cometei o assunto ela concordou comigo ela acha que seria uma pessoa muito importante falando pra gente então já pela quarta vez eu gostaria de sugerir o nome do professor Marcos Abílio. **Isac:** Considerando as últimas falas, os pontos que foram trazidos principalmente o da Déborah com essa perspectiva de que primeiro faz o momento do auditório e depois o ato em rua, lembrando como foi no outro encontro e aí eu não sei se seria possível mas naquele encontro a gente fez o dia inteiro por isso que foi possível a participação com calma lá pela manhã e depois sair e organizar pro ato em rua pegar o horário de almoço porque é um horário de pico e depois o retorno pra sala para as discussões eu acredito que se for possível fazer dessa maneira talvez contemplaria para não prejudicar as discussões mas eu não sei se é possível fazer o dia inteiro mais, mas se for possível acho que abrir essa perspectiva para

iniciar pela manhã com algumas coisas e depois faz o ato com o mesmo modelo acho que contemplaria inclusive a incorporação de outros atores para conversar como a sugestão do Wilson agora. **Cris** – ISM Sacramentinos: Acho que uma questão que a gente precisa ficar muito atento assim que foi uma avaliação que eu não sei se a gente conseguiu fazer aqui, eu acho que eu entrei de férias acho que eu não fiz essa avaliação é que o último ato a gente ficou muito próximo do horário do almoço, as pessoas ficaram com fome e as pessoas não acompanharam o ato na proporção do número de pessoas que nós tinha lá, vocês lembram como ficou vazio? ficou muito vazio e tinha um sol quente que talvez não seja o que a gente agora vai lidar com ele, o sol quente a gente tem uma coisa aí que pode ser pior que o sol que é chuva, pode ser pior, então assim acho que a gente precisa pensar isso porque sol desmobiliza mas fome também desmobiliza, chuva não tem não existe, fome também desmobiliza, eu acho que a gente precisa ver a questão da mesa, essa mesa simplificada ela tem que ser mais simplificada do que nunca, pra gente poder pensar mesmo no ato, porque as pessoas no ápice da manhã, no pique na energia da manhã que são as 10:00 horas porque depois que passa isso já entra no horário de almoço, que aí você vai de 10:00 às 11:00 horas explica ali até 11:30 e depois de fato ali na praça 7 a gente vai caçar nossos lugares mesmo pra comer entendeu, então a gente precisa pensar nisso que é uma questão assim se nós vamos fazer isso como um dia e tal que é marco eu que a rua ela tem muito mais sentido do que a gente estar falando para nós mesmo e eu acho que importante a gente falar para nós mesmo porque a gente se fortalece mas acho também importante falar pra quem não está ouvindo, nós estamos aí com uma consequência grande da não conversa e de não falar com as pessoas para além da nossa bolha, então eu acho que a gente ficar lá na mesa é importante, é marco, nós vimos aí como é importante uma mesa na conferência nacional nós assistimos aí o que é não ter uma mesa, reforçar isso, legitimar com as instituições que nós temos, mas nós precisamos pensar que nós temos que dar esse gás todo é na rua, sabe é tentar panfletar para um número maior de pessoas, conversar com as pessoas porque a consequência da não educação popular ela está aí. **Rodrigo**: Brilhante Cris. **Simone**: Então Déborah por favor, você fez a proposta então nós estamos discutindo ela, senão a gente fica discutindo a proposta que você fez aqui, eu queria concordar com a Cris aqui e acho que a Déborah também deu uma sugestão interessante, então eu penso veja só se esse desenho fica bom, a gente podia começar a concentração do ato 10:30 horas, concentração né Cris, porque aí até chegar som, testa som, se chover eu acho que a gente devia pegar emprestado aí com a turma dos movimentos, a barraca, pra gente ter a barraca, a possibilidade da tenda, a tenda do Dia D, e se chover o que a gente faz? Enfia pra dentro da tenda, coloca o Irajá para o lado de fora para distribuir o ar. **Rodrigo**: Previsão não é de chuva, tá gente, Irajá vai ter que dançar muito. **Cris**: Nós temos em tempos de chuva, a gente cancelou um evento gigante que nós organizamos numa praça, porque a gente também confiou, nós estamos num país tropical então não dá pra confiar, eu acho que a gente em tempos de chuva fazer um planejamento estratégico para chuva. **Rodrigo**: Dancinhas a parte eu concordo com a Cris, mas a previsão do google não é chuva. **Simone**: Então a sugestão é 10:30 horas a concentração, 11:00 horas o ato, a gente conseguir uma tenda, a tenda do Dia D Suas, depois então a gente teria um tempo adequado para o almoço a gente iria até meio dia ou meio dia e pouco no máximo, pararíamos e iríamos para o local então, eu acho que essa proposta da Déborah muito boa, a proposta que ela fez, a gente ter de fato lá uma mesa, aí todas as entidades se posicionarem, aí não é um debate, uma discussão, a roda de conversa na verdade a conversa a gente faria com a Kênia né Déborah essa é sua proposta, mas que seja um ato mesmo de lançamento da caravana, de assinatura, da convocação da conferência e todas as entidades presentes elas falariam, não é isso Déborah, não é que juntou ela está tirando a conversa, na verdade ela está deixando a abertura, o ato seria abertura, aí depois a gente faria o teatro da Mobs com a Kênia, acho que ficou bem legal a proposta, mais adequada. **Irajá**-Apoinmi: Achei interessante a proposta da Simone, e convidá-la para apresentar o cocar e pra dançar junto comigo. **Rodrigo**: Gente, vamos dar prosseguimento, mais alguma questão? **Consolação**: Gente, então porque nós temos que dar os encaminhamentos, eu quero ver se eu entendi até pra ver a questão da proposta, 10:30 horas concentração então a princípio a gente está falando da praça 7 porque o carro

não vai movimentar, inclusive o pedido foi esse de ficar porque a autorização ela é diferente quando ele vai transitar, então ele é fixo, então 10:30 horas concentração, 11:00 horas o ato lá, a alternativa por causa da chuva vai ser solicitada, vai tentar já conseguir uma tenda, 10x10 lá do dia pra gente estar lá se chover estaríamos ali debaixo da tenda, depois mantêm 14:00 horas a parte que vai ser no auditório e ao invés da gente falar da abertura simplificada a gente vai ter uma mesa que vai ter todos esses, então a gente está somando a fala do desmonte pra ficar nessa mesa junto, então não é como se fosse uma abertura é tudo, é aquele momento do ato, então essa mesa com todo eles, todo mundo se manifesta no meio dessa mesa também terá o lançamento da campanha que é uma resolução é a assinatura dessa resolução lançando a caravana do Ceas e depois resolução conjunta em relação a realização das conferências, depois que acabar esse momento entra o Mobs faz uma apresentação depois a gente entra com a Kênia e o lançamento do livro, é isso? **Isac:** Pra mim ainda ficou uma coisa no ar que foi a questão colocada pelo Wilson, eu não entendi se discutimos ou se não discutimos de convidar mais um professor, eu queria só para discutir se acha importante ou se não, pra mim essa questão ainda não fechou se sim ou não. **Rodrigo:** Não nós não discutimos, tem que colocar em discussão. **Simone:** Na minha opinião a gente discutiu sim, a Déborah inclusive sugeriu tirar professores e não colocar professores, tirar Márcia Mansur, tirar os professores, não é um ato acadêmico é um ato político com as entidades. **João:** Eu queria só Consolação, pedir um esclarecimento aqui que não ficou claro pra mim uma coisa, dentro da proposta de 15:00 às 19:00 nessa distribuição de cartilhas pra quem que é, para que público porque se for pra nós as entidades, conselheiros, é melhor que a gente faça essa distribuição é para o povo, é na praça é em qualquer lugar e não lá no espaço, porque a gente já está dentro dessa briga. **Rodrigo:** Esse negócio de falar de nós para nós mesmos. **Consolação:** A conselheira Marleide já falou que ela verificou junto ao CRP a probabilidade da gente não ter essas cartilhas, porque a gente até pensou de distribuir lá no ato na rua, então isso aqui a gente vai tirar e mudou um pouco a conformação, a medida que é junto então não tem essa distribuição do horário de 14:00 às 19:00 vai ser esse outro ato interno então a gente vai redistribuir esse horário, tá bom? **Rodrigo:** Alguma questão conselheiros ainda? **Simone:** A gente podia ver aqui quem é que se responsabiliza por conseguir a tenda, tem que ser tenda, cadeira pra gente ficar sentadinho lá dentro da tenda, aí podia ver quem que pode se responsabilizar por isso. **Rodrigo:** Antes disso gente, eu estou acabando esquecendo de fazer, tem que fazer para registrar em ata, é que o conselheiro Wilson havia justificado ausência mas ele veio desde a parte da manhã, então para registro em ata que o conselheiro Wilson não se ausentou, chegou um pouquinho atrasado mais chegou. Mais uma questão conselheiros? Então vai ter uma reunião da comissão dia 29 pra que aí vai colocar essa questão dessa logística toda, então ok, conselheiros eu vou colocar em votação, conselheiros, peço a atenção dos conselheiros, vou colocar em votação a proposta do Dia D com as alterações, todas as alterações propostas aqui que foram algumas boas, então os conselheiros que aprovam o Dia D com as alterações, contrários, abstenções, só para registrar Déborah, vai estar aprovando, então Dia D aprovado das tratativas a logística necessária de divulgação. Tem mais ponto de pauta, Isac, continuação. **Isac:** Então voltando aqui o nosso segundo ponto de pauta que trazemos para a plenária pra informação é referente a análise da solicitação do município de Mariana por alteração de pertencimento regional, o município, ele a gente recebeu na comissão ontem informações que esse município desejava mudar de regional e tinha uma nota técnica em relação a isso do que foi a dissociação do município, de falas da regional e a gente fez um resumo e estamos trazendo pra vocês agora. Recebimento de memorando nº 33 da Supin de 09 de outubro de 2018 encaminhando as cópias dos ofícios 10 de 2018 de 01 de outubro de 2018, direcionado a Sedese, assinado conjuntamente pela presidente do conselho municipal de assistência social e o secretário municipal de desenvolvimento social e cidadania do município de Mariana solicitando a transferência do município da regional de São João Del Rei para a regional metropolitana, sob a alegação da dificuldade de deslocamento, maior distância da regional de São João Del Rei, ofício 011 de 2018 de 01 de outubro de 2018 direcionada a diretoria regional de São João Del Rei, solicitando a retirada do município da Urcmas sob a alegação de dificuldades de

deslocamentos dos representantes para as reuniões com memorando nº 84 de 2018 da Sedese, Supin de 09 de outubro de 2018 encaminhando a solicitação da subsecretária, memorando 85 de 2018, dando ciência da demanda a diretoria regional de São João Del Rei memorando Sedese 115 de 8 de outubro de 2018 para providências cabíveis pela Supin, e memorando nº 01 de 2018 da DRSJD em que manifesta sua concordância com a transferência por considerar a dificuldade geográfica para atendimento ao município e outro memorando de 24 de outubro manifestando receptividade e acolhimento ao posicionamento do Ceas para o caso, foi apresentada a nota técnica com parecer favorável a alteração, vocês querem que eu leia a nota técnica ou que eu faça o que a comissão considerou, encaminhamento pela comissão, porque foi assim a gente recebeu a nota técnica, os ofícios que foram mandados mas foi pra gente discutir a transferência do município para outra regional, entendemos na comissão que aqui eu posso ter a colaboração dos outros membros da comissão se eu esquecer o diálogo, entendemos que aparentemente existia vontade do município em mudar para outra regional e também parece que existia na regional metropolitana e na regional de São João Del Rei um posicionamento hostil com relação a isso, no entanto nós não apressamos uma decisão sobre o caso porque entendemos que o que as informações que nós tivemos acesso elas não foram suficientes para que nós posicionamos na reunião de ontem, portanto a gente não trouxe aqui para plenária, nós trouxemos apenas uma informação que foi discutida e na próxima reunião nós estamos pedindo uma nota técnica da Sedese que dispõe sobre o processo de transição do município para outra regional no sentido de falar como é que se vai dar isso, se vai dar isso juridicamente para que sobretudo os usuários da assistência social desse município sejam amparados nessa nova incorporação na regional, basicamente vou ler o que está escrito: Considerando os possíveis impactos que podem surgir pela divergência de abrangência de outras políticas que podem impactar negativamente o atendimento aos usuários do município como condicionalidades em PDF, pela saúde, educação, e ainda que a solicitação pode ser recorrente por outros municípios a começar por solicitar uma nota técnica da Sedese, o estabelecimento do fluxo para alteração de municípios nas regionais para subsidiar a sua avaliação, então basicamente a gente está sextando a nota técnica para que e que a Sedese estabeleça os fluxos para essas troca de regionais entendendo que possivelmente esse município que solicitou não será o único a fazer essa solicitação para que essa nota possa subsidiar a gente nas tomadas de decisões que entendemos também que precisa ter uma autonomia dos municípios mas nosso papel seria auxiliar os conselhos municipais para que eles façam isso com mais informações, portanto nosso posicionamento foi buscar mais esclarecimentos, eu peço aos outros membros da comissão que se eu deixei de falar algo que coloquem por favor. **Rodrigo:** Algum membro da comissão quer se manifestar. **Arlete** -Gaal do Brasil: Então, presidente da comissão Isac, o que a gente entendeu, que esse foi um trabalho feito por um setor lá da Sedese e que talvez a gente não tenha essa condição de dizer sim ou não, nós entendemos que se a gente recebe um instrumental dizendo o porque disso pra gente somente orientar aquele município porque é uma decisão que já foi tomada lá, então não cabe a nós dizer sim ou não, vai ou fica, o que cabe mesmo é o setor da Sedese que está fazendo esse trabalho dar essa orientação com maior esclarecimento porque nós enquanto comissão não temos muito como discutir isso para dizer, você vai ficar ou você vai sair. **Rodrigo:** Alguém mais da comissão? **Consolação:** Eu até peço desculpas a comissão porque talvez nesse momento eu pudesse ter sido chamada também lá na reunião, a gente passou, chegou essa correspondência ao conselho, inclusive o conselho antes de pautar a mesa diretoria a gente ficou assim, não, vamos esperar as regionais se posicionarem, pra ver, escutar mais para depois encaminhar para o conselho, porque primeiro a gente entende o papel das diretorias regionais que é de assessoramento, um dos critérios utilizados inclusive para um novo remanejamento de municípios foi ao própria distância de municípios, esse foi o critério utilizado, então se a gente pensa qual é o papel da regional, ele vai ter uma outra regional que vai fazer isso mais próximo a ele, então qual que é o outro caminho pra ver, então existe uma solicitação do município que vem junto com o conselho municipal, então está respaldado dentro que concordam que pra ele seria mais fácil ter a assessoria vinda da regional agora existente metropolitana, porque antes não existia

uma regional, existe uma regional metropolitana então eles desejam estar lá perto, então vamos ter que escutar o quê, tem que escutar a regional que está saindo existe alguma pendência algum problema, não está tudo certo nós concordamos que eles migrem para regional de BH, a regional de BH há estrutura para dar toda assessoria necessária a esse município que pleiteia isso, sim ela manifestou que ela tenha total condição de fazer isso, então assim, não existe na hora que você coloca, não existe pensar prejuízo para o usuário porque a política vai ser desenvolvida no município, o que vai impactar na regional na mudança, é a assessoria dada, então se a assessoria está garantida com a qualidade inclusive já posicionada, então não há prejuízo ao usuário, o que se refere as outras políticas, outras regionais, outros tipos de conformação administrativa no estado isso é uma herança antiga o estado ainda vai ter isso, ele vai ter uma regional diferente pela Seplag, ele tem os territórios de desenvolvimento, isso não impacta ou não acumula-se, uma coisa não concorre com outra porque essa regional ela é exclusiva da política da Sedese com a assistência social, então assim no meu entendimento, a Sedese já se posicionou favorável a isso que não há problema nenhum que também consta nos documentos que ela já também analisou a questão do município e é favorável, respeitando inclusive a questão de qualquer modificação regional como foi pleiteada pelo próprio conselho viesse para o Ceas, veio a correspondência falando, conselho nós recebemos isso a análise o que vocês também mediante isso o que vocês consideram dessa mudança, então foi muito nesse sentido, toda mudança logicamente se há mudança vai vim com a normativa correspondente, então se for por decreto existe um outro decreto, não publica-se tudo de novo mas publica-se a alteração delegando poder porque isso também tem que se formato porque existe um instrumento legal pra fazer isso, é óbvio ele vai ser feito porque a única forma de você alterar é por meio legal, tá bom, é isso, obrigada. **Rodrigo:** Cris. **Cristiane-** IM Sacramentinos: Então, na verdade a gente fez esse debate ontem, e uma inquietação que é até foi uma inquietação que eu levantei é essa da articulação política, mas isso não é uma questão que eu pensava anteriormente, foi inclusive o próprio Jamil na apresentação que colocou que a proposta era aproximar os recortes e da forma com que o estado, a organização das demais políticas e tal que a Sedese tinha um recorte muito específico e a proposta era exatamente, acho que fazer essa correção histórica já do recorte ser adverso para demais políticas e aí até colocando a questão mesmo de que a assistência social por si só ela não se faz, uma vez que a gente diz de defesa de garantia de direitos, e direitos inclusos das demais outras política e como que é importante o território articular suas políticas, intersetoriedade se faz também pelo recorte de território a gente consegue construir intersetoriedade também a partir desse recorte de território, a outra coisa que eu acho que é uma questão e que a gente precisa aprofundar nesse debate pra dentro da comissão é porque a gente está dizendo hoje do caso de Mariana mas outros casos podem aparecer e a gente precisa definir qual que é a orientação que a gente dá, além dessa orientação que você trás Consolação, que eu acho que isso a gente já tinha identificado, no ponto de vista de dizer, olha como que é isso, a questão da distância como que é isso para o próprio distanciamento se tem alguma questão para o próprio município fazer essa avaliação porque inclusive uma coisa que a gente identificou é que todo o trâmite de solicitação de saída de regional está sendo assinada e encaminhada pelo secretário e pelo presidente de conselho, então assim, não é uma questão do chefe máximo do executivo, é uma questão que tem amplitude de tudo isso, a gente tem que observar isso também para poder orientar, não é nem no sentido de vetar porque o município eu acho que ele faz essa avaliação mas é importante só para orientar, e uma outra orientação que eu fiquei pensando também que a gente precisa pensar é na questão da organicidade eu já trouxe isso aqui, vou trazer novamente que é a gente pensar na questão da organização dos fóruns que nós já fizemos, porque tem pessoas por exemplo que podem estar em Mariana e estar nos fóruns que conseguiu sair representando a regional que ele está pro fórum de entidades estadual e ele deixa de compor, ele perde e aí a regional de Mariana onde Mariana estava agora perde uma representação, então acho que isso a gente precisa também dizer dentro da orientações que é preciso observar isso porque aí existe essa possibilidade de abertura de mudança sem essas reflexões que elas tem consequências inclusive na estabilização política que a gente fez mesmo na conferência do ano passado acho que é importante tem disputa, a gente fez

dentro do fórum pelo menos de entidades e eu imagino que trabalhadores, usuário também vai acolher essa disputa dentro do próprio território e dos territórios, então assim eu acho que precisa pensar nisso, refletir sobre isso até no sentido também de que outras representações daquela regional que quando o município sai aquele representante estado daquele município, aquela regional perde a sua representação no sentido de território assim. **Simone:** Eu acho que também quando foi pra comissão não foi bem direcionado, por isso que ficou confuso, agora que eu estou percebendo aqui na discussão, que realmente Dona Arlete tem razão, isso aqui, o município disse, nós queremos fazer parte da regional de Belo Horizonte, a Sedese disse nós concordamos, então a pergunta que Dona Arlete fez é pertinente, o que o conselho tem que haver com isso, aí o conselho tem que haver com isso que foi isso que a Cris falou, o conselho tem que ver do ponto de vista do controle social, isso trás prejuízo para as Urcmas, para os fóruns, é sobre esse aspecto só, também não ficou claro quando foi encaminhado para a comissão e a comissão ficou perdida mesmo, o que eu faço com isso, qual que é a minha competência não consegue nem discutir porque realmente não é função do conselho decidir sobre essas coisas então realmente se tem alguma coisa que o conselho tem que fazer é dizer, não, do ponto de vista do controle social nós achamos que deve continuar na regional ou não, é isso que a comissão tem que se posicionar e aí eu acho que devia minha sugestão coordenador, retire de novo esse ponto de pauta para vocês então fazerem essa discussão que a Cris colocou aqui, que ela que é importante, relevante, pode até mudar administrativamente se um acha que quer, se não tem problema do ponto de vista do apoio do assessoramento técnico nem pro estado e nem pro município ou seja do ponto da gestão está resolvido agora do ponto de vista do controle social é de fato o conselho que tem que de fato se posicionar. **Rodrigo:** Mais alguém? **Isac:** Eu volto como eu disse no início a gente não trouxe um posicionamento sobre a questão, o que a gente entendeu sobre a discussão na comissão é que a gente precisaria entender a questão que é o que foi mostrado pra nós, eu falei do ponto de vista do controle social mas o que foi mostrado pra nós não nos possibilitou ver essas coisas que a Cris colocou mas ela veio como informe. **Rodrigo:** É isso que ainda bem, porque na hora que a Simone falou de tirar da pauta, encaminhamento da nota técnica, entendi, então é isso, a comissão tinha trazido como proposta de encaminhamento a elaboração da nota técnica da Sedese a comissão está de acordo em retirar aí esse ponto, debruçar melhor, pegar essa nota técnica da Sedese que já existe, estudar ela, pode ser assim Isac ou você quer que coloque como deliberação? **Isac:** Aí eu pergunto aos outros membros da comissão porque pra mim a gente não tem solicitação da nota técnica. **Rodrigo:** Aqui tá, quer ver, considerando os possíveis impactos que podem surgir pela divergência da abrangência de outras políticas que podem impactar negativamente no atendimento aos usuários dos municípios como condicionalizados do bolsa, pela saúde, pela educação aí cresce-se aqui a questão que a Cris colocou que é muito bem colocada da perda de referência da representatividade do controle social nos fóruns e ainda a solicitação por ser recorrente por outros municípios, fato que outros municípios questionam mesmo, é natural o estado é enorme, com municípios gigantescos, com vinte e poucas regionais, é natural que isso ocorra, mas a comissão optou por solicitar uma nota técnica da Sedese estabelecendo o fluxo para alteração dos municípios nas regionais para subsidiar sua avaliação. Eu não lembro dessa nota técnica falando do subsídio eu lembro da nota técnica falando das regionais, eu não lembra dela falando qual o critério para mudar, pelo que eu entendi é isso que a comissão está querendo, é isso? **Simone:** Eu acho que tem muita coisa misturada, primeiro tem que decidir sobre a questão do pedido de Mariana, sob o pedido de Mariana no ponto de vista da gestão, já tem nota técnica e se não tem, tem que se posicionar, sobre o pedido de Mariana a comissão tem que avaliar se prejudica Mariana não participar da Urcma ou do fórum de São João Del Rei, teria que participar da região metropolitana de Belo Horizonte, é essa que é a questão, essa avaliação aí é que a comissão tem que fazer e eu estou sugerindo que se faça, a outra, a comissão também tem razão, se já está confusa essa imagina o que vai pipocar aqui para os próximos, então está solicitando a Sedese pra que ela estabeleça um parâmetro para quando houver solicitação de município para ter um procedimento, quais são os nossos procedimentos a serem adotados para as próximas solicitações para que o conselho não fique tão confuso como está, porque está confuso

mesmo, então entendi que são 2 coisas separadas, 1 é o caso de Mariana e outro é parâmetro para quando acontecer de novo. **Rodrigo:** Então mantém, eu acho que é isso, quer falar Isac, perdão? **Isac:** Obrigado pela compreensão. **Rodrigo:** Estamos esclarecidos conselheiros, perdão viu Isac, podemos votar então o encaminhamento da comissão? Os conselheiros que aprovam o encaminhamento da comissão com esse último entendimento que a gente teve aí, contrários, abstenções, ok, então aprovado o encaminhamento da comissão, mais alguma coisa comissão? **Isac:** Só os nossos agradecimentos. **Rodrigo:** Comissão de política e normas. Conselheiros podemos, voltando a ordem e o bom senso, espera aí viu Bruno. Ok, Bruno por favor política e normas. **Bruno:** Boa tarde a todas e a todos, ontem teve mais uma reunião conjunta da comissão de política e normas pra resolver aquela questão da minuta de benefícios eventuais da minuta da resolução que vai substituir a resolução pertinente de benefícios eventuais, só para recordar na última plenária a gente teve alguns encaminhamentos e foram eles: retirar cesta básica do artigo 22, eu não sei se vocês lembram mas o artigo 22 era o que não está, o que não é benefício eventual, aí dentro desse artigo tinha um item que era cesta básica e na plenária passada a gente decidiu por tirar cesta básica ou seja e incluir ela novamente como um benefício eventual, então retirar a cesta básica no artigo 22 que não inclui como benefício eventual e criar um artigo específico sobre ela, nesse artigo deixar claro a sua eventualidade e a importância da articulação que deve ser feita para inserir o usuário em outros serviços da assistência social e demais políticas; 2 – esse item será encaminhado ao grupo de trabalho para elaborar a redação e ser apresentada as comissões de normas e políticas na reunião do mês de novembro, então assim foi feito o grupo de trabalho fez a nova redação e apresentou pra gente ontem; 3 – Retomar em novembro a análise da minuta inteira acrescida com esse artigo, fizemos também, encaminhar após a reunião de novembro a minuta de resolução à todos os conselheiros para conhecimento; apresentar na plenária de dezembro a minuta de resolução discutida nas 2 comissões, então Informar a plenária, informamos a plenária que as comissões de normas e políticas se reuniram na tarde ontem e foi definida a questão da cesta básica, então a gente conseguiu fazer, entrar em conciso ao artigo específico da cesta básica que a gente ficou de criar, graças a Deus, então a gente conseguiu fazer esse artigo da cesta básica na resolução e entrar em consenso, concluindo a redação do artigo que trata do assunto, as comissões discutiram até o artigo 24 ou seja falta discussões ainda do artigo 24 em diante, que dispõe dos benefícios eventuais de nascimento, morte e vulnerabilidade temporária, esse é o artigo 24 que foi o último artigo que a gente discutiu ontem, ficando para próxima reunião a parte dos benefícios que tratam das situações de calamidade e desastre, a gente teve um pouquinho de dificuldade no entendimento de desastre e calamidade pública e a diferença entre eles, e a posição da assistência social dentro desses 2 assuntos então a gente ficou de se inteirar mais e também já era no final da tarde estava todo mundo cansado a gente deixou para próxima reunião que vai ser em dezembro, e aí em dezembro a gente já vai apresentar a proposta completa para deliberação, a gente espera, é nosso plano, apenas. **Rodrigo:** Então em dezembro a gente vota esse plano. **Bruno:** Se Deus quiser. **Rodrigo:** Ô trem demorado, top demais, mas é outra resolução também que está dando muito orgulho de ver a construção porque está sendo várias mãos, sem imposição, com diálogo respeitoso, contraditório ao extremo, mas com outras políticas mas é impressionante como que na contradição, no completo, não é rivalidade mas discordância as vezes de opiniões, opiniões contrárias às vezes, o respeito, a resolução tem saído de forma que a gente acredita ser o melhor para o Suas, nossa, está bacana demais de ver, parabéns comissão, e parabéns até a Sedese que conduziu desde aquela consultoria com Ana Lígia que trouxe a proposta a forma que a Ana Lígia uma doutora, pós doutora que fez toda uma consultoria, como ela ouviu a nossa especificidade de Minas e humildemente falou assim, “temos que pensar”, sabe, nada está acabado, está muito bonito de ver, muito orgulho. Alguma questão? **Bruno:** Não, eu só queria acrescentar nas suas palavras mesmo, porque tudo isso deu muito trabalho pra gente mas eu acho que a gente conseguir fluir justamente por isso, mesmo discordando, mesmo tendo opiniões exatamente opostas umas pessoas com outras a gente sempre prevaleceu na vontade de resolver o problema e a gente não teve nenhuma discussão que fosse fora da normalidade então assim, isso foi fundamental para a

gente chegar na conclusão pelo mesmo no artigo da minuta de benefícios eventuais da cesta básica. **Rodrigo:** Esta tá linda, algum comentários conselheiros, alguma questão com relação a comissão, não tem encaminhamento para deliberação, então agora acho que é a comissão de orçamento, Ivone. **Ivone-Cogemas:** Como diz a Juanita nós não temos nem prestígio, ficamos para o final né Juanita, não é porque é menos importante mas é porque de fato é fechar com a chave de ouro. Então a comissão reuniu ontem, com a justificativa da conselheira Simone que estava a trabalho e todos os outros conselheiros estavam presente, o único ponto de pauta da comissão que foi a prestação de conta referente ao terceiro trimestre de 2018, que todos os conselheiros receberam e com certeza também leram e já tomaram conhecimento da prestação de conta, está aqui a Claudinha que é a espectro, especialista, universitária, então a Claudinha fez a apresentação da prestação de conta como normal e nós fizemos a reflexão só que já no início assim, tinha-se um posicionamento da sociedade civil, os 3 conselheiros da comissão pela reprovação da prestação, mas a gente fez um momento de conversa entre nós, está aí na súmula “a prestação de conta referente ao terceiro trimestre de 2018 será a última apresentada este ano”, inclusive assim a Claudinha justificou que trouxe mais informações porque o governo de transição do ano que vem, então eles aproveitaram para trazer mais informações com relação do que era para o outro semestre para esse semestre, portanto os conselheiros da sociedade civil apresentam o indicativo de reprovação, considerando que a execução orçamentária financeira permanece baixa de apenas 8% relativo ao orçamento do Feas, o governo esclarece que as ações que foram desenvolvidas e que devem ser consideradas, o Feas não está recebendo repasse de recursos e conseqüentemente não está realizando os repasses ordinários, nesse sentido a baixa execução financeira não é um critério para reprovação da prestação e contas, que a execução ela se deu no orçamento também foi liquidado mas na parte financeira do pagamento ela não foi efetivada, então o governo entendeu que não era pra reprovação, aí nesse momento que houve também posicionamento, nós tivemos conselheiros da sociedade civil que pensou de que merecia maior entendimento dessa prestação de conta, então o conselheiro da sociedade civil propôs da gente então retirar de pauta, então a comissão trouxe aqui como encaminhamento a comissão realizou essa análise da prestação mesmo conversando, aprofundando e solicitou a retirada da deliberação dessa prestação desse pleno e passar para o pleno de dezembro que está perto, dia 13 de dezembro, então a justificativa era de convidar alguém do Tribunal de Contas para subsidiar o conselho nesse posicionamento, então assim, como a conselheira Juanita, o voto dela foi vencido com o do João, só foram os 3 conselheiros para retirada de pauta, ela suscitou que então viesse para deliberação do pleno se o pleno concorda também que seja retirada de pauta, se endossa a decisão da comissão, que a comissão 3 votos foram a favor pela retirada, então fica aqui pra gente está colocando em discussão. **Rodrigo:** Obrigado Ivone, em discussão, Wilson. **Wilson-Fazenda:** Só reforçando o que a colega Ivone falou e tentando resumir, porque inclusive a minha dúvida que eu afirmei isso ontem, mas era minha dúvida, mas eu conversei com o meu superintendente o Geber que no caso ele já participou de muitos conselhos, ele pertence hoje em dia ao comitê que gera os recursos no estado e é o meu entendimento reforçado hoje conversando com ele o seguinte, que o fato de não ter havido as liberações financeiras isso não é motivo para reprovação da prestação de contas, mas a gente quer um técnico do Tribunal de Contas para poder estar subsidiando e olhar isso para o grupo para que o técnico fale se isso é verdade ou se não é verdade, porque na realidade gente, se a falta da liberação financeira for motivo para reprovação de contas ninguém vai votar pela aprovação das contas, isso é um fato nem eu vou votar para a aprovação, agora se isso não for motivo para reprovar a prestação de contas aí nós teríamos que apresentar um outro motivo para não aprovar as contas que não fosse as liberações, então assim, a Dona Ivone o que ela falou vocês podem acreditar no afirmativo no sentido de que isso não é motivo mas a gente pode esperar a fala do técnico de Tribunal de Contas. **Rodrigo:** A questão Wilson que eu tenho escrito e eu vou descrever é que a comissão trás a princípio. A gente ainda não está discutindo o mérito dela, se vai reprovar ou não vai reprovar, a gente está discutindo primeiro se vai colocar na pauta a prestação de contas e vai apreciar. A técnica da Sedese está aqui para apresentar, caso esse pleno decida que vai deliberar sobre

a prestação de contas do terceiro trimestre agora, ou se a gente vai colocar na pauta de dezembro. **Juanita**-Federação das Apae's: Boa tarde a todos, muito bem colocado pelo presidente a que nós não estamos ainda votando reprovação ou aprovação de relatório trimestral do Feas, nós estamos aqui discutindo sobre a proposta que a comissão trouxe de retirar de pauta e chamar um técnico do Tribunal de Contas para dar maiores esclarecimentos, considerando dúvidas que foram geradas na reunião da comissão, que nós estávamos presentes, eu gostaria de fazer uma reflexão no sentido de que nós temos uma assistência social que todos nós sabemos para que ela funcione precise de alguém que coordene, recurso para financiar e alguém que zele por esse funcionamento e todos aqui na mesa nós sabemos quem faz parte dessas funções e dessas responsabilidades, então a Sedese tem a função de coordenar, planejar, o Feas que é instituído, tem CNPJ, tem a função de captar recursos para que essa assistência social se efetive e esse conselho por zelar por essa efetivação, frente a isso no estado tem 2 legislações que eu vou me ater eu não vou me atender a legislações nacionais porque todos nós sabemos quais são, eu vou me ater em 2 e que eu fiz essa reflexão com os demais colegas da sociedade civil que nós fazemos todo mês onde cada comissão leva as questões de pauta da sua comissão e lá na sociedade civil a gente faz a nossa reflexão e onde que foi feita regularmente ontem da mesma forma que acontece, talvez por conhecimento ou facilidade de fazer análise e a pedido dos próprios colegas eu faço e divido com todos a minha análise, só que a própria prestação de contas fala por si, não precisa de uma análise muito grande para fazer a interpretação dela porque ela é auto interpretativa, com relação a essa legislação nós temos 2 especificamente que diz respeito a gente que é a que institui a assistência social no estado e cria o Ceas a nº1262 de 96 e a que institui o Feas que é a doze alguma coisa de 96 que institui o Fundo Estadual de Assistência Social, na lei que institui a política estadual e o Ceas no artigo 7º fala que compete ao estado dentre outros destinar recursos para os Fundos Municipais de Assistência, realizar o cofinanciamento, tem outras responsabilidades do estado, estou citando aqui por que diz respeito a nossa discussão, o parágrafo único do artigo 8º desta lei fala que é a Sedese que é a responsável por destinar recursos para os fundos municipais e realizar o cofinanciamento, porque a Sedese é o estado, a lei é clara nesse sentido e no artigo 9º da lei coloca quais que são as responsabilidades da Sedese, do órgão gestor com relação a isso, dentre outros cofinanciar os serviços, programas, projetos e benefícios, elaborar a proposta orçamentária, proceder, transmitir e repassar os recursos do Feas aos Fundos Municipais de Assistência e encaminhar ao Ceas a prestação de contas trimestral, o relatório de atividades trimestral e a prestação de contas anual é isso que dispõe a lei, o que institui a política estadual e no artigo 13º fala das nossas competências do conselho estadual dentre outras zelar pela efetivação da assistência no estado, apreciar e aprovar a proposta orçamentária do Feas assim nós já o fizemos no início do ano e acompanhar e avaliar a execução orçamentária e financeira para deliberação, a lei que institui a assistência social fala isso, a lei que institui o Feas, então aqui nós estamos falando de estado, quem que é o estado é o governo e a Sedese e é o Feas que são instituições públicas para financiar a assistência social, a lei 12.227 que cria o Feas, no artigo 5º fala que o tesouro estadual repassará mensalmente ao Feas os recursos destinados a execução do seu orçamento, ainda fala que cabe a Sedese os repasses regular e automático do Feas para o fundo municipal de assistência social, é claro que essas leis sofreram atualizações mas aqui eu estou me reportando somente a lei maior que deu origem a essa discussão, então nós estamos aqui basicamente falando sobre gestão orçamentária e financeira. A gestão orçamentária e financeira significa como todos nós sabemos basicamente se a gente pode falar assim de forma simplificada, o primeiro - elaborar o planejamento orçamentário, foi o que nós fizemos, o governo chegou falou para o conselho que a proposta do orçamento era isso, o que é o orçamento, estima receita e despesa, então é uma estimativa talvez não entre tudo talvez não entre, a própria lei que fala que é assim, uma questão que parte que faz parte da lei orçamentária e financeira é gerir a execução orçamentária e financeira e a outra questão é fazer os registros necessários para que isso se efetive, nós estamos aqui que a Sedese apresentou o relatório trimestral de execução orçamentária e financeira do terceiro trimestre, e eu vou fazer uma pequena correção à leitura da súmula que na verdade a execução

financeira que é de 8% a orçamentária ela é maior, e tem algumas ações que inclusive nós já discutimos isso que a execução orçamentária e financeira ela é maior principalmente no programa qualifica Suas, nos demais é que não, como nós temos gestão financeira de zero%, entretanto a gente tem ação que a gestão orçamentária é X, a financeira é X-1 e a física é X+1, então na minha compreensão que é da conselheira Juanita, nós não temos impedimentos para fazer análise dessa prestação, entretanto na discussão da comissão foi identificado maiores esclarecimentos para fazê-lo, por isso que considerando que foi a maioria que decidiu na comissão para trazer aqui para fazer a retirada da proposta orçamentária pela votação e como eu fui citada pela nossa coordenadora eu estou fazendo aqui a defesa para que essa proposta orçamentária venha comissão hoje para que seja votado, obrigada. **Camila-Seapa:** Então, ouvindo o relato da Juanita e a colocação do Wilson, eu acho que a comissão precisa amadurecer mais essa questão pra trazer pra nós de uma forma mais amadurecida e com posicionamento mais claro tendo em vista que as demais comissões não discutiram o tema, eu acho necessário isso que a comissão amadureça que se necessário chame o técnico tendo em vista também que o Wilson lá da fazenda talvez tenha alguém que ele possa indicar para trazer essa discussão mais madura para comissão para que a gente receba ela de uma forma mais clara porque pra mim quanto conselheira nesse momento ouvindo os relatos da Juanita e do outro conselheiro está ainda precisando um pouco mais de amadurecimento e nós da comissão de política nós também já tivemos um momento assim que a gente teve que suspender para que a gente discutisse melhor e trazer de uma forma mais clara, então é só uma recomendação. **Gilberto-Cogemas:** Eu quero fazer algumas reflexões a partir da fala das pessoas eu acho que a questão das contas a primeira coisa que a gente tem que se ater é o que foi executado, o que nos diz respeito a priori é sobre aquilo que o governo do estado aplicou, primeiro porque senão a gente deveria reprovar contas de reprogramação de recursos, porque pior do que não ter é ter e não gastar, então reprogramação de recurso deveria ser matéria de reprovação de cota em qualquer conselho e não só no nosso, o que a gente percebe é que essa execução orçamentária de 8% é o que o estado necessariamente conseguiu otimizar para poder aplicar na política de assistência social, então eu acho que o restante do que não foi aplicado já que a Sedese é a executora é o poder executivo do processo, o conselho também se furtou de não exigir da Sedese nos momentos que podia ter exigido de negociar algumas coisas, agora a Sedese e o governo do estado sempre esclareceu também, a gente não vive em outro espaço a gente já percebeu isso, que não há recursos também financeiros que a gente pode aplicar da maneira que foi organizado, a outra questão é que o orçamento ele faz previsibilidade, ele prevê o que se vai arrecadar, na hora de arrecadar o que entra no cofre do governo é outro valor, então nessa questão orçamentária, e ainda tem uma outra questão no Brasil que eu acho que é mais grave ainda que é algo que deveria até mudar pra até que for avaliar uma matéria como essa a gente ter tranquilidade o orçamento no Brasil é autorizativo a não ser emendas parlamentares que é impositivo e as de matéria constitucional que é a educação, a saúde que fala os valores constitucionais que devem ser aplicados por cada ente da federação, infelizmente a política de assistência social não chegou no patamar de obrigatoriedade constitucional de aplicação de recursos, mesmo aqueles pactuados pelo conselho junto com a Sedese, junto com o orçamento, junto com essa coisa toda e a última questão que os artigos que a conselheira Juanita citou são artigos de orientação em momento algum ele orienta qual que é a punição do não cumprimento de algumas coisa lá, então são artigos que dizem como nós devemos nos portar na defesa de recurso e na defesa da aplicação das questões, não fala: se não aplicou vai acontecer isso a ação vai ser essa, a outra coisa vai ser essa, eu acho que é hora da gente olhar para as contas a gente tem de olhar pra aquilo que foi executado o que não existe não é matéria de juízo porque não existe como que eu vou realizar o que não existe algo que não foi cumprido é um fato notório que poderia ter sido cumprido, mas também a gente sabe de todas as dificuldades dos governos municipais, dos governos estaduais, as vezes até do governo federal nesse momento de crise econômica, então a gente está fazendo um juízo político e não técnico do processo e aí é hora da gente ser realista e abandonar o preciosismo e aplicar também aquilo que está na lei dentro da lei, acho que a gente também tem que ser técnico também para que a gente possa cumprir aquilo que

nos é solicitado nesse momento histórico também, eu queria fazer essa argumentação nesse pontos que eu pensei mas pra gente ajudar na reflexão disso tudo aí e perceber que a nossa atribuição ela é muito importante e também acho que não há má fé do estado na execução das contas financeiras, pelo contrário há um grande esforço com poucos recursos, nunca se pagou tanto do piso mineiro apesar de ter um monte de coisas atrasadas, existia em governos anteriores, era extinção de fichas orçamentárias para conseguir bater metas de orçamento então acho que a gente precisa também nos colocar num momento histórico e se posicionar, acho que o governo também tem se esforçado muito e a gente tem de ponderar nesse momento. **Simone:** Bem, primeiro eu queria fazer umas explicações, nós, antes da gente fazer o encaminhamento da prestação de contas eu tive o cuidado de ter uma reunião na secretaria de planejamento e discutir com a secretaria de planejamento o orçamento, os problemas para além dos que eles estão como todo mundo sabe, a resolução do Conselho Nacional que considera-se saldo 10, saldo em conta e a quantidade de saldo que a gente tinha quando nós chegamos aqui e que nós corríamos risco de ficar sem receber recurso por falta de execução de recurso parado, então eu expliquei isso pra ele porque tinha fechado limite inclusive de empenho fechou dia 13 eu não estou aqui fazendo nenhuma demagogia, saiu em decreto governamental, então por isso conversei sobre a fonte 56, conversei do resto a pagar da fonte 56 porque nós não recebemos do governo federal no ano passado trouxe um problema quando chegou lá pra agosto, setembro nós ficamos num aperto danado com medo de não ter recursos para pagar o que tínhamos contratado, tanto que os conselheiros sabem, nós tivemos que colocar a empresa que realizou a conferência em restos a pagar e agora no final do ano nós recebemos o dinheiro todo de uma vez, e aí o governo federal na hora de repassar o recurso ele repassa como se nós estivéssemos com saldo na conta a gente tem que ficar esperto, porque senão ele não repassa o recurso então eu enquanto eu contei pra ele todo esforço que o conselho aprovou o programa qualifica Suas que toda fonte está no programa qualifica Suas e no controle social, apoio ao controle social que a obrigação nossa no mínimo 3% dos IGD's, então eu expliquei pra ele tudo e expliquei também pra ele um medo meu enorme com relação aos recursos da loteria que é um recurso que a gente tinha conseguido mas que a situação financeira que nós estávamos me deixava muito preocupada de levar pactuação pra Cib e trazer deliberação para o Ceas e depois a gente não conseguir também o financeiro, aí ia piorar mais ainda a nossa situação, então ele me orientou como que eu deveria prestar contas aqui com relação aos recursos da loteria, falou que o conselho, isso eu quero deixar registro aqui no microfone, que o conselho pode solicitar pra secretaria da fazenda porque o secretário da fazenda mandou 3 cartas porque ele é o presidente do conselho da loteria, então nós podemos pedir não só os 10 milhões do ano mais os 20 milhões que ele disponibilizou, então nós colocamos aqui depois que ele saiu de lá ele levou a discussão da fonte 56 para uma comissão de orçamento financeiro do governo do estado, eles liberaram o empenho da fonte 56 aí nós vamos conseguir pagar a empresa que fez a conferência e tudo, estava com problema na diária dos conselheiros também, nós liberamos o orçamento também da fonte 56, então eu queria dizer primeiro isso, o grande problema que é um problema público é um problema de repasse de recurso para os municípios, o que nós não estamos abrindo mão porque entendemos que não podemos, não devemos e a gente está brigando na migalha que tem e é uma migalha mesmo vocês sabem, todo esforço está sendo para pagar a folha do funcionário público e é pra gente pagar a casa lar, esse é o grande esforço pelo compromisso que a gente tem com os usuários da casa lar, não que não temos compromisso com tudo mas entendemos que essas pessoas elas dependem exclusivamente da Sedese, então essa é uma questão que eu queria deixar claro aqui para os conselheiros senão fica parecendo que é 8% de todos, às fontes arrecadadas, isso não é verdade a fonte 56 conforme planejados nós vamos conseguir atingir a nossa meta e conforme acordado com conselho nós não teremos saldo só faltava essa na fonte 56, e também vamos pagar financeiramente todas as parcelas pra casa lar com certeza, então essa é uma questão que eu queria explicar, segundo viu presidente Rodrigo, eu queria assim, dizer para o conselho que a situação que nós estamos vivendo é uma situação, eu sinceramente, eu nunca viví, não sei se a gente tem talvez outras pessoas aqui tenham mais experiência, isso aqui eu imagino que o conselho de saúde deve estar também no maior sufoco lá,

conselho de saúde, governador agora diante de tudo que a situação elea é de fato complexa, tem o caráter de boicote do governo federal que ficou bastante explícito no debate eleitoral, acho que ficou bem claro para todo mundo, aí independente se o governador tomou a atitude certa ou errada se é isso ou aquilo isso aí não entra no caso mas penso que ficou claro que não houve repasse para Minas Gerais e por isso nós chegamos no estado que nós chegamos, então gente, sinceramente eu acho que eu não vejo problema algum que vocês tomem a decisão que acharem ou que nós tomemos porque o conselho é um só, é governo e sociedade civil, que a gente tome a decisão que vai fortalecer mais o conselho, a decisão que for melhor e nesse sentido eu penso que talvez pra gente, todas as decisões que o conselho toma ele toma com bastante reflexão, essa exaustão que a gente faz com o tema, a gente não cai na tentação de vir aqui e vencer por um voto, temas que podem ser muito caros para o conselho, senão a gente teria já votado a resolução dos benefícios eventuais que é polêmica pra caramba, mas não tem sido essa nossa prática, a nossa prática tem sido debater, debater, debate, debater, debater, debater até nos convencer, então eu penso que não nos custa nada, eu acho que está certo, vai ser bom para todo mundo eu acho, essas questões que foram colocadas aqui, o presidente Rodrigo ele me ligou ontem me disse da posição, eu disse a ele que **todos estão com vocês** e a pessoa como ele é, íntegro, preocupado, atento, eu disse a ele o que estou dizendo aqui, agradeço a ele a consideração que tem, o respeito com que ele trata as questões, isso é muito importante a seriedade para condução do conselho e acho que devemos sim fazer um debate, talvez até um debate aqui mesmo no pleno para que todos possam participar, convidar pessoas acho que vai ser muito bom, eu acho e tenho algumas sugestões pra fazer desse debate, primeiro eu penso que a gente deve fazer um histórico da análise de contas, importante fazer um histórico da análise de conta desse conselho, é pra gente inclusive para gente ter parâmetros, o conselho já reprovou alguma vez, em que situações isso aconteceu, acho que isso é importante a gente pode pedir inclusive também, nós temos os demonstrativos, em que situações os municípios eles não aprovam as contas, os conselhos municipais, importante, é isso que o Gilberto chamou a atenção nossa é verdade, não tem nenhuma orientação que diga, a não ser no caso dos municípios, eu sei que as 2 únicas coisas que façam reprovar contas até hoje são, a não existência do serviço, fechou o serviço e aí não faz sentido e a má gestão do recurso público como não é a situação graças a Deus nós temos que de fato fazer uma análise das contas, outra questão é a legislação, é importante a gente saber o que está regulamentado, e aí é importante mesmo chamar um técnico do Tribunal de Contas, talvez convidar também a secretaria da fazenda para que ajude na reflexão aqui enfim, e essa discussão mesmo da legalidade o que é de fato essa análise de contas ou a gente não dar aprovação da análise de contas, e aí gente sinceramente, muito sinceramente mesmo, aí o conselho deve tomar a decisão que achar que mais vai fortalecer a instituição conselho estadual, sabe, eu acho que a gente tem que partir por aí, e faço também questão que gostaria que incluísse coordenadora na análise das contas um destaque, porque a gente também destacasse as ações que houve execução física e financeira como a fonte 56, a casa lar e também destacasse essas ações. **Isac:** Boa tarde novamente, só falar um pouquinho, falar sobre a questão que está sendo discutida que é a retirada de pauta para novos esclarecimentos ontem nós conversamos na sociedade civil, conversamos bastante sobre o assunto, eu senti que não estava totalmente esclarecido acho que eu vi isso em outras pessoas também mas aqui eu não falo para os outros aqui eu falo por mim, sobre a questão aprovação/reprovação da prestação de contas então como a comissão que tratava do assunto ela sentiu essa incapacidade de decisão parece que foi a palavra melhor que eu estou achando aqui, e cabe que eu estou comungando com ela eu não me sinto apto a decidir sobre a prestação e contas agora então eu acredito que um pouco de esclarecimento sobre o assunto pode favorecer muito a decisão sobre o tema, então eu estou defendendo a retirada de pauta para maiores esclarecimentos. **Cris:** É então nessa linha mesmo que o conselheiro Isac colocou, ontem nós fizemos esse debate e foi um debate que no momento a gente fez a discussão da 10 e da 56, a gente dividiu e depois a gente juntou e nós saímos com o entendimento até também por que no caso eu estou na comissão de financiamento de BH e a gente sabe que não tem repasse estadual e ao passo também que no levantamento que foi debatido dentro da comissão que a

gente já vem percebendo é essa nova execução da 56 e essa pra mim é uma fonte que diz muito, eu estou dizendo do levantamento que foi feita ontem, da fonte 56 e a gente trás esse reforço que ela está sempre sendo executada por que chegou agora, então eu acho que a gente precisa realmente e aí eu vejo que quando a comissão vem pra cá e vem também com levantamentos que não são ainda sólidos que eu não entendo como sólido, porque aí tem um questionamento que foi trazido que não foi o que a gente debateu ontem a partir de alguém que é da fazenda que isso tem que ser considerado que trás esse levantamento, o ponto de vista e tudo, mas a gente não participou do debate da comissão, então eu acho que a gente enquanto conselheiros assim, eu entendo que nossas contas está atrelada ao meu CPF então eu quero uma coisa que seja muito bem compreendida porque a priori ao que a gente olha e analisa não tem realmente muita nitidez do que está sendo colocada aqui agora, quando você olha e analisa a prestação de conta, olha e analisa a súmula feita dentro da sociedade civil mesmo, das pizzas (gráfica), da execução e do recurso alocado não dá muita nitidez então eu acho que realmente a gente precisa se debruçar mais e compreender e eu acho que ser um esclarecimento e aí eu chamo a atenção e todos e todas que estão aqui e o conselho mais principalmente o da sociedade civil de compreensão e de realmente se debruçar e compreender o que está acontecendo, porque é caro isso para os municípios, é caro essa ausência de repasse porque aí nós estamos dizendo de um não repasse estadual já longo, Belo Horizonte tem se havido com isso de uma forma de não conseguir ampliar embora a gente tem um prefeito que diz que não vai criar nada, ele foi eleito todo mundo sabendo que não ia ter ampliação no sistema único de assistência social, ele foi eleito assim, então assim nós em Belo Horizonte elegemos um prefeito congelando dentro do que a gente tinham, isso é fato, mas a ampliação também ela não se dá só na construção de equipamento ela se dá também na percepção na ampliação do conhecimento, no próprio controle no fortalecimento das coisas e isso está sendo mantido boa parte por recurso do próprio município e recurso que já estava e fica essa insegurança mesmo de fazer porque não sabe quando que o recurso chega, então assim, essa é a realidade que eu vejo hoje dentro do município que eu estou, eu não vou falar nem dos outros 2 municípios que nós estamos no estado porque a situação é muito caótica, então assim é pouco recurso ontem a gente fez essa discussão, mais é pouco recurso que é feito estadual para o município, mas é um pouco que na situação que nós estamos ele se torna faltoso, não chegar, então eu acho que é uma discussão que a gente tem que fazer, mas é uma discussão que eu acho que é mais importante aqui ser feito eu acho que isso tem que ser muito, muito aberto e a gente tem que fazer uma discussão bem longa e uma discussão que tenha uma possibilidade de acesso, de entender, porque isso que o Isac está falando de não compreender a gente percebe nos corredores, a gente sai e as pessoas não estão compreendo muito bem o que está rolando nessa prestação e contas e fica muito inseguro de votar, e eu acho que a comissão trazer esse posicionamento que não nos dá segurança eu acho que é muito sério então a gente tem que realmente sentar e entender melhor então eu compreendo e concordo com o que o Isac está colocando pra gente fazer, ampliar a discussão pra gente poder ter uma segurança em levantar os nosso crachá com nossos CPF's. **Rodrigo:** Helder e depois Bruno. **Helder:** É só uma reflexão também eu estava verificando a portaria nº 113 e nós no município sofreu muito com essa portaria ela vem falando sobre a questão da regularização dos repasses, tem um item aqui que ela vem falando que a prestação de contas é claro que ela está falando no âmbito federal acho que a gente não pode fazer esse tipo de análise, mas eu trago isso para reflexão, que a prestação e contas ela não deve ser aprovada em decorrência, aí reforçando aquilo que a Simone colocou, dos vides finalidades, não devolução dos saldos que por ventura tenham sido solicitados e outros motivos que sejam danos ao erário que não é nenhuma das 3 é o caso mas essa mesma portaria nos prejudicou enquanto municípios porque no final do ano passado nós tivemos acúmulos de saldo por causa de repasse único, e hoje Pedro Leopoldo está com suspensão de repasse por causa disso, nós não conseguimos organizar e aí fica a pergunta também que é para reflexão da comissão, o Suas ele é financiados pelos 3 entes, aí quando o ente principal ele não repassa todos eles ficam prejudicados, e a gente vai prejudicar mais ainda pela não aprovação, então assim, é só uma reflexão mesmo eu acho que a gente tem que debater sobre isso, Isac colocou, Cristiane

colocou aqui, nós não estamos amadurecidos, a gente está percebendo aqui que a harmonia entre os 3 entes não está acontecendo e a gente tem que pensar o que nós vamos fazer. **Rodrigo:** Ivone, perdão Bruno, Ivone e João. **Bruno – CMAS Juiz de Fora:** É só uma reflexão também porque a gente tem essa reunião esse ano e mais uma em dezembro, se isso for nos apresentado hoje e a gente identificar alguma coisa que deve voltar pra comissão ainda tem mais uma reunião para vocês poderem trabalhar em cima disso, mas se deixar para dezembro e a gente identificar alguma falha, qualquer erro que seja a solução vai ser reprovar, então assim eu não estou falando que a gente tem que votar hoje ou dezembro mas a gente tem que pensar nisso na hora de decidir se vai voltar hoje ou dezembro. **Ivone:** Eu queria me posicionar assim nós tivemos consenso eu acho que a comissão está consensuada que a fonte 56, a execução lá do capacita Suas como a Juanita mesmo fez uma consideração, a execução não só orçamentária mas também financeira aconteceu, e que não há uma divergência dos conselheiros de aprovação disso está claro a nossa aprovação e mesmo também na fonte 70 na fonte de recursos ordinários a execução de algumas ações como por exemplo os Creas Regionais que também é com a fonte 100, então o que está colocado para gente é com relação ao piso mineiro, é isso que foi a nossa divergência que para nós não ter repassado recurso para o Feas pra fazer a transferência do piso mineiro para os municípios não é motivo de reprovação, e para o grupo da sociedade civil principalmente a companheira Juanita lá na hora, coloca que mesmo tendo o esclarecimento, pra ela é motivo de reprovação, então assim, eu pessoalmente acho que pela nossa ação de conselheiro é fundamental a gente ganhar mais segurança com relação a isso, porque isso é atípico não aconteceu em nenhum momento como disse nossa universitária de prestação de contas a Claudinha, ela viveu 12 anos e ela não viu isso então a gente também entende que é um momento único pra nós conselheiro nesse momento que vamos ter que dar um parecer na prestação de contas então pra gente não correr risco de dar um parecer que depois complica mais em vez de melhorar pode nos complicar mais ainda, de nós darmos um tiro no nosso pé mesmo, então por isso que eu também concordei mesmo com o voto pela aprovação, concordei da gente ter mais esse momento de ouvir o Tribunal de Contas que é uma fiscalização externa que vai nos ajudar mais a entender nossa posição como conselheiros pra dar um parecer nessa prestação de contas e também a gente falou também Bruno que essa prestação foi a única que chegou com mais antecedência, a Claudinha até nos perguntou vai precisar eu apresentar porque todo mundo deve ter lido, relido, mas ela apresentou porque nós achamos melhor ela apresentar pra gente ver ela falando e apresentar as análise, não teve momento nenhum da comissão achar irregularidade na apresentação, não houve nenhum momento de análise ali da comissão de irregularidade, a única coisa que deu assim para nós foi essa divergência, uns conselheiros entenderam que não era elemento para reprovação e outros acharam que era, então foi aí que gerou o consenso, uma proposta de retirada. **João – CMAS Pirapora:** Bem gente, tem algumas coisas que a gente tem que ter vergonha de dizer que a gente não sabe e a vergonha de dizer também que a gente erra quando a gente faz um posicionamento, eu por exemplo Gilberto quando você questiona até que parece que o posicionamento é um pouco político, eu quero dizer que não é o meu caso porque se fosse político eu iria defender o governo porque eu sou filiado ao PT, então eu sou muito sincero em dizer isso e defendo esse governo de qualquer jeito, a minha dúvida com relação a não aprovação, pela reprovação, veio justamente do que Dona Ivone falou aqui é a questão do piso mineiro porque aí eu ficava em dúvida qual era a fonte, não é vergonha dizer isso não gente, eu não sou obrigado a entender de finanças públicas não, e nenhum conselheiro aqui também não se a gente não sabe a gente pergunta e eu perguntei, e acho que agora não cabe nem mais a discussão aqui da reprovação porque ela já veio de lá da comissão dito o seguinte não tem reprovação porque foram 2 votos e 3 foram contrários então nós não tínhamos nem discutindo sobre reprovação aqui o que vai prevalecer agora é trazer alguém aqui para nos dar esclarecimentos porque eu preciso é entender o que eu estou votando entendeu, porque senão é o meu nome se a amanhã estiver errado, como aconteceu e eu vou falar isso de alto e bom som, no governo de Aécio aprovaram uma merda de uma porcaria de um projeto lá em favor do Servas e eu fui o único conselheiro lá no Cedca que votava contra tudo que era do governo Aécio e falo isso com tranquilidade, porque eu

também não confiava, agora eu não defendo bandeira partidária não, eu defendo é a minha convicção é aquilo que eu sei, se eu não sei eu falo eu não voto, alguém falou brincou comigo, você vota tudo contra ou se abstem, não, quando eu não entendo eu não voto mesmo, porque é o CPF da gente que está em jogo como vai de muitos companheiros nossos, muitos, se errar é o nosso CPF que vai para o pau é nós que vamos ter de responder pra justiça então gente eu quero dizer o seguinte não tem que discutir reprovação, o que eu estou pedindo é que a gente trás alguém aqui para nos dar esclarecimento porque eu não sou nenhum doutor em finanças públicas e mal, mal eu estou formando agora no curso superior na área de administração, não sei nem se eu sei fazer alguma coisa ainda porque eu não sou formado, então muito obrigado, Isac sem brigar, eu acho que aí eu defendo que quando eu levei o ponto de vista da reprovação, eu falei o seguinte, nós discutimos na sociedade civil eu falei isso ontem e vocês são testemunhas na comissão só que o conselho não é só formado só de sociedade civil eu falei isso na comissão ontem, se a maioria aqui achar que não deve reprovar eu acho louvável vamos respeitar a democracia. **Rodrigo:** Obrigado João, Bruno. **Bruno** – CMAS Juiz de Fora: Eu fiquei pensando aqui o que impacta, eu tive essa dúvida a semana inteira eu perguntei várias vezes, não consegui entender ainda o que impacta na reprovação da prestação de contas e se impacta em o estado deixar de receber a verba da federação, se impacta na federação parar de passar a verba para o estado, porque o estado recebeu a verba e não passou pro fundo que ele deveria ter passado, então desculpa não sei se é isso mesmo, mas se for isso acho que tem que reprovar mesmo porque o estado está pegando o dinheiro que é da assistência social e não está usando com a assistência, é isso que eu entendo. **Rodrigo:** Bruno eu vou ser muito claro igual você mesmo disse, essa dúvida parou na sua cabeça a semana toda e na minha também, por isso que eu fiz a proposta de trazer o Tribunal de Contas aqui porque aí existe opiniões divergentes, existem opiniões contrárias, que a tomada de contas não é a tomada de contas, bloqueia recursos não bloqueia recursos, e aí assim não sou eu que vou dizer eu tenho experiência de município e existem outras experiências então é por isso que o Tribunal de Contas está vindo aqui para nos orientar digo e repito não há o que dizer de aprovar ou reprovar, a gente está discutindo se vai colocar em pauta ou não vai colocar em pauta. Dona Arlete, Patrícia e Simone. **Arlete** – Graal Brasil: Olha eu vou dizer aqui aquilo que eu disse ontem, dormi pensando e continuo pensando a minha e de muitos que eu tenho percebido a ignorância com relação a prestação de contas a questão do orçamento, eu quero dizer João que você está corretíssimo, nós não temos as obrigação de saber então nós precisamos saber compreender e entender como é que isso funciona, para mim isso está claro e eu já dizia desde ontem, um outro ponto também que eu quero levantar é que na medida que a gente não consegue chegar a uma definição de retirar da mesa o ponto de pauta para continuar discutindo pra mim ainda é mais grave, porque se nós não damos conta de tomar essa decisão como que nós vamos decidir orçamento, porque nós estamos dizendo em sua maioria pelo o que eu já ouvi aqui e ouvi ontem também, da nossa ignorância com relação ao tema e aí nós temos um depoimento de uma pessoa que trabalha na fazenda, nós temos depoimento da própria pessoa da Sedese que veio e falou, nós temos depoimento também tudo com muita clareza da conselheira que tem orientado essa discussão e que nos orientou ontem tentando nos conduzir para uma compreensão e nós continuamos com dúvida se a gente consegue retirar de pauta, então a nossa situação é bem mais grave. **Patrícia-** Cmas Nova Lima: Bruno, em cima do seu questionamento apesar de eu não ser da comissão de financiamento pelo que eu entendi não há o questionamento se o estado recebeu o recurso federal e não repassou aos municípios, na verdade o que a Simone já trouxe aqui para gente é que a fonte 56 de recursos federais o que o estado recebeu, o estado fez todo esforço para priorizar a utilização desse recurso para não ter o excesso de saldo em conta, porque se o estado ficasse com excesso de saldo aí poderia deixar de receber recurso por conta disso, então estado tem feito esse esforço pelo que eu entendi então o questionamento eu acho que seria em relação ao não repasse de recurso do próprio governo de estado, o estado não está repassando para o fundo estadual de assistência social e com isso não passa para os municípios, qual seria o motivo disso, eu me lembro que há 3 meses a gente teve uma reunião ali na Ultramig e veio um economista, o presidente do conselho regional de economia, e ele e outros convidados discorreram sobre a

situação econômica do estado, então a gente sabe que o estado de Minas Gerais não está recebendo alguns recursos do governo federal tem até de alguns específicos aqui, lei Kandir, não está recebendo da lei Kandir uma série de coisas e aí eu acho que o João foi muito feliz na fala dele quando ele diz que se a própria comissão deliberou que não iria trazer para a plenária porque iria convidar o Tribunal de Contas do Estado para poder tirar as dúvidas da própria comissão, eu acho que é um pouco improdutivo a gente ficar aqui já a mais ou menos 1 hora discutindo se coloca ou não em votação eu acho que é improdutivo vocês me desculpem. **Bruno:** De fato eu também acho improdutivo a gente manter essa discussão mas eu só queria concluir aqui porque eu não sei se ficou claro o meu posicionamento, mas é o seguinte, porque o que eu quis dizer é que se o país virou e falou assim estado toma esse dinheiro para você fazer X e o estado fez Y, foi na verdade isso sim, aí ele deu o dinheiro e o dinheiro era para o Feas e o dinheiro não veio para o Feas, entendeu, não foi isso que aconteceu? **Rodrigo:** Bruno, eu acho assim, existem muitas dúvidas mesmo, eu acho que é esclarecimentos, imagina se a gente for votar isso agora eu vou pedir a estender a reunião para até as 10 horas da noite, eu não me importo, então assim existem muitas dúvidas, eu Rodrigo quando eu fiz a proposta para a comissão de financiamento é porque isso me angustia, muito me angustiou inclusive na sociedade civil a questão da fonte 56 tem elementos de sobra com relação a fonte 56 de repasse único que eleva o saldo eu falei isso lá ontem na reunião da comissão da sociedade civil, qual era a execução antes desse repasse a gente tem que avaliar isso, então várias coisas, então por essas pequenas dúvidas eu acho que a gente não tem condição de votar, simples assim, eu não vou votar hoje se a plenária decidir que vai votar eu sinto muito eu vou me abster, porque eu não tenho condição de aprovar e nem condição de reprovar. **Simone:** Primeiro eu queria dizer o seguinte, Bruno, vamos lembrar aqui a fala do Joãozinho de que o conselheiro não tem nenhuma obrigação, então você pode ficar a vontade de perguntar, acho que na apresentação que faremos, temos que fazer apresentações que mostrem o que é a fonte 56, o que a gente recebe nela, qual é o aceite, cada dinheiro que vem Bruno vem com o que pode gastar e com que não pode, tem dinheiro que não pode passar para o município não é pra isso, entendeu, vai para o município de outra forma, vai capacitando, vai fazer supervisão vai de outra forma, acho que a gente que discutir isso sim, tem que discutir quais são os produtos contratados, o que foi pago o que não foi pago o que ainda vai ser pago para vocês terem a visão de um todo, então eu não vejo problema nenhum nessa discussão viu Bruno, mas eu só queria deixar claro, pelo amor de Deus isso aí é muito importante deixar claro, o que não está sendo repassado é porque não tem dinheiro, é por isso, porque a Fazenda que arrecada não colocou, não disponibilizou o dinheiro que ela também ela não tem para disponibilizar, essa que é a questão que está sendo discutida aqui, então eu penso Rodrigo que a gente já tem condições de encaminhar, vamos encaminhar e acho que a gente deve encaminhar, eu acho que o João colocou a questão aqui corretamente, a própria comissão avaliou que tem que discutir mais a respeito desse assunto, então não tem o que o pleno discutir a não ser que algum conselheiro insista na proposta de que a gente tem que votar aqui, então a gente vota e encaminha. **Rodrigo:** Ok conselheiros podemos proceder assim então, acho que estão encerradas as falas, estamos esclarecidos, ótimo, então os conselheiros que aprovam a retirada de pauta da comissão de orçamento da prestação de contas do terceiro trimestre, aprovam a retirada de pauta, contrários, Juanita, abstenção, retirar de pauta, você é a favor Cristiane, a favor da retirar mas chamar o Tribunal, Juanita registra seu voto contrário por favor. **Juanita:** Na verdade é justificar o meu voto contrário até porque eu tenho condições técnicas de analisar, diferentemente do que o conselheiro Gilberto falou da política, eu tenho condições técnicas de fazer a minha análise para que a prestação de contas venha para esse pleno para aprovação e eu justifiquei isso lá na comissão que eu ia respeitar a decisão dos demais mas aqui eu não votaria não seguiria a comissão, como eu fiz na última eu me abstive porque a comissão também decidiu na aprovação, então aqui eu estou me justificando porque que eu estou votando para a manutenção da pauta pra ser votada aqui hoje porque eu tenho conhecimento técnico para fazê-lo e não político como o conselheiro Gilberto colocou, é isso. **Rodrigo:** Obrigado Juanita e agora a gente vai votar, foi vacilo eu deveria ter colocado a votação já do encaminhamento, retirada com encaminhamento, como não fiz, questão de

ordem. **Simone:** Eu quero fazer uma proposta, em vez de ir para comissão que a gente traga esse debate para o pleno pra todo mundo acompanhar já que as dúvidas são tão gerais para todos os conselheiros então a gente trás direto para o pleno, discutimos aqui, debatemos aqui, decidimos aqui. **Rodrigo:** Apesar de não ter sido dito isso na comissão dessas forma mas acho que esse sempre foi o sentimento de trazer o técnico para falar para os conselheiros e não pra comissão, eu acho que foi o sentimento mas é ótimo registrar isso como encaminhamento, todos concordam com isso assim, então eu vou colocar já o encaminhamento com a proposta e alteração da Simone. **Cristiane:** A proposta então só para eu entender a proposta, vai ser uma discussão não como comissão, não vai ser comissão ampliada não, vai ser como plenária. **Simone:** Eu também quero sugerir que a gente convite o Tribunal de Contas mas também eu gostaria que vocês me convidassem também pra que eu pudesse apresentar aqui a nossa prestação de contas. **Rodrigo:** Como subsecretária, como Sedese, ok, e também então convide uma pessoa da fazenda para que esteja aqui já para responder perguntar que por ventura possam surgir, e a gente pensando na secretaria executiva e outros atores que poderiam contribuir com esse debate não que todos e teriam fala mas estando aqui para esclarecer aos conselheiros, a procuradoria jurídica talvez do estado, podemos chamar o presidente do sindicato de economia se for o caso, eu acho que pela fazenda, pela procuradoria, a gente precisa do jurídico, da fazenda pra explicar e apresentar números, o subsecretaria que vai colocar o papel dela do Feas e o TCE que vai poder dizer como fica a tomada de contas, no caso de reprovação como é o processo de fiscalização quais são as medidas e tudo mais, eu acho que está bom nesse nível assim. **João:** Rodrigo, eu gostaria de propor o seguinte, as vezes é o meu jeito meio rude de falar mas eu sou muito tranquilo em ter que respeitar decisões, eu falei isso aqui, olha o que discutimos lá foi uma proposta de sociedade civil mas o conselho não é feito só de sociedade civil como também a gente já trouxe pra cá e foi discutido na nossa comissão quais seriam esses atores que nós traríamos para esclarecer pra nós sobre a questão de prestação de contas e nós falamos lá os nomes gente, falamos sim, ontem na comissão só foi tribunal de contas, alguém da secretaria da fazenda e aí agora a Simone como gestão, isso. **Rodrigo:** Penso João que a procuradoria jurídica seria excelente. **João:** Nesse momento, por isso que eu falo uma decisão que a gente fez na comissão ela tinha que ser respeitada, nós falamos sobre esses nomes ontem. **Rodrigo:** Eu estou pedindo a inclusão da procuradoria da justiça. **João:** Então aí está certo porque não foi a proposta que saiu da comissão. **Rodrigo:** Não foi falado aqui agora é tema, não foi falado que saiu isso da comissão, estou dizendo que na comissão a gente leu mas o que saiu na súmula foi só o Tribunal de Contas do Estado, então você incluiu a Fazenda, eu estou pedindo a inclusão da procuradoria, da advocacia geral do estado e a Simone está pedindo a inclusão da Sedese, da Subas não ela como conselheira da Subas como convidada. Ok conselheiros, então conselheiros que aprovam o encaminhamento, contrários, abstenções, ok, encaminhamento aprovado pela unanimidade, pelo que eu vi, gente eu agradeço a todos bom final de semana bom retorno para casa.

Conselheiros	Representatividade	Assinatura
Ana Cristina de Resende Dias	SEF	
Ariadna de Almeida Silva	Federação das Associações sem Fins Econômicos de MG – FASEMIG	
Arlete Alves de Almeida	O Movimento GRAAL do Brasil	
Bruno Alexandre Rodrigues Tocaundo	CMAS Juiz de Fora	
Camila Rita da Silva	Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e	

	Abastecimento – SEAPA	
Cecília de Araujo Carvalho	Associação Quilombola Porto Pontal	
César Augusto Calinçani Pereira	Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social – SEDESE	
Cristiane Isabel Felipe	Instituto dos Missionários Sacramentinos de Nossa Senhora – IMSNS	
Damião Braz (Nome Social – Irajá)	Articulação dos Povos e Organizações Indígenas	
Eleniudes Santos Silva	Feneis	
Deborah Ackerman	Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social – SEDESE	
Fabricia Ferraz Mateus Lopes	Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEAPA	
Felipe Serrano Milioreli	CMAS de Campo Belo	
Gilberto Donizete Ribeiro	Cogemas	
Helder Augusto Diniz Silva	CMAS de Pedro Leopoldo	
Isac dos Santos Lopes	Federação das Comunidades Quilombolas de Minas Gerais	
Ivone Pereira Castro Silva	Cogemas	
João Alves Crisóstomo	CMAS Pirapora	
Luanda do Carmo Queiroga	Fórum Estadual dos Trabalhadores do SUAS	
Magda Lúcia Diniz e Silva Rocha	SES	
Márcio José Ferreira	Associação dos Deficientes Físicos de Betim – ADEFIB	
Maria Juanita Godinho Pimenta	Federação das APAES do Estado de Minas Gerais	
Maria do Carmo Brandão Vargas Vilas	CMAS Leopoldina	
Marleide Marques Castro	Conselho Regional de Psicologia – CRP – 4ª Região	
Marta Maria Castro Vieira da Silva	Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social – SEDESE	

Patrícia Carvalho Gomes	CMAS Nova Lima	
Rodrigo Silveira e Souza	Conselho Regional de Serviço Social – CRESS	
Sandra de Fátima Veloso Costa	CMAS de Montes Claros	
Simone Aparecida Albuquerque	Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social – SEDESE	
Soyla Rachel dos Santos Pereira	CMAS de Paracatu	
Wilson de Sales Lana	SEF	